

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Maria Cláudia Moraes Leite

**A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE LEONEL DE MOURA BRIZOLA NO EXÍLIO  
URUGUAIO (1964-1977)**

Porto Alegre  
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Maria Cláudia Moraes Leite

**A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE LEONEL DE MOURA BRIZOLA NO EXÍLIO  
URUGUAIO (1964-1977)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora : Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Claudia Wasserman

Porto Alegre  
2015

CIP - Catalogação na Publicação

Leite, Maria Cláudia Moraes

A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977) / Maria Cláudia Moraes

Leite. -- 2015.

149 f.

Orientadora: Claudia Wasserman.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Leonel Brizola. 2. Exílio. 3. Ditadura Militar. I. Wasserman, Claudia, orient. II. Título.

Maria Cláudia Moraes Leite

**A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE LEONEL DE MOURA BRIZOLA NO EXÍLIO  
URUGUAIO (1964-1977)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Claudia Wasserman

Aprovada em 16 de dezembro de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Izabel Noll – Conceito A  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Caroline Silveira Bauer – Conceito A  
Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carla Brandalise – Conceito A  
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Em memória de Jorge e Maria, meus pais.*

## AGRADECIMENTOS

No decorrer da pesquisa e da escrita desta dissertação, aprendi que um trabalho que envolve um tema tão delicado quanto a ditadura militar e o exílio resultante de políticas de repressão não teria sido possível sem a ajuda de instituições e professores e sem o apoio de amigos e familiares.

Meu primeiro agradecimento vai para a professora Cláudia Wasserman. Sou grata pela orientação cuidadosa, pelas críticas precisas e pela leitura atenta. Obrigada por ter acreditado neste projeto e por ter me acolhido.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa que permitiu a realização desta pesquisa no exterior. Agradeço também ao professor Rodolfo Porrini por toda ajuda recebida na *Universidad de La República Uruguay* (UDELAR).

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) agradeço por todas as oportunidades proporcionadas. À Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) agradeço pelo apoio institucional. À professora Dinara Jaqueline Moura, agradeço por toda compreensão dispensada durante este processo.

Aos funcionários de todas as instituições em que eu pesquisei, no Brasil e no Uruguai, agradeço pelo auxílio recebido.

Pelo companheirismo que surgiu e se solidificou na pós-graduação, agradeço à Ananda Simões Fernandes, à Silvania Rubert e ao Diego Soca por dividirem comigo o interesse pela temática e, principalmente, pela amizade, pelo apoio e por estarem ao meu lado nos momentos difíceis pelos quais passei no decorrer deste trabalho. Não sei o que teria sido de mim sem o carinho de vocês.

À Daniela de Campos, agradeço por toda a inspiração e por ser essa amiga sempre presente e essa historiadora que eu tanto admiro.

À Olívia Barros, à Isadora Santos e à Bárbara Jacob, agradeço por todo apoio, pela amizade, pelos problemas compartilhados. Vocês são o presente que a UFCSPA me deu.

À Priscila Nakata, agradeço pela amizade de tanto tempo, pelo incentivo, pelas experiências trocadas e pela compreensão nas ausências.

À Isabel Amaral e à Sabrina Bronzatto, agradeço por estarem comigo desde o início desta história.

À Ana Rita Caldart, agradeço pela alegria da nossa amizade e pela leitura dedicada e primorosa desta dissertação.

À Milene Buendia, agradeço por me ensinar a respirar nos momentos mais difíceis e por me ajudar a entender que tudo na vida tem o seu tempo.

Agradeço o companheirismo aos demais amigos que eu fiz na graduação e que são tão importantes na minha vida: Alfredo Ranzan, Aline Limma, Claudio Klippel, Fernanda Lima, Gabriel Egger, Georgia Manfroi, Marcus Carvalho, Michael Prudêncio, Pedro Ermida, Tiego Rebello. A vida não teria a mesma graça sem vocês.

Ao Bibiano, à Anita e à Flora agradeço por todo o chamego e por formarem comigo uma família.

Ao meu irmão Jorge Moraes, agradeço pelas discussões e por compartilhar comigo a afeição pelas humanidades. À minha irmã Clara Moraes, agradeço por todo apoio – financeiro e psicológico – e, principalmente, por ter me dado a oportunidade de ser tia e dinda do Michel, que tanto alegra os meus dias.

Por fim, quero dedicar este trabalho à minha mãe – minha grande perda durante esse caminho – e agradecer pelas risadas, pelas brigas, pela vida e por dividir comigo a admiração pelo Brizola. Amor para sempre, dona Maria! Gratidão por tudo!

Vou voltar  
Sei que ainda vou voltar  
Para o meu lugar  
Foi lá e é ainda lá  
Que eu hei de ouvir cantar  
Uma sabiá

Vou voltar  
Sei que ainda vou voltar  
Vou deitar à sombra  
De uma palmeira  
Que já não há  
Colher a flor  
Que já não dá  
E algum amor talvez possa espantar  
As noites que eu não queira  
E anunciar o dia

Vou voltar  
Sei que ainda vou voltar  
Não vai ser em vão  
Que fiz tantos planos  
De me enganar  
Como fiz enganos  
De me encontrar  
Como fiz estradas  
De me perder  
Fiz de tudo e nada  
De te esquecer

**Sabiá**, Chico Buarque

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a trajetória política de Leonel de Moura Brizola entre os anos de 1964 a 1977, período em que esteve exilado no Uruguai devido ao golpe civil militar de 1964. Pretende-se, dessa forma, traçar um roteiro desde a ocasião em que o político esteve na clandestinidade, os preparativos para sua saída do Brasil, o pedido de asilo e a repercussão de sua chegada na imprensa uruguaia. Busca-se também discorrer sobre o envolvimento de Brizola com Cuba, sua participação em movimentos de guerrilha, mobilização junto aos demais exilados e forças políticas brasileiras, além de sua resistência diante do endurecimento do regime ditatorial brasileiro e da escalada do autoritarismo uruguaio. Objetiva-se ainda analisar a conexão entre os dois países, demonstrando como Brizola foi alvo do forte aparato repressivo por parte da ditadura brasileira mesmo estando em terras estrangeiras.

**Palavras-chave:** Leonel Brizola, exílio, ditadura militar.

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze the political activities of Leonel de Moura Brizola between 1964 and 1977, period in which he lived in exile in Uruguay because of the 1964 Brazilian civil-military coup d'état. We thus address his path from living underground, the arrangements for his departure from Brazil, his request for political asylum and the repercussions to his arrival by the Uruguayan press. We also seek to discuss Brizola's involvement in Cuba, his participation in guerrilla movements and mobilization efforts with other exiles and Brazilian political forces. Additionally, we elaborate on his resistance to the hardening of the Brazilian dictatorship and the escalation of Uruguayan authoritarianism, also analyzing the connection between the countries, demonstrating that Brizola was a target of the strong repressive apparatus of the Brazilian dictatorship even while living in foreign lands.

**Keywords:** Leonel Brizola, exile, military dictatorship.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AEBU – Associação de Exilados Brasileiros no Uruguai

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AI – Ato Institucional

ALN – Aliança Libertadora Nacional

AMFNB – Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil

ANI – *Agencia Nacional de Informaciones*

AP – Ação Popular

APML – Ação Popular Marxista-Leninista

ARENA – Aliança Nacional Renovadora

BNM – Brasil Nunca Mais

CEERGS – Companhia de Energia Elétrica Riograndense

CEMDP – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CIA – *Central Intelligence Agency*

CIE – Centro de Informações do Exército

CIEX – Centro de Informação do Exterior

CNRS – Centro Nacional de Pesquisa Científica

CNV – Comissão Nacional da Verdade

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de

Defesa Interna

DOPS/RS – Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul

DSI – Divisões de Segurança Interna

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ESG – Escola Superior de Guerra

FAB – Força Aérea Brasileira

FBI – Frente Brasileira de Informação

FIdel – *Frente Izquierda de Liberación*

FMP – Frente de Mobilização Popular

HTP – História do Tempo Presente

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IHTP – Instituto de História do Tempo Presente

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial-Militar

IT&T – *Telephone & Telegraph Corporation*

JUC – Juventude Universitária Católica

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MFPA – Movimento Feminino pela Anistia

MNR – Movimento Nacional Revolucionário

MPS – *Medidas prontas de Seguridad*

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MRO – *Movimiento Revolucionário Oriental*

MRMN – Movimento de Resistência Militar Nacionalista

OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCU – Partido Comunista Uruguaio

POLOP – Política Operária

PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SERPAJ/UY – *Servicio de Paz y Justicia/Uruguay*

SNI – Serviço Nacional de Informação

SOPS/RS – Seção de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul

TDE – Terror de Estado

UJC – *Unión de Juventudes Comunistas*

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O EXÍLIO DE LEONEL DE MOURA BRIZOLA .....</b>	<b>32</b>
<b>1.1 Exílio: alguns olhares sobre conceitos e definições .....</b>	<b>32</b>
<b>1.2 A chegada de Leonel de Moura Brizola ao Uruguai .....</b>	<b>41</b>
<b>1.3 Leonel Brizola e a imprensa uruguaia.....</b>	<b>51</b>
<b>CAPÍTULO 2 – DAS REDES DE SOCIABILIDADE À LUTA ARMADA: A ATUAÇÃO DE LEONEL BRIZOLA.....</b>	<b>66</b>
<b>2.1 O cotidiano no exílio: a formação das redes de sociabilidade .....</b>	<b>67</b>
<b>2.2 Resistência à ditadura: a opção pela luta armada .....</b>	<b>76</b>
2.2.1 Da Operação Pintassilgo à Guerrilha de Três Passos: a estratégia da insurreição ..	76
2.2.1.1 Operação Pintassilgo: a insurreição que terminou sem ter começado .....	78
2.2.1.2 O grupo “guerrilheiro” de Jefferson Cardim Osório .....	81
2.2.2 A guerrilha de Caparaó: a teoria do foco e o apoio de Cuba .....	91
<b>CAPÍTULO 3 – O OCASO DA REBELDIA: A NECESSIDADE DE REVER O EXÍLIO .....</b>	<b>100</b>
<b>3.1 As consequências do fracasso de Caparaó .....</b>	<b>100</b>
<b>3.2 O exílio em novas conjunturas: Leonel Brizola e a escolha pela linha política de atuação.....</b>	<b>106</b>
<b>3.3 Novos horizontes (forçados) do exílio .....</b>	<b>121</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
<b>ARQUIVOS E FONTES CONSULTADOS .....</b>	<b>135</b>

## INTRODUÇÃO

O ano era 1964. O governo de João Goulart passava por instabilidades, o que ocorria desde o início do seu mandato devido à renúncia do então presidente Jânio Quadros. A posse de Jango foi reforçada sobremaneira devido à Campanha da Legalidade (1961) liderada pelo seu cunhado, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola. A campanha garantiu a Goulart o cargo de Presidente, porém com poderes limitados por um sistema parlamentarista, que conferiu “a legalidade – leis válidas ou aceitas –, mas não a legitimidade, cujo significado refere-se ao exercício do poder” (WASSERMAN, 2011, p. 72-73). Assim que assumiu o governo, Goulart se deparou com as demandas históricas das esquerdas: as reformas de base. “Para os grupos nacionalistas e de esquerda, tratava-se de um conjunto de medidas que visava a alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país” (FERREIRA, 2011, p. 278): reforma bancária, com a finalidade de criar um sistema controlado pelo Estado e voltado para atividades que garantissem a autonomia nacional; reforma urbana, com o intuito de combater a especulação imobiliária e planejar o crescimento das cidades; reforma universitária, para fazer o ensino e a pesquisa voltarem-se para o atendimento das necessidades sociais e nacionais; reforma agrária, para fazer a distribuição de terras e romper com as bases de sustentação do latifúndio. Além dessas reformas o governo previa a extensão do voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas, a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a reforma do estatuto do capital estrangeiro, que disciplinaria os investimentos limitando a remessa de lucro para o exterior (REIS, 2014). Por outro lado, de acordo com Dreifuss, havia também uma parcela da sociedade por ele denominada “elite orgânica” que tinha por objetivo estabelecer-se

no poder do Estado e realizar mudanças econômicas, administrativas e políticas que os interesses representados no IPES exigiam. Taticamente, o complexo IPES/IBAD<sup>1</sup> estava engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais, modelando esses interesses em uma classe “para si”. Além disso, ele estava envolvido em uma abrangente campanha que visava impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar as clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesiástica, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e, ao mesmo tempo,

---

<sup>1</sup> IPES: Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. IBAD. Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Duas associações de empresários que se destacaram na atividade de desestabilização do governo de João Goulart. O IPES, criado no final de 1961, promoveu elaborada campanha de propaganda contra o presidente, associando-o ao comunismo. Já o IBAD, criado em 1959 por um grupo de empresários descontentes com o governo de Juscelino Kubitschek, tinha perfil marcadamente anticomunista e o seu objetivo era intervir diretamente na vida política do país. Teve grande atuação como repassador de recursos para os candidatos que se opuseram a Jango nas eleições de 1962 (FICO, 2014, p. 34).

mobilizar as classes médias como a 'massa de manobra' da elite orgânica (DREIFUSS, 1981, p.281).

Em meio a estes embates pró e contra reformas – uma vez que a sociedade brasileira já apresentava interesses opostos desde antes do golpe –, em 1º de abril os militares, apoiados por diversos setores da sociedade civil<sup>2</sup>, depuseram o presidente, dando início a uma ditadura que duraria 21 anos. Dessa forma, tendo como cenário a ditadura militar imposta pelo golpe de 1964, este trabalho pretende compreender como ocorreu a mobilização política de Leonel de Moura Brizola no Uruguai (1964-1977) acerca de uma possível reação ao novo regime instituído no Brasil, bem como a influência do político nos movimentos de resistência durante a ditadura militar brasileira mesmo estando fora do país. Pretende-se também compreender a relação entre Brizola, os demais exilados e as demais forças políticas que conseguiram permanecer no Brasil, além de analisar a conexão repressiva entre os dois países, demonstrando como Brizola foi alvo do forte aparato repressivo brasileiro mesmo estando em terras estrangeiras, tendo em vista que o regime foi extremamente rigoroso com os seus inimigos desde os seus primeiros dias.

Leonel de Moura Brizola nasceu em 22 de janeiro de 1922 em Cruzinha, uma zona de campos pertencente ao então distrito de Carazinho, no interior do Rio Grande do Sul. Foi o quinto filho do casal de agricultores José de Oliveira Brizola e Oniva de Moura Brizola: depois de Irani, nasceram Francisca, Paraguassú, Frutuoso e Leonel. Com um ano de idade Brizola perdeu o pai, morto por tropas governistas no final da guerra civil de 1923, desencadeada em reação à eleição de Borges de Medeiros para o quinto mandato para a presidência do Rio Grande do Sul. A família enfrentou inúmeras dificuldades, e os filhos tiveram que trabalhar desde cedo – mesmo após o casamento de Oniva com o também agricultor João Gregório Estery, pai de outros seis filhos.

Alfabetizado pela mãe, Brizola, juntamente com o irmão Frutuoso, mudou-se para Passo Fundo para estudar na escola municipal Fagundes dos Reis. Foi morar na casa da irmã Francisca, que casara com um comerciante da cidade. Em 1933, sob os cuidados do Reverendo Isidoro Pereira e sua esposa Elvira, Brizola voltou para Carazinho para concluir os

---

<sup>2</sup> Assim como as forças que apoiavam as reformas de base – Ligas Camponesas, Partido Comunista Brasileiro, Comando Geral dos Trabalhadores, União Nacional dos Estudantes, organizações de subalternos das Forças Armadas – os setores da sociedade civil que apoiaram o golpe também eram caracterizados pela heterogeneidade – dos mais radicais até segmentos que pareciam neutralizados, mais observadores do que participativos. De acordo com Reis (2014), podemos destacar as elites tradicionais, boa parte das classes médias e até mesmo setores populares, como pequenos proprietários, profissionais liberais, oficiais das Forças Armadas, jornalistas e trabalhadores autônomos.

estudos primários no Colégio da Igreja Metodista, e em fevereiro de 1936, após obter uma carta de recomendação do prefeito Albino Hillebrand, Brizola conseguiu matricular-se no Instituto Agrícola de Viamão. Aos 17 anos, em 1939, finalizou o curso e conseguiu emprego como operário na Refinaria Brasileira de Óleos e Graxas<sup>3</sup> na região metropolitana de Porto Alegre. Foi nesse momento que, segundo Moniz Bandeira, Brizola enriqueceu sua experiência humana: “naquela fábrica, sentiu a angústia do operário, que trabalha anos e anos sem qualquer perspectiva de mudança. A ele, com o diploma de técnico rural, restava pelo menos a chance de prestar um concurso para o Estado, depois que fizesse 18 anos” (BANDEIRA, 1979, p. 46). No ano seguinte, foi nomeado funcionário do Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura de Porto Alegre. Deu sequência aos estudos e em 1945 entrou para a Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, concluindo o curso em 1949.

A agitação política que acompanhou o processo de redemocratização do país após o fim do Estado Novo, dando início à reorganização dos partidos políticos e às articulações para a escolha dos candidatos à presidência da República, começou a seduzir Brizola. Nesse contexto, “Brizola e seus colegas mais íntimos, todos de origem bastante modesta e trabalhando para estudar, simpatizavam com Vargas e também com Luís Carlos Prestes” (BANDEIRA, 1979, p. 47). Mesmo assim, Brizola ainda não havia se decidido politicamente por nenhum caminho, apenas acompanhava o desenrolar dos fatos. O que realmente o sensibilizou foi a eclosão do movimento *queremista*:

Ele se impressionou com a massa na rua, o operariado carregando retratos de Vargas, a gritar: – *Getúlio, Queremos Getúlio, Constituinte com Getúlio*. Compreendeu que devia tomar posição, participar. Não podia, obviamente, ser contra Vargas, contra a massa dos deserdados, da qual emergia. Afinal, Brizola era também trabalhador, sofria ele próprio o problema das classes oprimidas e a necessidade de justiça social. O golpe que derrubou Vargas, em 1945, consolidou a sua opção (BANDEIRA, 1979, p. 47-48).

Ainda em 1945, Brizola entrou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido criado por Vargas, “cabendo-lhe a tarefa de organizar o movimento jovem do PTB, a chamada ‘Ala Moça’, que revelou tantos líderes” (BRAGA, 2004, p. 27). Dessa forma, deu início a uma carreira política que culminaria, no Rio Grande do Sul, com a sua eleição para governador do Estado em 1959. Antes, porém, de iniciar o mandato, Brizola já havia sido eleito deputado estadual por duas vezes, quando fora líder do partido na Assembleia Legislativa; fora também secretário de Obras Públicas, deputado federal por um ano (1955) e prefeito de Porto Alegre (1956-1960), mandato que interrompeu para tentar o Palácio Piratini (LEITE FILHO, 2008).

---

<sup>3</sup> Anos mais tarde, Brizola soube que a refinaria na qual trabalhara pertencia a Ildo Meneguetti, um dos seus adversários políticos mais difíceis de enfrentar na disputa de votos. (BRAGA, 2004, p. 23).

Uma das grandes batalhas do governo de Leonel Brizola ocorreu nos setores de energia e de comunicações. Ainda sob o governo federal de Juscelino Kubitscheck, Brizola “assinou um decreto para encampar a Companhia de Energia Elétrica Riograndense (CEERG), filial no Rio Grande do Sul da *Bond & Share*, [...] subsidiária da *American Foreign Power*, que monopolizava o serviço de distribuição de energia elétrica” (BRAGA, 2004, p. 53). Todavia, antes de assinar o decreto de expropriação,

o governador Brizola presidiu exaustivas e demoradas negociações com os dirigentes da CEERG. Embora a concessão já estivesse vencida e a empresa não fizesse nenhum novo investimento no Rio Grande do Sul para atender ao que pleiteava o governo estadual, seus diretores exigiam novo contrato por um período de 35 anos e revisão tarifária. Considerando as exigências absurdas, com autorização do presidente Juscelino Kubitscheck o governador Brizola assinou decreto encampando a Companhia, expropriando seus bens pelo valor simbólico de um cruzeiro (BRAGA, 2004, p. 54).

A expropriação gerou uma crise nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Brizola então se surpreendeu com o fato de que um ato administrativo de um Estado-membro pudesse criar um problema internacional. Foi nesse momento que Brizola, segundo Moniz Bandeira,

despertou para o que ele passou a designar como *processo espoliativo* que não só o Rio Grande do Sul como o próprio Brasil sofriam por parte das corporações internacionais, protegidas pelos governos de seus países de origem. Consolidou-se então sua consciência antiimperialista, que o consagraria como intérprete das aspirações nacionais do povo brasileiro (1979, p. 62-63).

Foi essa consciência que o levou a enfrentar a Companhia Telefônica Riograndense, filial da *Internacional Telephone & Telegraph Corporation*, a IT&T, decretando a tomada dos serviços e expropriando o seu acervo. E da mesma forma que a expropriação da *Bond & Share* causou impacto, a expropriação da IT&T repercutiu imensamente no Brasil e no exterior. Após a encampação da IT&T no Rio Grande do Sul, só restou ao governo federal absorver as companhias de telefone e de energia elétrica, o que resultou na criação da Telebrás e da Eletrobrás. A questão das subsidiárias dos serviços públicos passou a ser considerada o centro da crise entre Brasil e Estados Unidos e Brizola passou a ser acusado como o responsável pelo agravamento da tensão entre os dois países (BANDEIRA, 1979). Para o governo dos Estados Unidos, conforme explica Jorge Ferreira (2011, p. 272), “as expropriações não passavam de um confisco ilegal por parte das autoridades brasileiras”<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> O episódio das encampações agravou as relações entre Brasil e Estados Unidos, levando o governo norte-americano a pressionar o governo brasileiro para que as empresas estrangeiras incorporadas ao patrimônio do Estado fossem indenizadas financeiramente – o que só ocorreu após o golpe de 1964. De acordo com Braga (2004, p. 56), “a ITT recebeu empréstimo do Banco do Brasil num valor bem superior ao que a Justiça aceitara pelos acervos da empresa, com prazo de 12 anos para pagamento e juros baixíssimos. A Bond and Share, de

Brizola foi também o protagonista de um dos momentos mais marcantes da história recente do Brasil: o Movimento da Legalidade. Após a renúncia inesperada de Jânio Quadros enquanto o vice, João Goulart, estava em viagem na China, assumiu a Presidência da República o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, do Partido Social Democrático (PSD). De acordo com Carlos Fico,

Os comandantes das Forças Armadas (que na época tinham o *status* de ministro) logo declararam que não aceitariam o retorno de Goulart ao Brasil para ser empossado como o novo presidente da República. Três dias após a renúncia de Jânio, Ranieri Mazzilli aceitou em enviar uma mensagem ao presidente do Congresso dizendo que os ministros da Guerra (assim era designado o futuro Ministério do Exército), marechal Odílio Denis, da Marinha, vice-almirante Sylvio Heck, e da Aeronáutica, brigadeiro-do-ar Gabriel Grum Moss, “na qualidade de chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, [lhe] manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao país do vice-presidente João Belchior Marques Goulart” (2014, p. 17).

Ainda segundo Fico (2014), os ministros lançaram um manifesto à nação contra a posse de Goulart, alegando que, quando ministro do Trabalho do governo de Getúlio Vargas (1953-54), Jango incentivava e promovia agitações políticas nos meios sindicais, além de nomear esquerdistas para cargos políticos importantes, pessoas que eram conhecidas como agentes do comunismo internacional. Diante da atitude golpista dos ministros, Leonel Brizola iniciou no dia 27 de agosto de 1961 a Rede da Legalidade. Excelente comunicador, o governador do Rio Grande do Sul foi para as rádios defender o direito de Jango voltar ao país e assumir o cargo de presidente. Seu argumento, segundo Carlos Fico (2014), era imbatível: se o presidente renuncia, deve assumir o vice-presidente, pois essa era a solução legal prevista na Constituição.

Inúmeras emissoras passaram a transmitir os pronunciamentos de Brizola. Odílio Denis determinou então que a Rádio Guaíba e a Rádio Farroupilha encerrassem suas transmissões, o que levou o político a requisitar a Rádio Guaíba, instalando-a no Palácio Piratini, sede do governo estadual. Sem conseguir conter o pronunciamento dos discursos que passaram a ser retransmitidos por dezenas de emissoras, Odílio Denis enviou uma mensagem ao comandante do III Exército, general Machado Lopes, para que Leonel Brizola fosse compelido a pôr termo na atividade subversiva que vinha desenvolvendo. Ordenou que o comandante atuasse com a maior energia e presteza, utilizando inclusive, se assim julgasse conveniente, toda a tropa do Rio Grande do Sul, e a aeronáutica para realizar bombardeios, se necessário (BRAGA, 2004). No entanto, em vez de tomar o Palácio e investir contra a multidão que se aglomerava na Praça da Matriz, o comandante Machado Lopes apresentou-se

---

propriedade da American & Foreign Power recebeu do governo brasileiro 470 milhões de dólares, soma esta englobando outras empresas do mesmo grupo”.

ao governador e explicou que os generais do III Exército haviam decidido apoiar a Rede da Legalidade. Este fato, ao mesmo tempo que dividiu o Exército, foi muito importante para o sucesso do movimento. E, na perspectiva de Carlos Fico (2014, p. 20), “a atitude de Brizola o transformaria em uma espécie de inimigo número 1 dos militares. Não por acaso, Odílio Denis teria papel muito importante no golpe de 1964”.

A atuação de Leonel Brizola no episódio da Legalidade foi fundamental para projetá-lo como líder nacional e aglutinar em torno de si os segmentos mais expressivos da esquerda. Ao final do seu mandato como governador, Brizola não hesitou em aceitar o convite da seção carioca do PTB e candidatou-se à Câmara Federal pelo Estado da Guanabara, elegendo-se com cerca de 300 mil votos – a maior votação obtida até então por um candidato a deputado em toda história do Congresso (BRAGA, 2004). O desempenho de Brizola como deputado federal foi igualmente marcado por uma atividade política constante. No início de 1963, foi organizada, sob sua liderança, a Frente de Mobilização Popular (FMP). Na Frente reuniam-se as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base e que se esforçavam para que Jango assumisse os compromissos reformistas, mesmo que para isso fosse preciso existir uma política de confronto com a direita<sup>5</sup> (FERREIRA, 2004). Nesse momento, acompanhando a radicalização das posições dos grupos políticos de esquerda, Brizola também radicalizou nas suas proposições, afastando-se cada vez mais do governo de Jango ao mesmo tempo em que atacava o Congresso. Como era de se esperar, no Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, o discurso mais radical da noite foi proferido justamente por ele.

Foi dessa forma que imediatamente após o golpe Brizola se tornou um dos políticos mais procurados pelos militares. Diversos setores considerados subversivos também foram reprimidos pela junta militar que assumiu depois da deposição do presidente João Goulart: sindicatos, movimentos estudantis, partidos políticos de esquerda e a FMP liderada por Brizola. O novo governo teve como uma de suas bases a promulgação de inúmeros Atos Institucionais<sup>6</sup> – apenas oito dias após o golpe foi redigido e assinado em segredo o que posteriormente ficou conhecido como Ato Institucional nº 1 (AI-1). Esse Ato limitava

---

<sup>5</sup> Assim como foi colocado a esquerda no plural, também é necessário fazer o mesmo com a direita, uma vez que esse grupo nunca foi monolítico, albergando facções que compreendiam um amplo leque de posturas. Concorde-se aqui com o que escreveu Magdalena Broquetas (2014, p.31): “Descartando entonces el carácter rígido del concepto “derecha” y admitiendo su sustitución por el plural, a efectos metodológicos parece útil pensar en los términos que lo ha hecho Sergio Morresi, influyendo teóricamente por Pierre Bourdieu, al postular que las derechas conforman un campo ideológico, integrado por movimientos político-sociales precedentes de tradiciones diversas y compuestas por agentes con acervos propios que, sin embargo, generan una gramática compartida”.

<sup>6</sup> Ao todo foram promulgados 17 Atos Institucionais e 104 Atos Complementares.

drasticamente os poderes do Congresso Nacional e continha outras ações de controle do Judiciário e suspensão dos direitos individuais, destinadas a abrir caminho para a “operação limpeza” (ALVES, 1984). Essa operação designou o conjunto de medidas<sup>7</sup> adotadas pelos militares com o intuito de afastar e eliminar os seus opositores, num esforço destinado a ativar as forças repressivas e dar ao Estado o controle sobre as áreas políticas, militares e psicossociais (ALVES, 1984).

Dentre os artigos do AI-1, interessa nos marcos desta pesquisa o Artigo 10<sup>8</sup>, que autorizava a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais e a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão por um período de dez anos. Como explica Alves,

A suspensão dos direitos políticos eliminava o direito de voto, de candidatura eleitoral e de participação em atividades político-partidárias. O Ato continha uma lista daqueles que imediatamente perderiam seus mandatos eleitorais e teriam suspensos seus direitos políticos. O nome do Ex-Presidente encabeçava a lista, seguido por 40 membros do Congresso Nacional. Outras 100 pessoas mencionadas perderiam seus direitos políticos por 10 anos (1984, p. 55).

No momento da assinatura do Ato Institucional, João Goulart já havia saído do país, uma vez que havia a perspectiva de sua prisão desde os primeiros momentos do golpe. Contudo, imersos neste contexto de suspensão dos direitos políticos e cassação de mandatos, encontravam-se os políticos ligados ao governo deposto ou que eram vistos como opositores ao novo regime, como Amaury Silva, Renato Archer, Cláudio Braga, Djalma Maranhão, Waldir Pires, Darcy Ribeiro e Leonel de Moura Brizola, que estava foragido desde os primeiros dias do golpe<sup>9</sup>. Grande parte desses políticos e intelectuais escolheu o exílio como

---

<sup>7</sup> Esse conjunto de medidas era formado por diversas estratégias. A primeira delas referia-se à mobilização das forças repressivas. Foram instalados Inquéritos Policial-Militares (IPMs), que deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares de níveis municipal, estadual e federal para identificar os que estavam envolvidos em atividades subversivas. A estratégia política, segundo a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), dizia respeito à vigilância e controle dos partidos políticos, do Legislativo, do Judiciário e do Executivo. A estratégia militar refere-se ao controle dos militares, área de particular interesse para o Estado de Segurança Nacional. Uma série de mecanismos de controle foi criada para limitar a participação política e fazer valer os padrões hierárquicos, de modo a assegurar a predominância dos pontos de vista dos oficiais detentores do poder. A estratégia psicossocial concentrava-se especialmente nos movimentos sociais que ganharam força nos anos anteriores ao golpe de Estado. Manobras militares de busca e detenção foram conduzidas em universidades, sindicatos, ligas camponesas e nos muitos movimentos católicos de trabalhadores. (ALVES, 1984, p. 56-71).

<sup>8</sup> “Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.” Ato Institucional nº 1 de 9 de abril de 1964.

<sup>9</sup> **Amaury Silva**: tornou-se Ministro do Trabalho e Previdência Social no governo de João Goulart (1963). Após o golpe, acompanhou Jango na sua viagem ao Uruguai, onde ambos solicitaram asilo político. **Renato Archer**: atuou no Ministério das Relações Exteriores, mas deixou o Itamarati em junho de 1962 para concorrer às eleições legislativas. Foi um dos principais articuladores da Frente Ampla, lançada oficialmente em outubro de 1966 com o objetivo de unificar a oposição ao regime militar, aglutinando as forças lideradas pelos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. Mesmo com dificuldades, optou por permanecer no país. **Waldir Pires**: em maio de 1963 foi nomeado Consultor-Geral da República. Após um período de exílio no Uruguai, seguiu para a França onde se tornou professor da Faculdade de Direito da Universidade de Dijon, em

destino no pós-golpe, uma vez que a dificuldade em permanecer no país era cada vez maior. Outros, inclusive, viram no exílio a única opção de sobrevivência.

O exílio não fez parte exclusivamente da vida política do Brasil, já que a ditadura militar instituída no país foi apenas a primeira de uma série de ditaduras que entraram em vigor no Cone Sul da América Latina durante as décadas de 1960 a 1980. Apesar de cada exílio e cada ditadura terem suas particularidades, havia características semelhantes entre elas. Uma delas, e talvez a mais importante para entendermos o que sustentou essas ditaduras é a denominada Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Partindo-se da hipótese formulada por Joseph Comblin (1980, p.13) de que “a permanência dos regimes militares latino-americanos supõe a existência de uma ideologia que ultrapassa as peculiaridades nacionais e mantém a estrutura e a coerência de cada um”, torna-se então necessária a análise da DSN para que se compreendam as diferenças existentes entre Brasil e Uruguai e como elas influenciaram a relação entre os dois países a respeito dos exilados brasileiros.

A Doutrina de Segurança Nacional é resultado de uma situação de crise permanente, podendo atribuir-se o seu desenvolvimento na América Latina às estratégias norte-americanas de enfrentamento à União Soviética num contexto de Guerra Fria. Para Comblin (1980, p. 14), “é incontestável que esta doutrina vem diretamente dos Estados Unidos”, mesmo admitindo a grande influência do pensamento militar francês, herança da guerra da Argélia, na DSN aplicada nos países latino-americanos. De uma forma inicial, a Doutrina de Segurança Nacional apresentou-se como um corpo de princípios elaborados por civis norte-americanos membros do *National Security People*. A difusão na América Latina tinha por finalidade melhor preparar os oficiais da região no combate ao comunismo e contou com uma série de escolas que visavam colaborar com a formação desses militares. Dentre elas, pode-se citar, por exemplo, o *National War College* e o *Industrial College of the Armed Forces*, em

---

1966, e do Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade de Paris, em 1968. Retornou ao Brasil em 1970. **Djalma Maranhão:** em 1960 foi eleito prefeito de Natal, Rio Grande do Norte, mas com o golpe foi afastado da prefeitura e preso preventivamente. No final de 1964 foi libertado por força de um “habeas corpus” concedido pelo Supremo Tribunal Federal. Conseguiu asilo na embaixada do Uruguai. Posteriormente foi morar naquele país, onde veio a falecer em 1971. **Darcy Ribeiro:** assumiu em 1962, no governo de João Goulart, o Ministério da Educação e da Cultura. Em 1963, por ocasião da volta do regime presidencialista, deixou o Ministério para assumir a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República. Com o golpe, Darcy exilou-se no Uruguai, onde lecionou antropologia na Universidade da República Oriental do Uruguai, em Montevideu. Em 1968 retornou ao Brasil, porém com o AI-5 foi preso e indiciado sob a acusação de infringir a Lei de Segurança Nacional. Permaneceu detido até setembro do ano seguinte, quando foi julgado e absolvido pela Auditoria da Marinha do Rio de Janeiro. Em seguida voltou a deixar o país. E, 1971, convidado pelo presidente chileno Salvador Allende para assessorá-lo, Darcy transferiu-se para aquele país, onde permaneceu até o ano seguinte, tendo trabalhado também como professor pesquisador do Instituto de estudos Internacionais da Universidade do Chile. Em seguida transferiu-se para o Peru, onde colaborou com o governo do general Juan Velasco Alvarado. **Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.** Conhecer um pouco a trajetória destas pessoas após o golpe permite-nos também identificar aproximações e distanciamentos com a trajetória de Leonel Brizola.

Washington. Corroborando com o trabalho de Comblin, Tapia Valdés enfatiza o caráter antidemocrático das tendências transmitidas aos militares latino-americanos durante os períodos de treinamento nas bases norte-americanas:

el entrenamiento e el adoctrinamiento que aquellos soldados reciben no se dirige a la protección de la Constitución, del Derecho y de los gobiernos legítimos de regímenes civiles y democráticos, sino hacia el aniquilamiento, bajo el pretexto de infiltración comunista, de todo gobierno de izquierda, populista o neutral, como asimismo de la forma democrática de gobierno (TAPIA VALDÉS, 1980, p. 85).

Na teoria formulada por Comblin, há dois princípios essenciais para a compreensão de como a DSN foi absorvida pelos governos militares: as noções de geopolítica e guerra total. A geopolítica vista pela doutrina, segundo o autor, “estuda a relação entre a geografia e os Estados, sua história, seu destino, suas rivalidades, suas lutas” (COMBLIN, 1980, p. 24). Com a DSN, a geopolítica ganhou novos contornos, apresentando-se como o fundamento racional dos projetos políticos. Na perspectiva de Comblin (1980, p. 28), “a grande tese geopolítica é a divisão do mundo em dois poderes antagônicos e a inevitável integração da América Latina em um desses blocos, por motivos geopolíticos”. O autor não se refere à geopolítica nacional dos países latino-americanos, mas sim àquela que os fez integrarem o bloco anticomunista.

Já a noção de guerra total estaria relacionada à bipolaridade existente na época, ou seja, ao enfrentamento entre os blocos capitalista e comunista. Há três conceitos que interferem na elaboração da ideia de guerra total: a guerra generalizada, a guerra fria e a guerra revolucionária. A guerra generalizada prevê que ela é absoluta; sendo assim, a destruição do adversário é a sua meta por questões de sobrevivência e a guerra atômica é sua última consequência. A guerra fria é uma guerra permanente, travada em todos os campos – militar, político, econômico, psicológico –, evitando, porém, o confronto armado direto. A guerra fria tornou-se uma realidade presente em toda parte, sendo uma chave para interpretar o que pudesse acontecer no mundo. Segundo Comblin (1980, p. 40), “cada vez que o *status quo* fosse questionado, [...], cada vez que surgisse um governo desfavorável aos Estados Unidos, ou suscetível de tornar-se desfavorável, seria necessário ver nisso o espectro da guerra fria: a presença do dedo de Moscou”. Já a noção de guerra revolucionária (ou contrainsurgente) passa a ser a preferida dos militares latino-americanos a partir 1961/62, momento em que começam a funcionar os colégios militares destinados a preparar os oficiais e soldados no Canal do Panamá<sup>10</sup>. Dentro da perspectiva da DSN, todas as lutas e formas de

---

<sup>10</sup> Escola das Américas, Zona do Canal do Panamá: local onde o presidente Kennedy pôs em prática, com intensidade, programas de treinamento para a luta antiguerilha (TAPIA VALDÉS, 1980, p.71).

contestação eram concebidas como movidas pelo comunismo. A guerra revolucionária seria então, para a União Soviética, o meio para conquistar o mundo.

Ao analisar a guerra revolucionária, Comblin (1980) apresenta que o controle desta é uma questão de controle da população e este controle é obtido pelo terror. A estratégia primeiramente adotada seria a localização do inimigo – e é aqui que entram os serviços de inteligência. De acordo com o autor, para detectar os membros da subversão são utilizadas as mais variadas técnicas:

presença permanente em toda parte: nos locais de trabalho, de transporte, de recreio; prisões rápidas, informações. Principalmente informações. Nesta guerra, a arma decisiva é a informação. Ela é necessária através de quaisquer meios. Os revolucionários sabem o que os espera. A tortura é a regra do jogo (COMBLIN, 1980, p.46).

Os serviços de inteligência fazem esforços para reconstruir, a partir de pequenos indícios, toda uma trama de guerra revolucionária. Não fazem distinção nenhuma entre subversão, crítica, oposição política, guerrilha, terrorismo e guerra, considerando tudo manifestações de um único fenômeno, vendo em toda parte a presença do comunismo internacional, deformando sistematicamente a realidade. (COMBLIN, 1980).

Por fim, para uma melhor caracterização da guerra revolucionária, é necessário conhecermos as definições de “fronteira ideológica” e “inimigo interno”. O conceito de “fronteiras ideológicas” possibilitou a ação dos agentes da ditadura militar brasileira para além dos limites políticos e territoriais do país. A apropriação desse conceito pautou o pensamento dos militares golpistas do continente latino-americano:

A partir do conflito ideológico estabelecido com a Guerra Fria, o conceito de “fronteiras ideológicas” passou a traduzir uma tese geopolítica de que o mundo estaria dividido em dois blocos antagônicos, irreconciliáveis, o comunista e o anticomunista. Apesar de restringir-se ao mundo das ideias, a noção de “fronteira ideológica” está intrinsecamente ligada à noção de *nação*: a nação não seria apenas um território a ser defendido contra as forças armadas estrangeiras ou qualquer outra ameaça externa, mas um conjunto de crenças, instituições, religião e valores. Os militares, devido à “inabilidade” dos civis para lidarem com prováveis situações bélicas como essas, deveriam somar-se à política continental desenvolvida pelos Estados Unidos para a região (BAUER, 2009b, p. 171).

O termo “fronteira ideológica” relaciona-se com o reconhecimento da existência de um *eu* e de um *outro*, sendo o último sempre identificado como um inimigo. Após a Revolução Cubana, esse *outro* passou a ser identificado como um “inimigo interno”<sup>11</sup> disseminado na sociedade latino-americana. Mesmo com a implementação da ditadura

---

<sup>11</sup> Esse inimigo interno passa a ser visto, de acordo com Ananda Simões Fernandes (2009, p. 43), “como sinônimo desde grupos armados, partidos democrático-burgueses de oposição, trabalhadores e estudantes, setores progressista da Igreja, militantes de Direitos Humanos até qualquer cidadão que simplesmente se opusesse ao regime; ou seja, é importante manter o conceito elástico para que haja possibilidade de enquadrar outros grupos como comunistas”.

brasileira o combate ao “inimigo interno” não se resolvia, pois este se deslocava para o outro lado da fronteira, mas continuava representando uma ameaça à segurança do seu país de origem, já que, supostamente, continuava conspirando, subvertendo e ameaçando a ordem estabelecida. Nesse sentido, o conceito de soberania desses países precisou ser revisto na medida em que esta não mais se basearia em limites geográficos e, sim, no caráter ideológico desses regimes, estabelecendo-se, assim, “fronteiras ideológicas”. Compreender essas noções, portanto, torna-se primordial para posteriormente pensarmos nas especificidades da relação entre Brasil e Uruguai acerca dos exilados políticos.

A escolha de Leonel Brizola pelo país vizinho, inclusive, determinou o recorte temporal desta dissertação que abrange os anos de 1964 a 1977, período no qual o político permaneceu no Uruguai. Em setembro de 1977, devido a pressões do governo brasileiro, Brizola recebeu uma cópia da instrução da resolução do *Ministerio de Relaciones Exteriores* revogando a resolução de 2 de junho de 1964 que o declarava asilado político<sup>12</sup>. Após uma breve passagem pela América do Norte, Leonel Brizola dirigiu-se a Lisboa onde, juntamente com outros personagens históricos, começou a rediscutir o trabalhismo. O exílio fora do Uruguai, no entanto, será abordado apenas superficialmente neste trabalho, uma vez que possui um conjunto de fontes e contextos diferentes, fazendo jus a um estudo mais aprofundado.

Quando se busca o exílio de Brizola na literatura existente, percebe-se que o assunto já foi abordado de forma tangencial em alguns estudos, como os relativos a outras personalidades exiladas e, principalmente, àqueles que pretendem apresentar uma biografia do político.

Moniz Bandeira, no trabalho intitulado *Brizola e o trabalhismo*, teve como foco a construção da biografia de Brizola, tratando do seu nascimento ao exílio, apresentando o pensamento do político e a luta anti-imperialista por ele travada nos seus mandatos, bem como a sua relação com o trabalhismo. Segundo o autor, o livro não visava a interpretar episódios do passado, mas a participar dos acontecimentos do presente. Nas palavras do autor:

é preciso, portanto, informar aos jovens, que se criaram sob a ditadura, quem ele foi, o que fez e como hoje pensa, corrigindo distorções, que a versão oficial, a versão das classes dominantes, dos vitoriosos com o golpe de Estado de 1964, consagrou, até mesmo sob a roupagem de esquerda, sob a capa do combate ao chamado populismo (MONIZ BANDEIRA, 1979, p. 9).

---

<sup>12</sup> Conforme consta no documento de *asunto 687* do *Ministerio de Relaciones Exteriores*, datado de 13 de setembro de 1977, o asilo de Leonel Brizola foi revogado a partir da “*información transmitida por el Ministerio del Interior con fecha 8 del corriente señalado que el referido asilado no há guardado las obligaciones inherentes a su condición de tal*”. Ao contrário do que dizia a intimação, ele cumpria com todas as suas obrigações intrínsecas a sua condição de exilado.

Em seu livro *Brizola: da legalidade ao exílio*, a jornalista Dione Kuhn reconstituiu dois momentos marcantes da trajetória do político a partir de depoimentos exclusivos cedidos por Brizola à autora: a campanha da Legalidade e o exílio. O livro é a compilação de duas reportagens: a primeira delas originou a série *Os segredos de Brizola*, publicada no jornal Zero Hora nos dias 5, 6 e 7 de setembro de 1999. A segunda foi intitulada *Legalidade 40 anos*, publicada entre os dias 20 e 26 de agosto de 2001 pelo mesmo jornal. Foi num desses depoimentos, inclusive, que Brizola definiu sua experiência fora do Brasil à autora:

Considero o exílio um sofrimento que, em princípio, pode ter algo de romântico, idealista, mas que depois vai se tornando muito amargo, doloroso. É muito diferente sair do seu país sem poder voltar. Você não é turista, não é estudante, não é executivo. Você é considerado um apátrida, ainda mais quando o próprio serviço diplomático do seu país o ignora no exterior. Os estrangeiros se dirigem ao exilado com uma franqueza tão dura que nos fere profundamente. Foi uma experiência que não vai se repetir mais, ocorra o que ocorrer (KUHNS, 2004, p.21).

Jorge Ferreira, em *João Goulart: uma biografia*, cita Brizola diversas vezes, mesmo não sendo este o personagem principal do livro. Difícil tratar do exílio de Jango sem falar de Brizola, mesmo que na maior parte do tempo em que ambos estiveram exilados eles estivessem de relações cortadas devido a divergências políticas. O livro, porém, aponta muitos caminhos percorridos por Brizola no Uruguai.

Já a historiadora Denise Rollemberg, em seu livro intitulado *Exílio: entre raízes e rades*, pretende contar a história do exílio brasileiro entre 1964 e 1979 a partir dos relatos de vida e das atividades dos exilados, propondo uma interpretação do exílio como tentativa de afastamento e eliminação de uma geração política questionadora da ordem estabelecida. Nele, a história de Brizola é também contada, todavia é diluída nas histórias dos diversos exilados abordadas no livro.

O livro da historiadora uruguaia Clara Aldrighi, *Conversaciones reservadas entre políticos uruguayos y diplomáticos estadonidenses*, também aborda o exílio de Jango, Brizola e outros brasileiros no Uruguai. Brizola é o mais citado e a autora traz inclusive o seu envolvimento com a luta armada. A obra apresenta também documentos inéditos do Departamento de Estado obtidos pela autora no arquivo central do Governo dos Estados Unidos. Tais documentos apresentam aspectos da história do Uruguai e de suas relações exteriores a partir dos diálogos mantidos entre 1964 e 1966 por personalidades uruguaia com diplomatas estadunidenses em Montevideu e Washington. O nome de Leonel Brizola aparece em diversos documentos.

Embora os trabalhos citados apontem e analisem alguns aspectos relacionados ao exílio de Brizola, não há nenhuma obra histórica ou jornalística específica sobre o assunto;

faz-se necessário, dessa forma, uma abordagem que procure dar conta das múltiplas problemáticas e possibilidades de análise suscitadas pelo assunto.

Visando a atender às especificidades do tema, o presente trabalho insere-se na denominada História do Tempo Presente (HTP). Inscrita no contexto francês, essa denominação está associada à criação de um laboratório de pesquisa do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), entre 1978 e 1980, chamado Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), com o intuito de pesquisar sobre o passado próximo. Entretanto, a reintrodução da história no presente remonta aos anos 1930, com a criação da escola dos *Annales* por Marc Bloch e Lucien Febvre. É famosa, inclusive, a frase do primeiro: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente” (BLOCH, 2001, p. 65). Assim, a primeira geração dos *Annales* já demonstrava a necessidade de esclarecer o passado pelo presente e o presente pelo passado, percebendo a história de uma forma global.

Uma das primeiras dificuldades colocadas para a realização da HTP foi a problemática da questão temporal. Primeiramente, foi concebida como o período posterior à II Guerra Mundial; uma década após, a II Guerra se distancia, e isso tem uma consequência para os historiadores do tempo presente: rever continuamente a delimitação do seu campo de pesquisa. Conforme ressalta René Rémond,

Por um deslocamento contínuo e ininterrupto, um problema, um assunto ou um tema que definia seus objetos retira-se do campo, cai em uma história que não é mais do tempo presente. E então o resultado dessa aceleração do tempo que nos faz ver em dois ou três anos o cenário transformar-se, a maioria dos temas que estavam no cerne da investigação e da reflexão da história do tempo presente de repente envelhece e passa à condição de objeto do passado: a Guerra Fria, o comunismo, a descolonização. Consequentemente, os historiadores do tempo presente devem estar atentos às mudanças, acolher novos temas, dar provas de imaginação (RÉMOND, 2012, p. 221).

François Dosse, por sua vez, coloca a HTP na intersecção do presente e da longa duração, sem datá-la, corroborando com a ideia de René Rémond. O tempo presente corresponderia para Dosse (2012,) a um meio-termo entre passado e presente ou o trabalho do passado no presente, sendo então numa nova concepção da operação historiográfica e não apenas um período acessório da história contemporânea.

A outra problemática diz respeito à procura de objetividade na história. Mesmo sabendo que a objetividade absoluta não existe, a ausência de distanciamento entre sujeito e objeto faz os historiadores do presente ficarem atentos a essa “mistura complexa de objetividade e subjetividade na elaboração do saber” (BÉDARIDA, 2012, p. 236). A

proximidade entre objeto e sujeito consiste em uma das particularidades da HTP; entretanto a vigilância do componente subjetivo pode ser feita, conforme explica Padrós, tendo em vista os seguintes instrumentos:

a utilização de recursos metodológicos e conceituais adequados; o respeito às evidências concretas; a elaboração de hipóteses pertinentes; o uso de um referencial teórico que capte os movimentos internos do fenômeno; e o estabelecimento de relações com outros nexos do real. Tudo isso emoldurado numa rigorosa postura ética do historiador (2004, p. 209).

Nesse sentido, não há diferença real entre as operações fundamentais realizadas pelos historiadores do tempo presente e aqueles que trabalham com períodos mais distantes, sendo necessário “analisar o acontecimento com profundidade histórica pertinente; trabalhar as fontes com o rigor crítico e os métodos adequados; e explicar os fatos, hierarquizá-los e integrá-los numa longa duração” (PADRÓS, 2004, p. 204). Deriva dessas colocações a necessidade de uma abordagem macroexplicativa, processual, estrutural, global e dialética. Se os trabalhos sobre a história do tempo presente não forem submetidos a esses cuidados teórico-metodológicos, de acordo com Padrós (2004, p. 205), “os resultados obtidos dificilmente deixarão de ser meramente descritivos, fragmentados e fechados numa lógica interna que pode vir a ser perigosa”.

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, buscou-se utilizar um conjunto de fontes que permitisse uma melhor análise da referida problemática, obedecendo ao recorte cronológico proposto. No entanto, a HTP traz consigo também peculiaridades relativas à questão dos arquivos que acolhem essas fontes e às próprias fontes em si. Corroborando com esta ideia, Elizabeth Jelin elucidada que

Cuando hablamos de regímenes totalitarios o dictatoriales, donde la arbitrariedad y la clandestinidad se convirtieron en la norma del accionar estatal, el tema del resguardo de los rastros y archivos debe ser visto en una perspectiva distinta [...] Los regimenes dictatoriales actuaron desde la arbitrariedad del poder y muy a menudo con acciones de carácter ilegal y clandestino. Es de esperar, entonces, que muchas acciones no hayan dejado registro escrito o documental (2009, p. 3).

Entretanto, como esses regimes apresentavam uma rígida organização burocrático-militar, com instituições de polícia e de inteligência, a rotina dessas instituições implicava redigir informes, organizar prontuários e arquivos. Manter esses registros, acumulá-los e ordená-los fazia parte das tarefas habituais dos regimes autoritários (JELIN, 2009).

Os arquivos repressivos, no entanto, não abarcam apenas a documentação produzida pela máquina estatal: adotando o conceito de Ludmila da Silva Catela,

Aquí llamamos archivos de la represión al conjunto de objetos secuestrados a las víctimas o producidos por las fuerzas de seguridad (policías, servicios de inteligencia, fuerzas armadas) en acciones represivas (allanamientos, persecución, secuestros, tortura, desaparición, asesinatos, etc) perpetradas durante las últimas

dictaduras militares en los países del Cono Sur. Muchas veces se incluye dentro de esta categoría a los acervos producidos por instituciones de derechos humanos como producto de las acciones de denuncia y de búsqueda de información relativa a hechos de la represión (2009, p. 209-210).

Deve-se, portanto, ter sempre em mente que as informações contidas nesses documentos foram produzidas pela ótica de um estado repressor e que raramente um documento demonstrará, de forma explícita, as práticas recorrentes dessa repressão, como sequestros, desaparecimentos e torturas. É necessário estar sempre atento às sutilezas que essas fontes apresentam e às evidências que trazem subtendidas. (BAUER; GERTZ, 2009). Como coloca Catela, essas documentações e declarações são produzidas dentro de “situações limite”<sup>13</sup>, onde “la informacion es, mayoritariamente, conseguida por medio de violencia física o psicológica, por acciones clandestinas y arbitrarias o simplemente inventadas por los agentes de las fuerzas represivas” (2009, p. 21). Não se pode esquecer, também, que esses documentos afetam diretamente a sociedade na qual foram recuperados, uma vez que grande parte dos seus protagonistas – vítimas e algozes, ou seus familiares próximos – ainda estão vivos. Esse fato faz cada documento ter, além do seu valor histórico e judicial, um valor de memória e identidade que acompanha e reforça a ação militante e o testemunho das vítimas, permitindo, embora não sempre, legitimar as memórias daqueles que foram perseguidos, presos, torturados, mortos e desaparecidos.

Tendo em vista as peculiaridades das fontes que compõem esses arquivos, consultou-se as seguintes documentações para a realização dessa pesquisa: os primeiros documentos referem-se à produção das Seções de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (SOPS/RS)<sup>14</sup>, que funcionavam nas cidades do interior do estado e que foram recolhidos ao Acervo da Luta Contra a Ditadura<sup>15</sup>. Hoje estão disponíveis no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). No arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil foram pesquisados os documentos referentes à Embaixada do Brasil no Uruguai para o Itamaraty nos

---

<sup>13</sup> A autora utiliza a categoria “situação limite” a partir das ideias recortadas de Pollak (POLLAK, Michel. *L'Expérience concentrationnaire*. Paris: Métailié, 1990). Seguindo a construção do termo que propõe o autor, Ludmila Catela entende por “situação limite” aquela que provoca ações inéditas ante o imprevisto, situações para as quais não havíamos sido preparados socialmente.

<sup>14</sup> Apesar da documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS), órgão responsável pela repressão em nível estadual, ter sido incinerada em 1982, os dados das Seções de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (SOPS/RS) puderam ser recuperados, uma vez que não faziam parte do acervo existente na capital do Rio Grande do Sul.

<sup>15</sup> RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 39.680 de 24 de agosto de 1999. Cria Comissão Especial para organizar um acervo histórico da luta pela democracia e de denúncias de violações das liberdades democráticas e dos direitos humanos cometidas pela ditadura militar instalada em 31 de março de 1964. Diário Oficial do Estado, 25 ago. 1999, p.1. O Acervo da Luta Contra a Ditadura – vinculado à Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul – foi criado durante as ocasiões de comemoração dos vinte anos de promulgação da Lei de Anistia.

anos de 1964 a 1977. Também foi investigada a correspondência da Embaixada do Uruguai no Brasil no *Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguay*, disponível no *Archivo Histórico-Diplomático* deste Ministério. Por fim, no Arquivo Nacional foram pesquisadas as documentações do Centro de Informações do Exterior (CIEEX), órgão do Itamaraty e vinculado ao Serviço Nacional de Informações (SNI).

Quanto à imprensa, foram consultados na *Biblioteca Archivo de Diários del Palacio Legislativo del Uruguay* os jornais *Acción*, *Cuadernos de Marcha*, *El Día*, *Marcha* e *El Popular*, todos de Montevideu. Devido ao longo período abordado, enfatizou-se a pesquisa em três momentos do início do exílio de Leonel Brizola: abril de 1964 (com a intenção de analisar o impacto do golpe militar brasileiro no Uruguai, a chegada dos primeiros exilados e a busca das autoridades brasileiras por Brizola); maio de 1964 (com a finalidade de acompanhar a repercussão da chegada de Brizola ao exílio) e fevereiro de 1965, quando o político foi confinado em Atlântida.

Foram consultados também os relatórios *Nunca Mais* produzidos pelos dois países. O projeto *Brasil: Nunca Mais* foi organizado de forma clandestina pela Arquidiocese de São Paulo ao longo de cinco anos e possui 707 processos produzidos pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Supremo Tribunal Militar durante os anos de 1964 a 1979. A análise desses processos originou 12 volumes que foram denominados de *Projeto A*. Uma vez sistematizado e classificado, os coordenadores consideraram necessário realizar um resumo de todas as páginas: nascia assim um livro mais simples, ou *Projeto B*. Diferentemente dos demais relatórios *Nunca Mais* do Cone Sul, a denúncia do aparelho repressivo montado pela ditadura militar foi realizada com a documentação do próprio aparato. Atualmente, é possível a consulta digital do *Projeto A* no site *Brasil: Nunca Mais Digital*. Já o informe *Uruguay: Nunca Más* teve sua origem na iniciativa do SERPAJ/UY<sup>16</sup> em reunir depoimentos de vítimas da ditadura uruguaia, denunciando os crimes e abusos cometidos pelo regime de exceção. Esse informe, cabe ressaltar, também abrange o período anterior à ditadura.

Para concluir, as fontes referentes a memórias. Foram utilizados vários depoimentos impressos para a realização deste trabalho, incluindo agentes da repressão. Alguns nomes destacam-se nessa pesquisa: Avelino Bioen Capitani (*A rebelião dos marinheiros*), ex-

---

<sup>16</sup> SERPAJ/UY: *Servicio de Paz y Justicia / Uruguay*. Organização não governamental, fundada em decorrência da criação do *Servicio Paz y Justicia en América Latina*, na Colômbia, em 1974, pelo argentino Adolfo Pérez Esquivel, ganhador do Prêmio Nobel da Paz, em 1980, pela sua luta a favor dos direitos humanos. O *Servicio de Paz y Justicia* no Uruguai resultou do ativismo de pessoas como Pérez Esquivel e Luis Pérez Aguirre, uruguaio defensor da causa dos direitos humanos, sendo criado em 1981. Sua biblioteca e centro de documentação possuem fontes que se referem à temática dos direitos humanos, tanto no Uruguai quanto nos outros países do Cone Sul (FERNANDES, 2009, p. 28).

marinheiro e ex-exilado, participou de diversos movimentos, entre eles a Guerrilha de Caparaó em 1967. Foi ainda um dos exilados enviados a Cuba para participar do curso de guerrilhas. Índio Vargas (*Guerra é guerra, dizia o torturador*), jornalista e advogado, foi um dos emissários de Leonel Brizola durante o exílio, sendo responsável pelo repasse de informações codificadas. Flávio Tavares (*Memórias do esquecimento*), jornalista do Jornal Última Hora na década de sessenta, participante ativo, como militante, da luta armada. Inicialmente integrou o Movimento Nacional Revolucionário (MNR) criado por Brizola, com auxílio financeiro e treinamento de militantes em Cuba. José Wilson da Silva (*O tenente vermelho*), como tenente, tomou parte da mobilização política de militares nacionalistas entre o movimento da Legalidade e o golpe de 1964. Asilou-se, no Uruguai, estando próximo de Leonel Brizola. Frei Beto (*Batismo de sangue*), sobre o “esquema de fronteira”, que consistia em retirar os brasileiros do país e levá-los para o Uruguai. Manoel Pio Corrêa (*O mundo em que vivi*), embaixador brasileiro no Uruguai, criador do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) em 1966. Philip Agee (*Diário da CIA*), ex-agente da Companhia de Inteligência Americana (CIA) destacado para o Uruguai, no seu depoimento, explica as relações e as operações policiais entre os EUA e este país.

Para a apresentação do estudo em foco, a presente dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo explicam-se, a partir da pesquisa bibliográfica, as diferentes noções terminológicas de asilo/exílio, assim como os diferentes significados do ser/estar exilado. Contempla-se a chegada de Leonel Brizola ao Uruguai, traçando um roteiro desde o período em que o político esteve na clandestinidade, os preparativos para sua saída do Brasil, o pedido de asilo e a repercussão da chegada do político na imprensa uruguaia.

O segundo capítulo compreende o cotidiano no exílio, as dificuldades e solidariedades encontradas, bem como a formação das redes de sociabilidade, assim como a atuação de Brizola no combate à ditadura e a opção pela luta armada. Versa também sobre o envolvimento do político na Guerrilha de Três Passos, na Operação Pintassilgo e na Guerrilha de Caparaó, abrangendo desde a formação desses movimentos, seus objetivos, infraestrutura, até a desarticulação da luta armada e a consequência desse desmembramento na vida dos exilados.

Por sua vez, o terceiro capítulo analisa os novos horizontes (forçados) do exílio, consequência direta do papel dos exilados na resistência fracassada à ditadura. Nesse capítulo, discorre-se também sobre o tema da permanência dos exilados no Uruguai ditatorial, dando ênfase ao papel de Brizola nesse período. A pesquisa encerra-se com a saída forçada de Leonel de Moura Brizola do país e seus desdobramentos

## CAPÍTULO 1

### O EXÍLIO DE LEONEL DE MOURA BRIZOLA

(...) *no fim das contas, o exílio não é uma questão de escolha: nascemos nele, ou ele nos acontece.*

Edward Said

Será possível determinar o instante exato em que se *chega* ao exílio? A delimitação desse momento não é tão evidente, nem igual para todos os indivíduos. A percepção de estar vivendo o exílio varia de acordo com as trajetórias de vida, as circunstâncias políticas e os novos locais envolvidos. Denise Rollemberg, contribuindo para este debate, afirma que

há depoimentos, por exemplo, que definem o início do exílio antes mesmo da partida, identificando-o à clandestinidade no país. Mas há outros que nem consideram um primeiro período no exterior, passado em um ou até mesmo mais países, como exílio, pois não o vivenciaram como tal (ROLLEMBERG, 1999, p. 89).

No caso de Brizola, e não só do político, é no mínimo complicado tentar estabelecer uma data, mesmo que aproximada, para sua chegada ao exílio – que pode coincidir ou não com sua chegada ao país vizinho ou até mesmo iniciar no período em que viveu na clandestinidade. Além disso, ainda de acordo com Rollemberg (1990) é difícil falar em *uma* chegada, pois foram pouco frequentes os casos dos exilados que se estabeleceram em um só país. Mais apropriado “seria falar de *chegadas*, que dependeram das características pessoais dos exilados, informando a maneira como cada um pôde (*sic*) enfrentar a situação” (ROLLEMBERG, 1990, p. 90).

Mas afinal, o que é *exílio*? Para melhor compreensão desta pesquisa, faz-se necessário entender o significado desse termo, seus usos, suas consequências. Este será, portanto, o assunto a ser tratado a seguir.

#### 1.1 Exílio: alguns olhares sobre conceitos e definições

Exílio. Do latim *exsilium*, o que representa uma situação de desterro, deportação, degredo. Na complexa semântica do exílio há ainda a possibilidade de se acrescentar à reflexão os significados de apartar, arredar, afastar-se do convívio social. No período da ditadura militar brasileira, o exílio foi o caminho encontrado por inúmeras pessoas que não

puderam viver sob um regime de exceção. No entanto, ao longo da história, o exílio foi utilizado como um mecanismo que servia para afastar pessoas que de alguma forma perturbavam o *status quo*. Também foi utilizado como um meio de povoar regiões desabitadas nas margens dos impérios. Com a desintegração do império espanhol nas Américas e a subsequente disputa pelo poder entre as elites políticas dos novos países independentes, se abre um campo de disputa pelo poder e o exílio assume uma tonalidade especificamente política na América Latina. As possibilidades de lutas abertas pela independência proporcionaram duas situações que não interessavam às elites: o extermínio do oponente, que poderia gerar infinitas represálias; ou a mobilização das camadas mais baixas com o intuito de requerer o poder (RONIGER; SZNAJDER, 2008). Na perspectiva de Luis Roniger e Mario Sznajder,

La primera alternativa implicaba el peligro de crear una situación que en ciencias políticas se conoce como "juego de suma-cero", vale decir, donde existe la percepción que la ganancia de una de las partes involucra una pérdida para otros, lo que eventualmente generaría conflictos incrementales que podrían desangrar a toda una capa social privilegiada. La segunda opción implicaba un peligro no menor, el de abrir el juego político republicano hacia fuera de los círculos de élite, hacia estratos sociales amplios, cuya presencia podría conllevar una 'guerra de castas' o conflicto étnico, que igualmente pondría en peligro la hegemonía de la clase gobernante y de poder. (2008, p. 38).

Mediante tal impasse, que não apresentava uma solução adequada para a conservação da hegemonia política das elites que estavam no poder, o uso do exílio foi visto como solução intermediária e como um mecanismo institucionalizado de controle político, uma vez que deslocava seus opositores para outros territórios. O exílio, todavia, constituía-se numa pena significativa, pois, em virtude das condições de comunicação da época, resultava na ruptura com os antigos contatos sociais, na perda do protagonismo político e nas fontes de sustento (RONIGER, 2010). Todos os países da América Latina, na análise de Luis Roniger (2011), incorporaram o exílio como uma prática política importante, apesar das trajetórias institucionais diferentes – e principalmente a partir da década de 1960, com o advento das ditaduras militares que tomou conta dos países do cone sul latino-americano.

Essa experiência exílica que, segundo Yankelewich (2011, p. 14), alcançou um caráter massivo deve ser compreendida como um “processo coletivo, mas desenvolvido a partir do somatório de ações individuais”. Corroborando com a tese do autor, Roniger (2011, p.33) argumenta que foi justamente o “caráter forçado e massivo do exílio que levou a tomar consciência da sua profundidade histórica, funcionalidade repressiva e diversidade contextual”. A partir daí observou-se o exílio como um mecanismo de exclusão política institucionalizada na América Latina dos anos 1960 e 1970.

Compreender o exílio, no entanto, é também compreender as demais terminologias que envolvem essas migrações forçadas. O autor Edward Said, que denominou o século XX, no livro *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*, de “era do refugiado, da pessoa deslocada, da imigração em massa” (SAID, 2003, p. 54), iniciou seu ensaio esclarecendo que, embora toda pessoa impedida de voltar para casa seja um exilado, há algumas distinções entre conceitos como *asilo*, *refúgio* e *exílio* que precisam ser esclarecidas. Convém, desta maneira, elucidar as diferenças existentes entre essas nomenclaturas utilizadas para qualificar os cidadãos forçados a deixar o seu país por motivos políticos, uma vez que, na América Latina, esses termos se confundem.

A construção do direito de asilo teve suporte na Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada em 10 de dezembro de 1948, na qual se reconhece ao indivíduo o direito universal de sua personalidade jurídica. A Declaração, contudo, conforme explica Marcos Wachowicz (2002), não tem valor obrigatório, o que não significa que não tenha valor doutrinal, inspirando Tratados e Convenções do Direito Internacional Público. O autor, ao analisar a instituição do asilo político dentro do Direito Internacional Clássico, verifica que

o Direito de Asilo, apesar de ter como finalidade a proteção da pessoa humana, é ainda considerado um direito de Estado e não do indivíduo. Significa, linearmente, que o Estado não está obrigado a conceder o asilo, mas apenas o faz se quiser (WACHOWICZ, 2002, p. 148).

Para a construção do Direito de Asilo a partir dos Direitos Humanos<sup>17</sup>, conforme explica Wachowicz,

é necessário assentar-se determinadas particularidades do instituto de asilo, ressaltando, a princípio, o seu caráter eminentemente humanitário presente desde a sua origem, bem como a sua prática frequente e raramente convencionada, sendo pois ditadas por princípios universais de equidade, de liberdade, e direitos essenciais à pessoa humana, e ainda, o seu inerente caráter político, facilmente detectado numa retrospectiva histórica de prática do asilo (2002, p. 149).

No processo de evolução da legislação latino-americana, encontram-se as Convenções que foram realizadas periodicamente a partir de 1889 com o Congresso Internacional de Montevideu que consagrou o Asilo Diplomático e Territorial<sup>18</sup> nos seus artigos 15, 16, 17, 18.

---

<sup>17</sup> O conceito de direitos humanos é integrado por dois elementos: o homem e o direito. A ideia de homem, enquanto autonomia, está relacionada à ideia de liberdade e direitos individuais para fruição dos bens da vida. Já a ideia de direito está também relacionada à de liberdade e aos recursos que devem ser reconhecidos ao homem para a satisfação de suas necessidades. A repressão das necessidades reais é, portanto, repressão dos direitos humanos. Para maiores considerações acerca dos Direitos Humanos ver: AREND, Márcia Aguiar. *Direitos Humanos e Tributação*. In: BALTHAZAR, Ubaldo Cesar (org.). *Temas de direito tributário*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

<sup>18</sup> Asilo Territorial Externo, ou Internacional, denomina-se no caso em que o local onde for prestado esteja fora da soberania do Estado em que são imputáveis as ações dos agentes que perseguem ou podem perseguir o asilado. Por outro lado, denomina-se Asilo Diplomático, ou Interno, ou Intranacional, quando o local onde é prestado se situar dentro dos limites da soberania do Estado (WACHOWICZ, 2002, p. 144). Sobre o asilo

Diversos outros Tratados e Convenções se seguiram, e podemos citar os de maior relevância, como a Convenção sobre Asilo de Havana (1928); a Convenção sobre Asilo Político de Montevideú (1933); o Tratado sobre Asilo e Refúgio Político de Montevideú (1939); e a Convenção Interamericana sobre Asilo Diplomático de Caracas (1954).

Em 1953 o Uruguai havia proposto que os Estados se obrigassem a acordar sobre a definição de asilo diplomático. A postura do governo uruguaio a favor de consagrar o dever de Estado de outorgar o asilo destaca que a finalidade consistia em “subtraer a la persecución a todas las personas que se encuentren amenazadas por motivos políticos y en protegerlas por la sola condición de ser humanos” (SAN JUAN, 2004, p. 55). Apesar da validade destes argumentos, ainda dominava na latino América a postura tradicional segundo a qual não existia obrigação na concessão do asilo, o que acabou refletido no Art. II da Convenção de Caracas sobre asilo diplomático de 1954: “Todo Estado tem o direito de conceder asilo, porém não é obrigado a outorgá-lo nem a declarar porque o nega”.

Quanto à questão dos refugiados, pode-se dizer que esta se configurou no contexto internacional, sobretudo a partir do pós-guerra, uma vez que a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi a responsável pelo deslocamento de mais de 40 milhões de pessoas no interior da Europa. Compartilhando desta ideia, Edward Said (2003) explica que os *refugiados* são uma criação do Estado do século XX. “A palavra ‘refugiado’ tornou-se política: ela sugere grandes rebanhos de gente inocente e desnordeada que precisa de ajuda internacional urgente” (SAID, 2003, p. 54), ao passo que o termo “exilado”, na visão do autor, leva consigo um toque de solidão e espiritualidade.

Os recursos procurados para os refugiados – tendo em vista que estes causaram uma preocupação internacional principalmente nos países aliados –, segundo Julia Moreira (2008, p. 2), “resultaram na criação de uma organização internacional dedicada especialmente ao grupo e à elaboração de uma Convenção que definisse o alcance do termo *refugiado*”.

Em 1951, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou um órgão subsidiário responsável pela proteção dos refugiados e por encontrar soluções para eles: o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). No mesmo ano, foi criado o Comitê Consultivo para Refugiados, estabelecido pelo Conselho Econômico e Social da

---

diplomático, subscreveram-se três convenções latino-americanas. A primeira foi a Convenção sobre Asilo de Havana, em 1928; a segunda foi a Convenção sobre Asilo Político de Montevideú, em 1933; a terceira foi a Convenção sobre Asilo Diplomático de Caracas, em 1954. A respeito do asilo territorial existe um instrumento latinoamericano que o regula diretamente, que é o tratado sobre Asilo e Refúgios Políticos de Montevideú, de 1939. Com estes instrumentos encerrou-se a etapa de positivação do asilo latinoamericano em sua versão se direito clássico interestatal. A posterior recepção positiva de um instrumento convencional interamericano teve lugar no contexto de proteção dos direitos humanos (FRANCO, 2004, p. 26-27)

ONU. Nesta ocasião, o Brasil foi um dos quinze países escolhidos pela Organização para integrar o Comitê, uma vez que foi o país da América Latina que mais acolheu refugiados no pós-guerra.

Ainda em 1951, a ONU organizou uma Conferência internacional em Genebra composta por vinte e seis países – dentre eles o Brasil – objetivando debater o conceito de *refugiado*. Após as discussões, celebrou-se o principal instrumento internacional referente a eles: a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, que definiu o termo *refugiado*, aplicável a qualquer pessoa que

como resultado de acontecimientos ocurridos antes del 1.º de enero de 1951 y debido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raza, religión, nacionalidad, pertenencia a determinado grupo social u opiniones políticas, se encuentre fuera del país de su nacionalidad y no pueda o, a causa de dichos temores, no quiera acogerse a la protección de tal país; o que, careciendo de nacionalidad y hallándose, a consecuencia de tales acontecimientos, fuera del país donde antes tuviera su residencia habitual, no pueda o, a causa de dichos temores, no quiera regresar a él<sup>19</sup>.

Cabe ressaltar que nos anos subsequentes, com a persistência de conflitos armados e de ditaduras na América Latina, os mecanismos oferecidos pela Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados – ou Convenção de Genebra, como ficou conhecida – foram estendidos e aperfeiçoados para dar conta das novas situações.

*Asilo* e *refúgio* são ainda dois conceitos que se confundem quanto à aplicação dos seus termos vinculados à proteção internacional. No continente americano generalizou-se a ideia de que *refúgio* se refere ao sistema universal de proteção aos refugiados baseado na Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e pelo Protocolo de 1967<sup>20</sup>, e que *asilo* se refere ao sistema exclusivamente latino-americano estabelecido por cerca de dez tratados sobre asilo e extradição. É importante destacar que é somente na América Latina que se faz essa distinção entre conceitos e sistemas e no resto do mundo se fala de asilo e solicitante de asilo (SAN JUAN, 2004).

Já o termo *exílio*, por sua vez, se destaca por não ser um termo jurídico como o *asilo* e o *refúgio*. No entanto, na concepção de Giorgio Agamben (1996), não é possível abordar o exílio sem relacioná-lo com os direitos humanos. Além disso, segundo o autor, a figura arquetípica do exílio não deve ser reduzida, no âmbito jurídico, a partir do ponto de vista das situações subjetivas, ou seja, da esfera dos direitos e das penas. Desta forma podemos afirmar

---

<sup>19</sup> ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). 1951, *Convención sobre el Estatuto de los Refugiados*. Parágrafo 2, Seção A do art. 1. Disponível em <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/0005.pdf>. Acessado em 22 de março de 2014.

<sup>20</sup> Protocolo de 1967 – relativo ao Estatuto dos Refugiados. Assinado em Nova Iorque em 31 de janeiro de 1967. Entrou em vigor em 4 de outubro de 1967.

que exílio é refúgio – nem direito, nem pena. Mas isso não significa que o exílio esteja desligado do direito em todos os sentidos. Agamben (1996) expõe, neste sentido, a seguinte hipótese: se o exílio consegue oscilar entre o âmbito do direito e o repertório das penas é porque ele se situa em um campo originário, que precedeu a essa divisão e que convive com o poder jurídico-político. Esse campo é o da soberania, do poder soberano.

¿Cual es, de hecho, el lugar propio de la soberania? Si el soberano, en palabras de Carl Schmitt, es quien puede proclamar el estado de excepción y así suspender *legalmente* la validez de la ley, entonces el espacio propio de la soberania es un espacio paradójico, que, al mismo tiempo, esta dentro u afuera del ordenamiento jurídico. En efecto, ¿que es una excepción? Es una forma de exclusión. Es un caso individual, que queda excluído de la norma general. Sin embargo, lo que caracteriza a la excepción es que el objeto de exclusión no está simplemente desligado de la ley, la ley se mantiene em relación con él bajo la forma de la suspensión. La forma se aplica a la excepción *desaplicandose*, retirándose de Ella. La excepción es realmente, según una etimología posible del término (*ex-capere*), cogida desde fuera, incluída a través de su misma exclusión (AGAMBEN, 1996, p. 47).

Desta forma, o exílio sai de uma relação política marginal e passa à figura que a vida humana adota no estado de exceção, ou seja, a relação com o poder soberano. Por isso não é nem direito nem pena, não está nem dentro nem fora do ordenamento jurídico e constitui um umbral de indiferença entre o externo e o interno, entre exclusão e inclusão (AGAMBEN, 1996).

Denise Rollemberg (1999, p.23-24) afirma que “o exílio tem a função de *afastar/excluir/eliminar* grupos ou indivíduos que, manifestando opiniões contrárias ao *status quo*, lutam para alterá-lo”. Para a autora

o exilado tem um projeto sociopolítico para a sociedade. É a derrota deste projeto, ao mesmo tempo individual e coletivo, ou as dificuldades consideradas intransponíveis para a sua implementação que o fazem exilado (ROLLEMBERG, 1999, p.45).

O exílio atingia, dessa forma, pessoas ligadas a um tipo de luta pela transformação do país. Na visão da autora, os indivíduos que deixavam o país de origem possuíam “referências políticas mais ou menos sólidas, concretizadas, na maior parte das vezes, numa prática afrontadora do sistema econômico e/ou do regime político” (ROLLEMBERG, 1999, p. 45). É a partir desse fato que o indivíduo passa a ser perseguido, sendo expulso formalmente – com o banimento, por exemplo – ou sendo informalmente “empurrado para fora”, devido às ameaças do aparelho repressor. Nestes casos, a partida é a única garantia de sobrevivência. Há também aqueles que não suportam os cerceamentos impostos pelo regime e decidem deixar o país. Os brasileiros que buscaram refúgio no Uruguai estavam imersos na política; exemplo clássico é o caso de Leonel Brizola que, ao chegar ao país vizinho, tinha em mente articular uma reação ao novo regime instituído. Para o político e para a maior parte dos indivíduos que deixaram o

Brasil o exílio não significou o afastamento da luta contra a ditadura militar brasileira, pelo contrário. O exílio não foi somente uma saída razoável para o perseguido, conforme explica Silvina Jensen (2004, p. 59), “sino también una solución digna y provechosa para el proyecto político coletivo”.

Ao analisar-se o exílio, notamos um certo consenso entre os autores na hora de pensar esses deslocamentos como fenômenos plurais. Essa pluralidade, conforme aborda Jensen (2011, p. 2), “remite tanto a la multiplicidad de trayectorias personales, políticas, laborales, de integración cultural y lingüística, de retorno o no a su país de origen, como a la heterogeneidad de motivaciones y posicionamientos subjetivos frente la experiencia”. Mesmo admitindo-se que nenhum exílio seja igual ao outro, não é possível estudá-lo sem levar em consideração os seus aspectos comuns que caracterizam um grupo de exilados. Dessa forma, faz-se necessário reconhecer, por exemplo, os momentos de saída e os ritmos e as intensidades na luta contra os regimes políticos expulsos. Essas são coordenadas que evidenciam a heterogeneidade dos desterrados, acentuada nos casos que compreendem a vida de gerações – os exilados, seus filhos, seus netos (JENSEN, 2011). Neste sentido, de acordo com a definição proposta por Denise Rollemberg (1999), o primeiro grupo de exilados brasileiros ficou conhecido como a primeira geração ou geração de 1964. Dentre os exilados, muitos já atuavam antes de 1945, quando se extinguiu a ditadura do Estado Novo, e muitos eram militantes mais jovens; havia políticos e intelectuais que defendiam reformas no país por meios institucionais e grupos que propunham transformações mais profundas, sem o uso da lei. Todavia, tinham em comum a experiência da conjuntura anterior ao golpe:

as barganhas políticas, as negociações pré-eleitorais, as greves, as manifestações de rua, a cumplicidade e a proteção do Estado, os comícios na Central do Brasil, a reforma agrária na lei ou na marra, as Ligas Camponesas, as rebeliões de cabos, sargentos e marinheiros. [...] Quando foram para o exílio, já eram, na maior parte, homens maduros e definidos profissionalmente (ROLLEMBERG, 1999, p. 50).

Para esta geração, nas palavras de Rollemberg (1999, p. 51), “a luta estava muito associada à defesa do passado anterior ao golpe, à preservação de uma tradição que merecia mudanças, nos limites de um projeto de reformas”. Tanto que, como bem aponta Rollemberg (1999), a proposta de recriação do antigo PTB em 1979, sob a liderança de Leonel Brizola, refletia o desejo da geração de 1964 de recuperar o passado após tantos anos de exílio<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Ato Institucional Nº 2, Art. 18 – Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros. Foi o AI-2 que determinou o fim dos partidos políticos existentes no Brasil, estabelecendo um sistema bipartidário: de um lado formou-se a **Aliança Renovadora Nacional (ARENA)**, representando o governo, e de outro o **Movimento Democrático Brasileiro (MDB)**, que reunia uma parcela da oposição, mas de forma controlada. Dessa forma, uma das pautas dos políticos exilados, ao lutarem pela anistia, era justamente recriar os partidos políticos extintos pela ditadura.

Este primeiro grupo apresentou a característica intrínseca a todos os exilados: a crença em um breve retorno. No período de 1964 a 1965, os exilados acompanhavam com interesse o que acontecia no Brasil, mantendo a expectativa quanto à possibilidade de uma mudança na conjuntura. Para muitos, o golpe não passava de um rearranjo de elites políticas e o exílio seria apenas um breve intervalo. Somente após 1965 começou a ficar evidente que o retorno não seria tão rápido assim (ROLLEMBERG, 1999). Almino Affonso<sup>22</sup>, após 12 anos de exílio, relembra o clima existente entre os políticos após o golpe em depoimento à Cristina Pinheiro Machado:

No dia em que decidi asilar-me na embaixada da Iugoslávia, logo após o Ato I, em 9 de abril de 1964, quando fui cassado, procurei fazer uma análise da situação com Santiago Dantas, e ele previu que poderia se estender até dois anos o novo regime, o que me pareceu um absurdo total. Já na embaixada da Iugoslávia, conversando com um deputado também asilado, este admitiu que o regime demoraria pelo menos um ano. Todas essas previsões me pareciam pessimistas, próprias de pessoas que viam pela frente a catástrofe, pois o que eu e outros advogávamos, como bom senso, nos levava quando muito a imaginar a excepcionalidade como não superior a seis meses de duração. Talvez, porque esse fosse nosso desejo, [...] mas talvez porque houvesse algo de racional nesse primeiro momento, quando nós sabíamos que não havia uma unidade clara, nítida, entre as forças triunfantes (1979, p.22).

Pensando da mesma forma que Almino Affonso, ou seja, num rápido retorno, essa primeira geração exilou-se em vários países, como México, Chile, Bolívia, Argélia e França, porém a maioria dos exilados – como João Goulart e Leonel Brizola – foi seduzida pelo Uruguai. Além do mais, a escolha pelo país vizinho e a capital Montevideu residia, nas palavras de Enrique Padrós, em inúmeros fatores, entre os quais:

a proximidade com o Brasil, as históricas vinculações do pequeno vizinho com a política, economia e cultura do Rio Grande do Sul, a reconhecida tradição democrática e republicana do Uruguai, bem como a primazia do respeito à norma constitucional maior e a percepção de saber-se protegido (PADRÓS, 2014, p. 98).

Foram essas características uruguayas, inclusive, que colocaram o país na mira do novo regime brasileiro, deixando seu aparato repressivo em alerta desde o início da ditadura.

O segundo grupo de exilados ficou conhecido como a geração de 1968 e estava identificado a militantes mais jovens, muitos oriundos do movimento estudantil, de onde saíram para integrar a luta armada. Quando partiram, a maioria não tinha ainda uma profissão definida e vivenciaram o exílio em seus anos decisivos como indivíduos e profissionais (ROLLEMBERG, 1999). É importante fazer essa diferenciação entre as duas gerações para mostrar a saída de indivíduos do país em dois momentos diferentes – o que não quer dizer que não houve saída de pessoas entre essas datas, uma vez que, como aponta Rollemberg (2007, p.

<sup>22</sup> Ministro do Trabalho e Previdência Social do governo de João Goulart. Foi um dos redatores do documento lido e gravado por Jango para ser transmitido pela Rádio Nacional, na qual o presidente denunciava o caráter reacionário do golpe militar.

1), “o exílio brasileiro jamais chegou a ser de massa, como outros na América Latina.”. É preciso destacar também que o número de exilados da primeira geração foi bem menor que o da segunda. O Ato Institucional N° 5, de 13 de dezembro de 1968, que decretou o recesso do Congresso Nacional e conferiu plenos poderes ao regime, contribuiu para a saída de inúmeros indivíduos que não viam alternativas a não ser abandonar o país. Até este momento não havia o banimento, que se oficializou no Ato Institucional N° 13. Os Atos Institucionais, dessa forma, não são os únicos fatores que explicam o exílio; as condições impostas pelas perdas dos direitos políticos, as perseguições dos órgãos públicos de repressão e o fechamento do regime levaram muitos a se exilarem.

O que há em comum entre as duas gerações é a vontade de permanecer na América Latina – embora, evidentemente, o exílio não se limitou apenas a este espaço geográfico. Durante a primeira fase<sup>23</sup> do exílio, que vai do golpe civil-militar de 1964 ao golpe militar no Chile os brasileiros conseguiram ficar “próximos” de casa; no entanto, a ditadura chilena causou grande impacto na vida dos exilados que estavam no país – após o golpe, eles não conseguiram asilo em outros países latino-americanos. Nas palavras de Rollemberg (1999, p.90), “a queda de Allende no Chile foi um corte, a partir do qual a esquerda exilada redefiniu expectativas em relação ao Brasil e à proposta de revolução. Desde então, o exílio ganhou um novo significado”. A partir desse momento começa a dispersão desses indivíduos em direção aos países que se dispunham a recebê-los. Inicia-se o *exílio no exílio*. A segunda fase começa com a chegada dessas pessoas em locais com culturas bem diferentes. As dificuldades de adaptação mostraram-se maiores, a começar pela língua. Entretanto, essa fase abriu a possibilidade de múltiplas vivências que foram essenciais para a redefinição da identidade do exilado. Já a terceira fase não é marcada por um evento ou data específica, mas por um processo de desgaste da fase anterior, que apresentava uma inserção social limitada ou empregos muito abaixo das aspirações dos exilados. É neste momento que esses indivíduos partem em busca de outros lugares de exílio, como os países africanos recém-libertados e Portugal da Revolução dos Cravos, que ofereciam outras oportunidades em um novo contexto. É a fase de *migração no exílio*. (ROLLEMBERG, 1999).

Denise Rollemberg (1999) mostra ainda que a categoria *exilado* é moldada também na subjetividade, na ambiguidade e na contradição. Para a autora, a estrutura psicológica e

---

<sup>23</sup> Esta divisão por fases proposta por Denise Rollemberg foi adotada por ser considerada importante verificar o caminho percorrido pelos brasileiros no exílio, independente das duas gerações. Posteriormente será analisada a trajetória de Brizola nessas fases e como os acontecimentos que a demarcaram influenciaram ou não no seu exílio.

cultural, assim como a personalidade do exilado são essenciais para a compreensão de como o exílio será vivido. Contar a história do exílio, como insiste a autora (2007, p. 3), “é narrar muitas histórias, de tendências e grupos políticos variados entre si, mas também de pessoas as mais diversas que o viveram a partir das referências políticas e em função de suas características individuais”. A escolha do país de exílio e a repercussão no de origem, as classes políticas e as sociedades dos países de destino; todos esses aspectos, se deixados num segundo plano, produziriam uma visão parcial e limitada dessa experiência concreta, heterogênea e múltipla. Uma das dificuldades de se estudar o exílio é justamente dar conta da variedade de experiências; mas é aí que está também a riqueza deste estudo. E é dessa forma que se pretende analisar o exílio de Leonel Brizola, a partir de sua experiência individual e coletiva, uma influenciando a outra, permitindo que se compreendam suas atividades políticas e pessoais no decorrer dos treze anos em que ficou em solo uruguaio. Finalmente, por tudo que foi exposto até aqui, no decorrer deste trabalho far-se-á referência aos indivíduos que abandonaram o país como *exilados*<sup>24</sup> e *asilados*, uma vez que estas duas nomenclaturas foram encontradas nas fontes pesquisadas.

## 1.2 A chegada de Leonel Brizola ao Uruguai

O primeiro país que Brizola escolheu como exílio foi o Uruguai, local no qual chegou no dia 7 de maio de 1964, após 32 dias de clandestinidade. Inicialmente, o político tinha a ilusão de que poderia articular uma resistência e, para isso, mesmo perseguido pelas forças policiais, refugiou-se em diversas casas de amigos e seguidores políticos. Antes de partir para o Uruguai, encontrou abrigo mais seguro no apartamento do vice-prefeito de Porto Alegre Ajadil de Lemos, deposto do cargo pela ditadura. A residência de Ajadil localizava-se na Rua Duque de Caxias, a uma quadra do Palácio Piratini<sup>25</sup>, e foi onde Brizola ficou até o momento em que decidiu sair do Brasil. Quando questionado sobre o porquê de permanecer na clandestinidade em vez de exilar-se, Brizola explicou para a imprensa uruguaia que

---

<sup>24</sup> Denise Rollemberg trabalha com um conceito amplo de exilado: para ela, nem todas as pessoas atingidas pelo exílio nas décadas de 1960 e 1970 tinham esta característica política. A autora cita como exemplo as crianças e os adolescentes filhos de exilados e mulheres que se tornaram exiladas por serem casadas com perseguidos, caso mais frequente entre a geração de 1964. No entanto a própria autora acredita que o exilado, a princípio, deve ser identificado pelos seus aspectos políticos (ROLLEMBERG, 1999, p. 40). Neste trabalho utilizou-se unicamente o aspecto político para a conceituação do termo exilado, uma vez que Leonel Brizola tem referências políticas sólidas e enquadra-se nas definições acima expostas.

<sup>25</sup> O Palácio Piratini é a sede do Poder Executivo do estado do Rio Grande do Sul. Está localizado na Praça Marechal Deodoro, mais conhecida como Praça da Matriz, no centro histórico de Porto Alegre.

Decidí permanecer un mes en la clandestinidad, no solo para hacerme una idea de como iría la cosa, sino también para dar asistencia en estos momentos amargos, a los compañeros de lo nuestro movimiento, y al pueblo. Percorri millares de kilómetros, estuve en centenares de casas. Dondequiera que llegué fue recibido como un hijo, principalmente en los ranchos, en las casas humildes. Verifiqué que el pueblo tiene consciencia de cuanto ocurrió, una vez vencida la perplejidad provocada por los acontecimientos que se precipitaron tan sopesivamente (GALEANO, 1964, p.7).

Durante as madrugadas, especula-se que Brizola saía do apartamento e viajava para o interior do estado tentando organizar um levante, mas não havia sequer um esboço de reação nas ruas que o apoiasse. Nem mesmo as conchamações infladas que o político vinha fazendo nos meses anteriores ao golpe pela cadeia de emisoras ligadas à Rádio Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro, tiveram sucesso. O líder trabalhista havia lançado pela rádio o Grupo dos Onze, que tinha por objetivo libertar o país da espoliação internacional e pressionar o Congresso a aprovar as reformas de base<sup>26</sup>.

Com o passar dos dias, Brizola percebeu que a população não estava disposta a se levantar contra a ditadura. Sem muitas ilusões, o político pediu à mulher que fosse para junto do irmão, no Uruguai. Obteve então a ajuda de Wilson Vargas, ex-deputado, para levar Neuza e os filhos para Montevideú. No dia 23 de abril, o jornal *El País* mostrou a chegada de Neuza e dos três filhos à capital do país platino:

Inesperadamente llegó ayer la señora de Lionel Brizola, hermana de João Goulart, al Aeropuerto de Carrasco. Vino acompañada de sus tres hijos y del diputado Wilson Vargas, fiel a la política del presidente depuesto, u declaró que debió salir urgentemente de Porto Alegre, pues prácticamente su casa fue destrozada. No sabe el paradero de su esposo, aunque piensa reunirse de inmediato con él, pues cree que viajo al Uruguay. Contra todas las suposiciones, agrego que no iba a residir con su hermano<sup>27</sup>.

Aproveitando a viagem, Indio Vargas também fez contatos com Jango com o objetivo de pedir ajuda para resgatar Brizola e ficou acertado que o piloto Manoel Leães, o Maneco, tiraria o político do Brasil. Por sua vez, a chegada de Neuza aumentou as especulações em torno do destino de Leonel Brizola na imprensa uruguaia:

---

<sup>26</sup> Embora a literatura referente ao *Grupo de Onze* apresente alguns indícios do que poderia vir a ser essa organização, ainda hoje não é possível definir claramente o que era esse grupo.

<sup>27</sup> Jornal *El País*. Montevideo-UY. Abril, 23 de 1964. P. 4. *La señora de Brizola: Venimos a un país en el que se respetan todos los derechos.*



**Figura 1.1** - *Accion*, 25 de abril de 1964, página 4.

## Podría Ser Inminente el Arribo de Brizola

**Figura 1.2** - *El Día*, 25 de abril de 1964, página 12.



**Figura 1.3** - *El Día*, 26 de abril de 1964, página 10.

Desde o golpe o nome do político era citado com frequência nos jornais de Montevideú. O que foi possível verificar com os recortes acima é que a chegada de sua família aumentou a expectativa acerca de um possível e breve reencontro de Brizola com Neuza e seus filhos em solo uruguaio. A decisão de sair do Brasil não tardou e, quando decidiu partir, Leonel Brizola enviou uma carta para o Jornal Correio da Manhã anunciando sua decisão, publicada no dia 2 de maio, cujo título era “Só me resta o caminho do exílio”. A transcrição na íntegra da carta segue abaixo:

Rogo ao Correio da Manhã a publicação desta:

Encontro-me no interior do país. Percorri milhares de quilômetros, centenas e centenas de casas e ranchos. Onde (*sic*) chego sou recebido como um filho. Todos sabem que o governo mudou e que agora são os generais, grandes fazendeiros e comerciantes, e os velhos políticos que estão mandando. Todos sabem que a vida, para o operário, para o agricultor e o camponês vai ser dura, e que pretenderão resolver a crise nas suas costas. Dizem: nada melhor do que um dia atrás do outro. Sabem que eu não sou comunista e não acreditam nessa história de comunismo. Quanto a mim, depois de tudo o que fizeram a minha família (invadiram e

depredaram a minha casa), o que me resta senão o exílio e a luta clandestina? A violência não partiu de nós. Estes dias têm sido muito importantes para mim. E para o povo brasileiro, principalmente. Caíram as máscaras. Posso dizer ao menos que:

1. Em que pesem as difamações, nada fiz em minha vida que possa desmerecer a confiança que me dedicaram:
  2. Deus não permitiu que medrasse o ódio no meu coração. Mas fez-me um homem mais determinado ainda:
  3. Que os vencedores do golpe trazem no ventre os germes de sua própria deterioração: o ódio e os sentimentos de vingança.
- Ninguém nos impedirá de servir ao nosso povo, de defender seus sagrados direitos e de libertar nossa Pátria da espoliação internacional. Seguirei, proximamente, para o Uruguai, onde me reunirei com a minha família, Leonel Brizola<sup>28</sup>.

O plano mais viável para resgatar Brizola parecia ser o de apanhá-lo na praia de Cidreira, no litoral gaúcho, distante 100 quilômetros de Porto Alegre. E foi assim que Brizola, vestindo uma farda da polícia militar, saiu da capital em um carro dirigido pelo casal que o abrigara. No início da manhã do dia 7 de maio, Maneco aterrissou nas areias da referida praia, possibilitando o embarque do ex-governador (FERREIRA, 2011). Brizola desembarcou na localidade de Sarandi Grande, onde um amigo o esperava de carro a pedido de Jango, seguindo então para o balneário de Solymar, onde Neuza e o irmão o aguardavam. Posteriormente, foi para Montevideu em busca da formalização do asilo político, pedido que foi deferido no dia 09 de junho de 1964.

Leonel Brizola conseguiu chegar ao exílio mesmo sendo o indivíduo mais procurado pela ditadura brasileira e pela CIA, que o considerava, de acordo com Philip Agee (1976), o membro mais perigoso do governo de Jango. Assim como o político, diversos indivíduos saíram do Brasil clandestinamente e as regiões de fronteira foram as mais utilizadas para a rota de fuga. O estado do Rio Grande do Sul assumiu assim um importante papel nesse contexto, sendo a rota de passagem mais utilizada para ingressar nos países vizinhos, principalmente no Uruguai, já que é o único estado brasileiro a fazer fronteira com este país. Nas palavras de Marla Assumpção,

Para alguns, a busca pela região fronteira representou uma estratégia de sobrevivência e, quiçá, de seguir lutando, com o refúgio do outro lado da linha divisória; para outros, as fronteiras tornaram-se alvo de incessante vigilância e também porta-de-entrada para monitorar o “inimigo interno” asilado, assim como aqueles cidadãos do país vizinho também considerados inimigos, os quais eram vistos como potenciais fatores de ameaça e perturbação da ordem e da propalada Segurança Nacional, segundo premissas desses regimes ditatoriais (2014, p. 36-37).

A fronteira também facilitou a ação dos denominados “pombos-correios”, pessoas vinculadas a Leonel Brizola que exerciam a função de manter conexões políticas entre os brasileiros exilados no Uruguai e os que continuavam no Brasil, primordialmente no Rio

---

<sup>28</sup> *Semanário Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, Brasil. 02 de maio de 1964. Brizola: só me resta o caminho do exílio.

Grande do Sul. Estes emissários, todavia, eram tão vigiados pelo aparato repressivo brasileiro quanto os próprios exilados.

Dentre os informantes havia aqueles que estavam em condições de exilados e os que não estavam. O Tenente José Wilson da Silva esteve entre os exilados que deram início ao grupo de “pombos-correios” que partiam de Montevidéu com instruções de Brizola. José Wilson relatou em seu livro *O Tenente Vermelho* uma conversa que teve com o ex-governador na qual afirmou ter condições de fazer contato com Porto Alegre, pois havia deixado “um entendimento” em Rio Branco, na fronteira, e em Pelotas.

Eu mesmo, um ou dois dias depois, estava viajando para a fronteira. Mandei recado para Porto Alegre e em seguida o companheiro Paulo Mello estava em Montevidéu. Foi nosso primeiro de uma série muito grande de “pombos-correio” com o Rio Grande do Sul (SILVA, 2011, p. 131).

Já Índio Vargas estava entre aqueles que não possuíam a condição de asilado político. O jornalista e advogado estreitou relações com Brizola devido a sua atuação como emissário de mensagens codificadas para os colaboradores residentes no estado gaúcho. Em reunião com o político em Montevidéu, Índio Vargas recebeu um grande número de contatos civis e militares, além do código através do qual seriam feitas as comunicações entre Porto Alegre e Montevidéu. Vargas também relatou em seu livro de memórias – *Guerra é guerra, dizia o torturador* – que Brizola havia explicado que “toda mensagem em código teria, necessariamente, de ser grafada em papel de seda para que, em caso de cair o mensageiro, na hora da prisão, este pudesse engolir o papel” (VARGAS, 1981, p. 12-13). Foi assim que, mesmo sob a supervisão da ditadura brasileira, os mensageiros de Brizola iniciaram a articulação de informação entre os dois países, ou seja, entre os políticos exilados e os que ainda estavam no Brasil.

A Embaixada brasileira em Montevidéu sabia da liberdade de movimento de que gozavam os asilados em todo o território uruguaio, inclusive da dificuldade de se controlar a ida e a vinda de pessoas – brasileiros ou uruguaios – através da fronteira<sup>29</sup>. Mesmo assim, ultrapassar a área fronteira não se constituía em uma tarefa fácil. Os indivíduos que escolheram trilhar esse caminho, via de regra, foram auxiliados por redes de apoio que os ajudavam na passagem terrestre pela fronteira. Rollemberg, ao tratar deste assunto, assinala que

[...] os “esquemas” de saída, ou seja, a rede de militantes e simpatizantes ajudava, dando informações, dicas, fornecendo documentos falsos, conseguindo algum dinheiro, casas ou “aparelhos” – em geral no sul do país –, disponíveis para abrigar o militante por uma ou duas noites. Não se tratava de uma poderosa e eficiente rede

<sup>29</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu, nº 390. Montevidéu, 11 de agosto de 1964, folha 7.

de apoio. Ao contrário. Às vezes, podia-se contribuir com alguma coisa, mas não com outra. A maior parte das vezes, não podia dar mais do que informações, bem recebidas na hora da fuga, com a repressão atrás, o desconhecido à frente e pouca ou nenhuma experiência em viagens ao exterior. Com o tempo e o desmantelamento das organizações políticas, ficava mais e mais difícil ajudar (1999, p. 73-74).

Dentre os “esquemas de saída”, o mais importante, talvez pela repercussão que teve na época do seu desmantelamento, ou pelas referências que se fazem ao mesmo em trabalhos acadêmicos ou em relatos memorialistas, foi aquele montado pelo dominicano Frei Betto em 1969 a pedido de Carlos Marighella<sup>30</sup> (ASSUMPÇÃO, 2011).

Ao concluir o curso de Filosofia, Frei Betto ganhara uma bolsa para cursar Teologia na Alemanha e enquanto aguardava a data da viagem, transferiu-se para o Seminário Cristo Rei em São Leopoldo, cidade próxima a Porto Alegre. Antes de partir, no entanto, Frei Betto teve um encontro com Marighella, que já possuía estreito contato com os dominicanos:

Ele [Marighella] soubera que eu [Frei Betto] estava de mudança para o Rio Grande do Sul e queria que eu aceitasse acompanhar, em Porto Alegre, a passagem de refugiados políticos que se destinavam a entrar no Uruguai para, em seguida, viajar a Europa. Seria uma ajuda a todos que precisassem deixar o país, independente de siglas políticas, e não um serviço exclusivo à ALN. Aceitei o pedido, ciente de que ele se adequava à tradição da Igreja de auxílio a refugiados políticos (BETTO, 2006, p. 92).

Neste contexto do AI-5 e do endurecimento do regime, o esquema utilizava, sobretudo, as cidades geminadas de Livramento-Rivera<sup>31</sup> para retirada de pessoas do país. Frei Betto, ao encontrar-se com os indivíduos que necessitavam abandonar o país, explicava-lhes como chegar ao Uruguai:

[...] bastava tomar o ônibus na rodoviária de Porto Alegre com destino a Livramento – cidade fronteira geminada com Rivera, município uruguaio. Para atravessar a fronteira, era só cruzar a rua que divide os dois países e, do outro lado, tomar o ônibus para Montevideú (BETTO, 2006, p. 101).

No seu relato, Frei Betto (2006) afirma que essas instruções foram obtidas de pessoas que conheciam bem a região. Ele nunca havia chegado à fronteira, embora seus interrogadores jamais se convencessem disso.

---

<sup>30</sup> Carlos Marighella ainda estudante entrou no PCB (Partido Comunista do Brasil). Preso em 1939 durante a ditadura de Vargas, só conquistou a liberdade com a anistia de 1945. Com o golpe de 1964, tornou-se uma das pessoas mais procuradas pelo aparelho policial militar brasileiro. Vivia na clandestinidade, atuando no eixo Rio-São Paulo. Ao participar da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade), rompeu com o PCB – que não havia autorizado sua ida ao encontro – sendo, assim, expulso do partido. Ao retornar, Marighella fundou a ALN (Aliança Libertadora Nacional – nome do movimento clandestino de luta armada por ele comandado e atuante entre 1964 e 1974). Foi morto em 1969 em São Paulo, numa emboscada organizada pelo Esquadrão da Morte, sob a liderança do delegado Sérgio Paranhos Fleury.

<sup>31</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre o uso da fronteira geminada de Santana do Livramento-Rivera ver ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. *A fronteira geminada de Santana do Livramento-Rivera como marco das conexões políticas regionais e internacionais: repressão e resistência em Áreas de Interesse da Segurança Nacional (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2014.

Relembrar o “esquema de fronteira” elaborado por Frei Betto e Carlos Marighella justifica-se pela importância que o Rio Grande do Sul teve como corredor de passagem dos indivíduos que precisavam sair clandestinamente do país no decorrer do regime de exceção. A utilização das fronteiras gaúchas como rota de fuga também explica a análise da rota elaborada, mesmo que brevemente.

Como se viu, a questão da fronteira sempre foi uma preocupação constante da ditadura brasileira. Baseado na concepção de “fronteiras ideológicas”, o Brasil considerava totalmente válido questionar o governo uruguaio – seja por meio de ameaças veladas de violações de fronteiras ou de pressões das mais variadas formas – para vigiar os exilados que estavam fora de suas fronteiras territoriais (FERNANDES, 2009), como é possível verificar no Ofício que a Embaixada brasileira em Montevidéu remete ao Ministro das Relações Exteriores do Uruguai:

Senhor Ministro

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que a situação criada pela afluência de numerosos asilados políticos brasileiros ao território uruguaio vem causando sérias preocupações ao Governo (*sic*) do Brasil [...]

Tais preocupações dizem respeito, sobretudo, aos prováveis deslocamentos dos mencionados asilados ao longo da extensa fronteira entre Brasil e Uruguai, com possibilidade de que incursionem em território brasileiro, no intuito de subverter, através de diferentes atividades, a tranquilidade pública e a ordem constitucional.

[...] entre as medidas que as autoridades uruguaias julguem oportuno adotar, com o objetivo de evitar os inconvenientes e a vigilância efetiva das atividades de tais pessoas, a limitação do âmbito de seus movimentos ao Departamento de Montevidéu e áreas adjacentes seria, na opinião do Governo (*sic*) brasileiro, a mais suscetível de criar o clima de segurança desejado. A adoção de tal medida [...] seria recebida pelo Brasil como mais uma prova amizade e compreensão por parte do Uruguai, confirmando a existência de um clima ideal para que os dois países encontrem rápida solução para outros assuntos ligados ao seu duradouro interesse (*sic*) nacional<sup>32</sup>.

Percebe-se que não é apenas um ofício informando uma situação ou solicitando a cooperação do Uruguai, e sim condicionando a ação uruguaia à resolução de outras pendências de interesse platino. Na época do golpe brasileiro o Uruguai ainda possuía uma cultura democrática, mesmo já apresentando sinais de uma depressão econômica que colocava em xeque, de acordo com Padrós (2014, p. 96), “a persistência da interpretação de uma ilusória “Suíça da América<sup>33</sup>” – mito que já no seu tempo era descabido, impreciso, exagerado e enganador”. A continuidade da crise que vinha minando a economia desde a metade dos anos 50 e que se intensificou na década de 60, ao mesmo tempo que acirrou as relações sociais internas, deixou o país muito vulnerável e exposto aos problemas conjunturais

<sup>32</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu, nº 116. Montevidéu, 7 de maio de 1964.

<sup>33</sup> No final do século XIX o país havia completado sua organização e durante a etapa batllista consolidou sua democracia e alcançou altos níveis de bem-estar, comparados aos europeus. Devido a isso, o Uruguai começou a ser conhecido como "A Suíça da América".

do Brasil, uma vez que sua localização geográfica deixava-o muito distante de outros mercados, fazendo-o muito dependente das relações binacionais com Brasil e Argentina. (PADRÓS, 2014). Dessa forma, mesmo resistindo em adotar as medidas sugeridas, o Uruguai se comprometeu em ajudar o governo brasileiro:

En respuesta [ao Ofício 116 de 7 de maio de 1964] debo expresarle que el Gobierno de la República ha adoptado todas las medidas de vigilancia y contralor requeridas para asegurar que los refugiados políticos brasileños que se encuentran en territorio uruguayo no puedan perturbar en forma alguna el orden público del país hermano, ni realizar actividades prohibidas por el derecho internacional vigente o por las leyes del país en que se encuentran.

Pueden estar (sic) seguras las autoridades brasileñas de que el Uruguay cumplirá con todos los deberes que su calidad de país aislante le impone, como una manifestación más del respecto escrupuloso con el que siempre ha acatado las obligaciones internacionales<sup>34</sup>.

Desde o golpe civil-militar no Brasil, a estação da CIA em Montevideu ocupou-se da vigilância dos exilados que estavam de alguma forma comprometidos com o presidente deposto e o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Essa tarefa foi somada àquela que se exercia há um bom tempo sobre os exilados paraguaios e argentinos e que, em meados de 1964, estendeu-se aos exilados bolivianos seguidores de Hernán Siles Suazo (BROQUETAS, 2014). Apesar de todo o comprometimento que o governo uruguaio dizia ter na adoção de medidas de vigilância e controle, a realidade era bem diferente – mesmo com a ajuda da CIA. Conforme sintetiza Clara Aldrighi, os próprios avaliadores estadunidenses definiram a polícia uruguaia como uma “organización ineficiente, que disponía de escasos recursos y los empleaba de modo inadecuado; su organización y administración eram deficientes, el sistema de archivos inadecuados y el entrenamiento inexistente” (ALDRIGHI apud BROQUETAS, 2014, p. 74). Embora o número de policiais fosse elevado, a falta de equipamento, instrução e armamento adequado tornou impossível a repressão eficaz dos distúrbios civis. Magdalena Broquetas (2014) apontou também outras questões preocupantes, como o frágil controle que o governo uruguaio tinha sobre suas fronteiras e a falta de atualização dos arquivos que documentavam a identidade da população. Em relação ao problema fronteiriço, a autora ressaltou ainda a inadequada legislação uruguaia que fomentava a passagem e a permanência de estrangeiros, os “delinquentes políticos” de toda América Latina.

Mesmo com todas as deficiências apresentadas, a chegada de Leonel Brizola foi considerada um acontecimento favorável pela base da CIA em Montevideu – assim como pelo

---

<sup>34</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pelo Ministério de las Relaciones Exteriores, nº JEC-45/964. Montevideu, 11 de maio de 1964.

governo brasileiro e pela base da CIA no Rio de Janeiro –, uma vez que o exílio facilitava o monitoramento sobre ele, considerado o líder da extrema-esquerda do governo de Goulart.

A *Central Intelligence Agency* apertava o cerco em torno daqueles que procuraram asilo uruguaio, conforme se pode verificar nas declarações feitas pelo ex-agente da CIA Philip Agee<sup>35</sup>:

Montevidéo, 18 de abril de 1964 – Holman acaba de voltar de uma conferência com chefes de base e trouxe a convicção de que devemos dedicar mais atenção aos exilados brasileiros. A decisão, tomada aparentemente pelo presidente Johnson, foi de que devemos fazer todos os esforços a fim de não apenas evitar um contragolpe e movimentos de revolta em um futuro próximo no Brasil, mas também para fomentar suas forças de segurança tão rápida e eficientemente quanto seja possível. Não se deve permitir, nunca mais, que o Brasil se incline para a esquerda, pois aí comunistas e outros constituem uma ameaça de domínio ou de, pelo menos, tornarem-se muito influentes.

Aqui em Montevidéo, essa política significa que teremos de prestar toda a assistência à base do Rio, aumentar a coleta de informações sobre os exilados. Isso terá de ser realizado por enquanto por intermédio de investigações policiais, e estará dentro das minhas responsabilidades [...] Para começar instruí Otero para colocar seus homens nas residências de Goulart e de três dos quatro mais importantes exilados – segundo o critério da base do Rio –, e esses funcionários farão apontamentos diários sobre o movimento de visitantes, enquanto ocuparão postos de pessoal de segurança para exilados. Então enviaremos os dados mais relevantes dos relatórios para a base do Rio, por telegrama, junto com as informações de novas chegadas, e depois seguirão, pela mala diplomática, cópias dos relatórios na íntegra (1976, p. 369-371).

A CIA, dessa forma, era portadora de informações privilegiadas sobre os exilados brasileiros desde antes da chegada de Brizola. E como mostra Agge, o plano da CIA não se resumia a somente coletar informações conforme descrito anteriormente, era também infiltrar agentes na comunidade de exilados:

Holman passou para O’Grady toda a responsabilidade dos problemas concernentes ao Brasil, e a base do Rio vai colaborar mandando para cá um de seus agentes como adido militar da embaixada do Brasil. Trata-se de um coronel do Exército, que deve chegar a qualquer momento. O’Grady irá esperá-lo e o acompanhará, prestando-lhe assistência no desenvolvimento de operações para infiltração na comunidade de exilados (AGEE, 1976, p. 371).

A base da CIA no Rio de Janeiro, por exemplo, teve seu trabalho centrado na captura de Leonel Brizola no pós-golpe, considerando-o a chave para farejar qualquer indício de conspiração e contragolpe (AGEE, 1976). Assim que chegou ao país vizinho, o governo brasileiro manifestou-se pedindo o confinamento do ex-governador, juntamente com o de João Goulart; ambos deveriam residir em uma cidade do interior, sem liberdade de ação ou

<sup>35</sup> Philip Agee foi um agente da CIA, ocupando diversos cargos na América Latina, incluindo países como Equador, Uruguai e México. Após se demitir da CIA, Agee ficou conhecido pela publicação do livro *Dentro da “Companhia”*: *Diário da CIA*, de 1975. Neste livro, o ex-agente escreveu e comprovou com documentação pertinente o envolvimento da CIA com empresas americanas, além do papel da agência dos EUA em vários assassinatos, golpes de estado e atividades ilegais na América do Sul e Central. Revelou também a identidade de inúmeros agentes que operavam no exterior, entre eles o diplomata brasileiro Manoel Pio Corrêa, idealizador do CIEX do Itamaraty.

movimento pelo país, o que facilitaria um maior controle sobre ambos. Iniciou-se, assim, grande pressão do Brasil para que o Uruguai modificasse sua maneira de tratar os exilados.

Meses depois, em agosto de 1964, a Embaixada do Brasil em Montevideú, insatisfeita com o controle sobre os exilados, encaminhou um estudo<sup>36</sup> ao Ministério das Relações Exteriores do Uruguai sobre o problema dos asilados políticos brasileiros no país. A primeira dificuldade relatada foi a de que a Embaixada não contava com uma relação fidedigna dos asilados, desconhecendo os pormenores esclarecedores sobre sua procedência, localização atual, atuação anterior no Brasil e etc. O Ministério vinha se mostrando, na visão dos brasileiros, extremamente moroso em atender às solicitações, tendo a Embaixada, em consequência, que recorrer a fontes de outra natureza. Até aquele momento, o Uruguai limitou-se apenas a comunicar, por nota, o nome de 65 asilados, sem revelar qualquer outro dado.

Outra reclamação do governo brasileiro era o acesso dos exilados aos meios estudantis e sindicais. Na nota, a Embaixada sugere uma “ofensiva cultural” para que as atividades de Darcy Ribeiro – exilado conhecido e respeitado no meio acadêmico – e outros fossem anuladas. No entanto, não fica explícito o que seria ou como seria essa “ofensiva cultural”. Quanto aos sindicatos, a Embaixada acreditava que seria difícil a inserção dos asilados neste meio, mesmo assim alertava para uma possível aliança entre os dois grupos. Muitos dos indivíduos exilados eram figuras relevantes no governo de João Goulart, por isso mesmo passíveis de muita atenção por parte da ditadura militar brasileira, pois poderiam criar situações desagradáveis para o novo governo. A Embaixada anexou ao ofício uma lista de 85 brasileiros, asilados e pretensos asilados, ou seja, aqueles brasileiros que se encontravam no Uruguai antes de 31 de março e que resolveram não retornar ao Brasil por discordar da “Revolução”. Segue, conforme nota, maior explicação sobre esses indivíduos:

A essas pessoas que, em razão dos cargos que exerciam, gozam de certo prestígio nos meios políticos locais, devem-se agregar os brasileiros residentes que, por qualquer motivo, resolveram abraçar a causa dos asilados. São elementos que também não podem escapar à atenção do Govêrno (*sic*) brasileiro porque, alguns, bem relacionados, servem de intermediários entre asilados e personalidades locais<sup>37</sup>.

Diante das demandas da Embaixada brasileira, o Ministério das Relações Exteriores limitou-se a responder que os asilados se mantinham dentro das normas de asilo e que o governo uruguaio os vigiava atentamente. A resposta gerou mais críticas do governo

---

<sup>36</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevideú, nº 390. Montevideú, 11 de agosto de 1964.

<sup>37</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevideú, nº 390. Montevideú, 11 de agosto de 1964, folhas 7 e 8.

brasileiro ao Uruguai, afirmando que o problema dos asilados ainda existia porque no país vizinho havia:

1. A existência de lei interna extremamente liberal a respeito da lei de asilo;
2. Situação precária do partido de governo;
3. Relações pessoais existentes entre os senhores João Goulart e Leonel Brizola com expoentes máximos da política local;
4. A simpatia que a pessoa do senhor João Goulart despertava em grande parte do povo uruguaio;
5. A liberdade absoluta de manifestação de pensamento, inclusive para estrangeiros<sup>38</sup>.

Percebe-se que o governo brasileiro não media esforços para tentar controlar os exilados no Uruguai, emitindo inclusive opiniões sobre a situação do governo platino e sua legislação – como a lei de asilo – considerada liberal justamente porque contrariava as suas expectativas. O que é preciso destacar nesta situação é que essas manifestações da ditadura brasileira não eram meras reclamações, mas sim avisos velados que o governo brasileiro dirigiu ao uruguaio, uma vez que a economia deste era dependente daquele, e o Uruguai poderia sair bem prejudicado caso contrariasse os interesses da ditadura. Já a liberdade para manifestar o pensamento era, inclusive, o que mais incomodava a Embaixada brasileira. De todos os tipos de atividades, aquelas que visavam conquistar a opinião pública por meio da televisão, rádio e jornais eram consideradas as mais nocivas para o *status* do regime de governo brasileiro, levando em consideração a natureza pública das mesmas. Sendo assim, a pesquisa segue nas próximas páginas tratando da repercussão da chegada de Brizola e de seus pronunciamentos – e também de outros exilados – na imprensa uruguaia como forma de denúncia contra a ditadura brasileira, assim como os desdobramentos da polêmica envolvendo o confinamento do político na cidade balneária de Atlântida.

### **1.3 Leonel Brizola e a imprensa uruguaia**

A chegada de Brizola ao Uruguai repercutiu em toda imprensa: ele já era aguardado no país principalmente após o estabelecimento de sua família em Montevideú. Ao longo desta análise, notar-se-á um maior destaque para o semanário de esquerda *Marcha*. Foi pelas

---

<sup>38</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevideú, nº 390. Montevideú, 11 de agosto de 1964, folhas 3 e 4.

páginas responsáveis e combativas do jornal que Brizola, Jango e outros puderam expressar seus sentimentos e opiniões acerca do golpe de 1964.

A trajetória do semanário (1939-1974) foi marcada pela excepcionalidade. Essa publicação estabeleceu-se como um veículo de comunicação que abarcava reportagens das forças sociais e políticas do país que acabaram se refletindo em práticas culturais concretas.

Para Mabel Moraña, *Marcha*

surge de uno de los países más pequeños y periféricos de América Latina y pronto se proyecta con una fuerza inusitada a través de fronteras culturales e ideológicas, abriendo un espacio transnacional de diálogo y debate en el que participarían las más prestigiosas figuras de la cultura, la política y la economía internacional (2003, p. 9).

*Marcha* conseguiu desestabilizar o panorama intelectual de sua época, marcado por aqueles que “seguían con rigidez caminos englobadamente académicos, o los que desde el periodismo más tradicional se dejaban regir por intereses partidistas estrechos e circunstanciales” (MORAÑA, 2003, p. 9), ao abrir espaço para pensamentos de maior expressão, internacionalista. O semanário, conforme denominou Moraña (2003), foi uma plataforma de defesa do interesse coletivo e, dentre outros pontos, da democracia e dos direitos humanos. Assim, com essas características, *Marcha* ofereceu suas páginas aos exilados políticos que viram nelas uma maneira de criticar e denunciar os desmandos militares no Brasil.

No dia 7 de maio, Brizola concedeu uma concorrida entrevista coletiva no Hotel Lancaster, local onde estava com sua família. Antes de responder as perguntas, no entanto, o político faz a seguinte declaração:

Me siento aquí como en mi casa y quiero que el gobierno y el pueblo uruguayo tengan la certeza que soy exactamente la misma persona. Hoy soy un perseguido político, ayer fui gobernador de Rio Grande do Sul, pero para los uruguayos soy siempre un amigo leal y un ciudadano latinoamericano que lucho siempre por mayores lazos entre los dos pueblos, principalmente en las horas difíciles, como en ocasión de las inundaciones en el Uruguay. Soy el amigo de siempre<sup>39</sup>.

Excelente orador, o pequeno discurso de Brizola – assim como outras declarações feitas pelos exilados – servia para captar a simpatia dos uruguaios; pelo menos era nisso que a Embaixada brasileira acreditava. Para a repressão, as declarações prejudicavam o esclarecimento a respeito do dia 31 de março, tendo também o evidente propósito de fomentar o pronunciamento de outros grupos dentro do Uruguai contra a “Revolução” e de conseguir manter em estado de ebulição as forças com que o Brasil ainda poderia contar. Outra fonte de descontentamento do governo brasileiro no que tange ao uso da imprensa foi a fundação de

---

<sup>39</sup> Leonel Brizzola en Montevideo. *El Popular*. Montevideo, 7 de mayo de 1964, capa.

um “Movimento de Solidariedade com os Presos e Perseguidos Políticos Brasileiros”, fomentado pelos pronunciamentos dos asilados no Uruguai. Para a Embaixada, esse movimento tinha dois objetivos claros e declarados: “a elaboração de um manifesto, com adesão de sindicatos e agrupações estudantis, contra o atual regime político brasileiro, e a criação de um órgão de auxílio aos asilados menos afortunados”<sup>40</sup>.

Ainda na entrevista coletiva, Brizola declarou que sua permanência no Uruguai seria transitória e que viajaria a outros países – algo que acabou não ocorrendo, embora os jornais *El Día*<sup>41</sup> e *Acción*<sup>42</sup> tenham noticiado a sua ida para França no dia 18 do corrente mês. É interessante perceber que, na reportagem de *Acción*, Brizola assinalou que eram inexatas as versões que afirmam que sua viagem – e da sua família – seria dia 18. Todavia, mesmo sem haver decidido a data de partida, o político afirmou que já estava tratando das pendências consulares que o caso necessitava. Sempre muito prestativo com a imprensa, Brizola finalizou: “Previamente a mi partida, tendré el placer de reunirme con los periodistas uruguayos, pues, en ese momento, si, tendré algunas informaciones de interes”.

Infere-se, dessa forma, que havia muita especulação da imprensa em torno das atitudes de Brizola e que o político ainda não tinha um plano realmente definido. Se o tinha possivelmente mudou de opinião ao ter contato com a colônia brasileira que usava o Uruguai como uma base territorial para pensar, estruturar e discutir politicamente os problemas concernentes ao Brasil. Brizola, de índole arrebatadora, mas que aos poucos se moldava aos reveses daquela época de incertezas, logo ganhou uma ascendência sobre os demais exilados, inclusive sobre Jango. Desde sua chegada o político mostrou disposição para lutar contra o governo que havia sido imposto ao seu país e contra os interesses norte-americanos que, como o político deixou claro diversas vezes, empenhavam-se em acabar com o governo de Jango para que as reformas de base não se concretizassem.

Foi, contudo, para o semanário *Marcha* que Leonel Brizola conseguiu melhor expressar sua visão sobre os últimos acontecimentos. Cuidando com as palavras, para não ferir as leis de asilo, mas não abrindo mão de sua autenticidade nem dos seus ideais, em entrevista exclusiva a Eduardo Galeano, no dia 8 de maio de 1964, o político falou da afinidade que tinha com o referido jornal:

‘A Marcha no puedo negarle nada. Somos de la misma familia, ustedes y nosotros’, me dijo Brizola no bien nos encontramos, al mediodía de ayer, y agregó: ‘¿Saben

<sup>40</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevideú, nº 390. Montevideú, 11 de agosto de 1964, folha 03.

<sup>41</sup> Brizola deja nuestro país el 18: a Francia. *El Día*, 13 de mayo de 1964, p. 11.

<sup>42</sup> Brizola prepara su viaje a Europa. *Acción*, 14 de mayo de 1964, p. 5.

que *Marcha* esta prohibida en el Brasil? No llega ningún ejemplar desde el golpe se produjo' (GALEANO, 1964, p.7).

A ligação entre *Marcha* e os brasileiros já era anterior a abril de 1964. O semanário, dirigido por Carlos Quijano (1900-1985), nucleou um significativo grupo de intelectuais que transformaram as agendas políticas e culturais do Uruguai e da América Latina e entre eles, diversos intelectuais de esquerda brasileiros (REIS, 2008). Apenas para citar alguns exemplos de como as páginas de *Marcha* eram ocupadas com assuntos referentes ao Brasil antes do golpe, foram publicados, de acordo com Mateus Fávoro Reis

vários textos de exilados brasileiros durante os governos ditatoriais de Getúlio Vargas, a favor da Aliança Libertadora Nacional e de Luís Carlos Prestes; em apoio a Francisco Julião e ao governo de João Goulart, além de artigos dos novos exilados após o golpe de 64, dentre outros textos que enfocavam o Brasil (2008, p.468).

Em abril de 1964, todos os exemplares estampavam notícias sobre o Brasil. No dia 17 do referido mês, *Marcha* dedicou 16 páginas ao país, encabeçada por uma entrevista que João Goulart concedeu a Julio Castro (REIS, 2008). O apoio oferecido por *Marcha*, no entanto, não se limitava a dar voz apenas a Jango e a Brizola; os políticos ligados ao governo deposto também utilizavam as suas páginas com a intenção de denunciar as arbitrariedades da ditadura militar brasileira<sup>43</sup>.

Esse foi um pouco o teor da entrevista que Brizola concedeu a Galeano, foi onde o político expôs, de forma pontual, a sua visão sobre os últimos acontecimentos brasileiros baseada em sua experiência de anos na política. O ex-governador declarou, na mesma oportunidade, que os Estados Unidos estavam satisfeitos com a nova situação do Brasil, pois o governo militar defendia muito bem os interesses norte-americanos. Brizola sempre foi um crítico do governo dos Estados Unidos e de suas tentativas de intervenção direta ou indireta no governo brasileiro. O político expôs o que ele disse ser o pensamento do povo brasileiro sobre o golpe, também crítico em relação ao governo estadunidense:

Puedo decirle que el pueblo sabe que toda esa historia de comunismo representa nada más que un pretexto, y que el gobierno fue depuesto por un golpe militar, y que quienes están mandando ahora en el Brasil son los militares reaccionarios, los gorilas, los grandes terratenientes, los grandes comerciantes, los grupos económicos poderosos, nacionales y extranjeros. En suma, que se instalo en el país un régimen totalitario y militarista de derecha, favorable a las clases dominantes e al imperialismo norteamericano. Y el pueblo sabe que el nuevo régimen va a oprimir a los trabajadores, a los campesinos, a las clases populares. Todos saben que no hay más democracia en el Brasil, y que el único poder existente es el poder militar. Que no hay más poder legislativo, ni poder judicial, ni libertades políticas, ni derechos individuales, y que la nueva situación va a ser de total dominio de los intereses del

---

<sup>43</sup> Vários outros exilados – inclusive em outros países – participaram de alguma forma das publicações de *Marcha*. Podemos citar alguns nomes como Padre Lage e Francisco Julião, Darcy Ribeiro, Paulo Schilling, Celso Furtado e Miguel Arraes. Todos utilizaram as páginas do semanário.

*imperialismo norteamericano*. Y el pueblo, en su simplicidad, aunque fue tomado de sorpresa, dice que “nada mejor que un día después del otro”. Es un viejo dicho nuestro, ¿comprende? Que el ajuste de cuentas vendrá (GALEANO, 1964, p.7, grifo nosso).

Brizola chegou a essas conclusões durante o período de clandestinidade que, segundo ele, permitiu que fosse possível entrar em contato com pessoas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e sul do Mato Grosso. O político também deixou claro o papel dos Estados Unidos tanto no golpe de 1964 quanto na tentativa de golpe ocasionada pela renúncia de Jânio Quadros. Em 1961, Brizola declarou a *Marcha* que o capitalismo norteamericano havia sido o motivo fundamental da crise de agosto que culminou com a Campanha da Legalidade. Três anos depois, em nova declaração para o mesmo semanário, o ex-governador afirmou que o golpe que depôs o presidente João Goulart foi o mesmo que haviam pretendido dar em 61 e que não fora possível.

Em suas declarações Brizola não poupou ninguém, muito menos os Estados Unidos, alvo de suas críticas mais ferozes, como é possível perceber até agora. Entre elas, destaca-se a denúncia de que a deposição de João Goulart não ocorreu devido a uma revolução, como os militares insistiam em afirmar, mas sim devido a um golpe de Estado, que contou não apenas com o apoio das classes oligárquicas, mas também com a sutil assistência do Pentágono e do Departamento de Estado. Brizola também criticou a atitude do presidente Johnson que enviou um telegrama de felicitação ao novo regime brasileiro enquanto Goulart ainda estava em Porto Alegre e Mazzilli sequer havia sido designado presidente pelo Congresso. Para o político, essa atitude fortalece a ideia de que foi um golpe ao estilo tipicamente latino-americano, com características diferentes dos golpes produzidos em outros países devido apenas a peculiaridades locais e influenciado pelo próprio governo dos Estados Unidos (GALEANO, 1964). Ao final da conversa com Eduardo Galeano, Brizola faz a seguinte declaração:

Quiero que ponga, además, que siendo el primer día que paso en el Uruguay, hago estas declaraciones a *Marcha* porque ustedes e nosotros estamos en una lucha común. Pero no haré más declaraciones políticas, por respecto al gobierno y al pueblo del Uruguay. No quiero crear ninguna dificultad a esta nación, de la cual siempre fui colaborador y amigo (GALEANO, 1964, p.7).

Todavía, não foi isso o que aconteceu. As declarações e as ações do político influenciaram negativamente a relação entre Brasil e Uruguai, como podemos ver nos escritos de Philip Agee:

Montevideú, 28 de novembro de 1964 – As relações entre o Uruguai e o Brasil estão esquentando outra vez [...] Brizola é o foco das controvérsias por causa de suas recentes declarações contra o governo brasileiro, que foram publicadas aqui e no

Brasil. Manuel Pio Correa<sup>44</sup>, embaixador do Brasil, expediu mais uma declaração oficial de protesto contra o procedimento de Brizola. No Brasil, o governo federal se viu forçado a intervir no Estado de Goiás – depondo o governador do Estado em virtude do que ali foi definido como subversão comunista [...] Hoje, o presidente Castelo Branco declarou, no Congresso brasileiro, haver ordenado a intervenção em Goiás a fim de frustrar uma conspiração chefiada por Brizola daqui de Montevidéu. Novos protestos virão, infalivelmente, por parte de Pio Correa (1976, p. 408).

Mas nem só de críticas ao governo brasileiro se baseavam as reportagens de *Marcha*. Igualmente, houve críticas ao governo do Uruguai por parte da imprensa do país, como no caso da negativa de asilo por parte da Embaixada do Uruguai no Rio de Janeiro a dirigentes bancários perseguidos pela ditadura brasileira. Os jornais *Epoca* e *El Debate* discutiram o assunto nos seus editoriais no início de junho de 64.

A crítica se fundamentava no fato de Manuel Aersa, encarregado de negócios do Uruguai no Brasil, não ter atendido ao apelo de Raúl Varela, presidente da Associação de Bancários do Uruguai e Secretário da Confederação Americana de Bancários, para que fosse concedido asilo aos líderes bancários brasileiros. Como argumento para a negativa, Aersa sustentou que não tinha conhecimento de ocorrências sangrentas que justificassem os pedidos, como prisões e torturas, além de já se encontrar em situação bem difícil frente ao governo brasileiro pelo fato de ter o Uruguai concedido refúgio político a João Goulart e Leonel Brizola. Para *Epoca*, era inadmissível que um funcionário diplomático resolvesse não atender aos pedidos porque não estava disposto a criar problemas com o governo em cujo território atuava, contrariando um dos princípios mais caros aos uruguaios: o direito de asilo<sup>45</sup>.

Percebe-se dessa forma que a decisão de Aersa ignorou a tradição uruguia de aplicação do direito de asilo, considerado mais como um dever de suas representações diplomáticas do que uma faculdade conferida a sua soberania. Em matéria de asilo, o Uruguai havia ratificado todos os tratados – exceto a Convenção de Caracas – e todos esses documentos expressavam de maneira clara a posição do país frente ao direito de asilo e em nenhum momento deviam ser desconhecidos ou tergiversados em sua interpretação e aplicação por seus representantes diplomáticos.

Os problemas em relação ao direito de asilo foram agravados com a chegada ao Uruguai de dois membros do governo de Goulart – Max da Costa Santos, antigo deputado e Almino Affonso, ex-ministro do Trabalho. Tanto Max quanto Almino eram considerados

---

<sup>44</sup> Manoel Pio Corrêa, chefe da representação diplomática do Brasil no Uruguai. Coube a ele estabelecer novos nexos com as autoridades uruguaias e entidades e associações afinadas com o ideário do novo regime brasileiro.

<sup>45</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu, nº 231. Montevidéu, 4 de junho de 1964, anexo.

esquerdistas e Pio Correa protestou contra a solicitação de asilo político, alegando que os dois teriam entrado ilegalmente no Uruguai e que não poderiam obter asilo porque já o tinham conseguido em outros países, logo após o golpe civil-militar (AGEE, 1976). No entanto, na sessão da Câmara de Representantes do Legislativo uruguaio de 21 de novembro de 1964, houve a manifestação de diversos deputados acerca da solicitação de asilo por parte dos brasileiros. A preocupação que moveu os representantes dizia respeito a uma possível negativa à solicitação de asilo de Max da Costa e Almino Affonso. Novamente foi colocado que o direito de asilo configurava uma etapa fundamental acerca dos direitos humanos, respeitado pelo Uruguai e parte de sua tradição. A solicitação de negativa vinha por parte do Governo brasileiro que exercia uma pressão muito grande para que o Uruguai resolvesse por si os problemas que acometiam ao Brasil. Tudo isso, nas palavras do deputado Enrique Erro, se configurava em um ato de agressão à soberania e à independência do país:

No puedo admitir que el Poder Ejecutivo de mi país de satisfacción a los mezquinos intereses de quienes avasallaron las instituciones brasileñas y anularon los mandatos de legisladores de aquel país, mandatos conferidos por la libre determinación de la voluntad popular; de quienes avasallaron al Presidente constitucional, doctor João Goulart; y de quienes, además, están convictos y confesos de servir los intereses de todo ese desgraciado episodio de la hermana República del Brasil (ERRO, 1964, p. 1239).

O tema foi tratado com gravidade, uma vez que o que estava em discussão era o direito de asilo que até aquele momento sempre fora respeitado no Uruguai. O deputado Ariel Collazo (1964) lembrou na mesma sessão que o país já havia asilado indivíduos de diversos países e das mais diversas posições políticas, exemplificando com outros casos de concessão de asilo. A historiadora Ananda Simões Fernandes (2009, p. 78) também já havia assinalado que “o Uruguai abrigava cidadãos paraguaios, exilados desde o estabelecimento da ditadura de Alfredo Stroessner, em 1954, bem como argentinos que fugiram após a queda de Juan Domingo Perón, em 1955”. Era sabido que se houvesse esse precedente de negativa de asilo, ele serviria de base para futuros episódios, o que significaria o decaimento do direito de asilo e a incorporação do Uruguai ao grupo de todos esses países que desonraram sempre, na realidade latino-americana, todos esses direitos. Quanto aos dois brasileiros, Collazo fez a seguinte declaração:

Se invoca, para impedirles el asilo en estos instantes, la falta de documentación o el hecho de que hubieran obtenido asilo en otro país ya anteriormente; ¡pero si esto ha hecho en el Uruguay en infinidad de casos! Diría que muchos de los actuales asilados y otros anteriores no han tenido su documentación en regla, pues vienen perseguidos y precisamente por eso no pueden tener su documentación en condiciones, por que se há violado su casa, se les ha allanado, se les ha violado la correspondencia. Por lo tanto ¿cómo se puede exigir a estos dos eminentes hombres públicos, para satisfacer a la dictadura brasileña, determinado tipo de documentación que no se le ha exigido a muchos otros?

Esta forma de ceder del gobierno Uruguayo es, repito, una forma de transacción política lamentable con la dictadura brasileña, que no puede prosperar si es que el Uruguay pretende seguir defendiendo lo que ha sido hasta ahora tradición importante de nuestra patria (COLLAZO, 1964, p. 1239).

Os argumentos do deputado uruguaio iam de encontro à violência da política ditatorial brasileira, acostumada a quebrar regras e impor sua vontade na base da força e da ameaça, eliminando, inclusive, os motivos apontados pelo Brasil para que não fosse concedido asilo aos brasileiros. Além disso, mais uma vez a visão uruguaia se volta para a defesa de uma instituição considerada por eles altamente relevante: o direito de asilo.

Na ocasião, os deputados criticaram também o papel da imprensa que tratava Max da Costa e Almino Affonso como ilustres desconhecidos, agitadores profissionais que foram ao Uruguai para criar atritos com o governo brasileiro quando em realidade eles eram duas personalidades expoentes da cultura do Brasil. Somavam-se, dessa forma, ao seleto grupo de intelectuais brasileiros, nomes como Josué de Castro, Oscar Niemeyer e Celso Furtado. Cabe aqui a reflexão do deputado Elichirigoity na referida sessão:

Todo parece indicar claramente que el actual Gobierno brasileño está llevando a la práctica aquel nefasto principio que pronunciara el General franquista Millán Astray en la Universidad de Salamanca – y que mereciera una inmortal contestación de Unamuno – “Muera la inteligencia, viva la muerte”, y su actitud se inscribe también en la línea de acción que señalara el Ministro de Educación y Propaganda del reich alemán, José Goebbels, cuando afirmaba que cada vez que oía hablar de cultura echaba mano al revólver (ELICHIRIGOITY, 1964, p. 1240).

Esses fatos contribuíram para tornar cada vez mais provável uma intervenção direta do Brasil no Uruguai – sempre embasada na teoria das fronteiras ideológicas. Philip Agee declarou que a base da CIA em Montevideu recebia relatórios alarmantes, através dos meios de comunicação do serviço de investigações, fundamentados na observação do movimento militar no sul do Brasil. Nas palavras do ex- agente, “a julgar por esses relatórios, o Exército Brasileiro está de prontidão para, a qualquer momento, executar um plano de invadir o Uruguai e tomar Montevideu em questão de horas” (AGEE, 1976, p.409).

Pio Corrêa seguia pressionando o Uruguai para que os dois ex-líderes do governo de João Goulart fossem expulsos, assim como Leonel Brizola fosse confinado em alguma cidade do país. Nota-se aqui que o confinamento não se estende a João Goulart, como foi solicitado quando da sua chegada ao país vizinho. A importância e o prestígio de Jango haviam minguado em detrimento do aumento da polêmica em torno de Brizola e também devido à lesão cardíaca que o tinha obrigado a uma intervenção cirúrgica, contribuindo para o seu afastamento do cenário político naquele momento. Mesmo assim, o Brasil solicitava a retirada do asilo político do ex-presidente.

Carlos Maria Gutiérrez, em reportagem para *Marcha* do dia 15 de janeiro de 1965, afirma que essa pressão vinda do Brasil em relação aos exilados era parte de uma campanha de terrorismo diplomático encabeçada pelo Jornal do Brasil e outros jornais brasileiros. A reportagem denunciava que a imprensa brasileira era cúmplice do golpe que depôs João Goulart e da própria ditadura, participando de campanhas de intimidação ao governo uruguaio e apresentando em suas páginas a usual chantagem de ruptura de relações entre os dois países e o fim do intercâmbio entre ambos, mesclado às ameaças de invasão territorial (GUTIÉRREZ, 1965).

Antes disso, porém, Ariel Collazo havia denunciado, na sessão do dia 9 de dezembro de 1964 da Câmara dos Representantes, a versão que indicava que o governo do Uruguai dizia: “¿y qué vamos hacer?; si no el Brasil no nos compra el trigo”. E acrescentou outra versão de que o governo havia prometido que no prazo de dois meses se efetuaría a internação de Brizola e de Goulart em algum ponto do Uruguai:

Esto significaría que dentro de dos meses – allá por enero o febrero, período en que el Parlamento no se reúne y estas cosas no adquieren, por lo tanto, la misma resonancia pública que cuando el Poder Legislativo permanece con sus puertas abiertas – podría suceder que nuestro gobierno pretendiera actuar en consecuencia, cediendo a la presión, moviéndose por motivos políticos y económicos deplorables, y haciéndose todo esto en oportunidad en que menos perjuicio acarrear. Todos estos hechos que denunciamos fueron publicados, por otra parte, en distintos órganos de prensa y están mostrando cabalmente la índole de agresividad y de intervención en nuestros asuntos internos que cada día va cobrando más fuerza, por parte del Gobierno brasileño, y que a pesar de que no le faltan problemas dentro del suyo, se preocupa de imponer soluciones a los países vecinos, sobre todo el Uruguay, presumiblemente por la presencia de determinados políticos en nuestro país. El Uruguay tiene el deber de defender, como lo hizo siempre en toda su historia, a todos los asilados políticos que puedan venir a nuestra tierra, cualesquiera sean sus posiciones políticas – de derecha, centro o izquierda – porque de esa manera seguirá cumpliendo con sus tradiciones (COLLAZO, 1964-65, p.159).

E dessa forma, com a finalidade de aliviar as pressões brasileiras, o governo uruguaio acabou votando contra o asilo político a Almino Affonso e Max da Costa Santos, argumentando que ambos entraram no Uruguai após receberem aquiescência de outros países que lhes deram acolhida como exilados. Receberam, no entanto, visto turístico para uma permanência de noventa dias. Este assunto também ganhou as páginas de *Marcha* do dia 15 de janeiro de 1965:

Los ex-parlamentarios brasileños Max da Costa Santos y Almino Alvarez Affonso solicitan asilo, no porque no puedan volver a los países donde se encontraban después de su fuga del Brasil, sino porque su calidad de perseguidos políticos que pone en peligro ‘su vida y su libertad’ en su país de origen (para citar el artículo VI de la Convención de Caracas, como aman hacer los asesores y los juristas), se mantienen, al permanecer sin modificaciones de hostilidad que existe contra ellos en el Brasil. En pocas palabras: Santos y Affonso estaban en el Brasil, y debieron huir de los usurpadores. Son perseguidos políticos y piden asilo en un país que se

había caracterizado como santuario de los perseguidos políticos. El activo Correia se movió durante seis semanas para que el asilo no fuera concedido (GUTIÉRREZ, 1965, p.15).

Para Gutiérrez (1965), o Uruguai deu outro passo, decisivo na sua debilidade frente ao regime brasileiro, no sentido de renunciar aos antecedentes nacionais sobre o asilo.

Ao mesmo tempo em que não concedeu asilo aos dois brasileiros, o governo do Uruguai optou pelo confinamento de Leonel Brizola. No entanto, concedeu ao político o direito de escolher a cidade na qual gostaria de viver, desde que não fosse Montevideu e que estivesse a pelo menos trezentos quilômetros de distância da fronteira brasileira. Brizola optou pela cidade balneária de Atlântida como o local no qual ficaria limitado. Sua escolha estratégica o colocou a apenas trinca e cinco quilômetros da capital do Uruguai e quase no limite da proximidade permitida, isto é, distante apenas trezentos e um quilômetros da fronteira com o Brasil.

Esse fato repercutiu negativamente tanto na imprensa uruguaia quanto na Câmara de Representantes, onde vários deputados assinaram uma minuta de comunicação ao Poder Executivo acerca da internação de Leonel Brizola, conforme abaixo:

**INTERNACION DEL EX GOBERNADOR DE RÍO GRANDE DEL SUR,  
INGENIERO LEONEL BRIZOLA  
MINUTA DE COMUNICACIÓN**

La Cámara de Representantes, ante la decisión mayoritaria del Consejo Nacional de Gobierno, al aprobar el Decreto en la sesión del 4 de febrero de 1965, por el que se dispuso la internación del Diputado y Ex Gobernador de Río Grande del Sur, Ingeniero Leonel Brizola, se dirige al Poder Ejecutivo, en defensa de la dignidad nacional, por la coacción reconocida que en el caso promovió un Estado extranjero, para que se reconsidere y deje sin efecto el referido Decreto, que traduce una riesgosa anulación del Derecho de Asilo Político.

Montevideo, 17 de febrero de 1965.

**Luis Riñón Perret**, Representante por Montevideo; **Jacobo Guelman**, Representante por Soriano; **Eduardo Cardozo Brovotto**, Representante por Soriano; **Enrique R. Erro**, Representante por Montevideo; **Uruguay Tourné**, Representante por Montevideo; **Hugo Batalla**, Representante por Montevideo; **María V. Soares de Lima**, Representante por Canelones; **Alfredo F. Massa**, Representante por Montevideo; **Fernando Elichirigoity**, Representante por Montevideo; **Augustín C. Caputti**, Representante por Canelones; **Zelmar Michelini**, Representante por Montevideo; **Eduardo Pascual**, Representante por San José; **Enrique Martínez Moreno**, Representante por Montevideo; **Raumar Jude**, Representante por Canelones; **Alberto M. Rosselli**, Representante por Florida; **Raúl A. Ronzoni**, Representante por Colonia; **Dora Cóccharo**, Representante por Montevideo; **Francisco A. Forteza**, Representante por Montevideo; **Guido Machado Brum**, Representante por Rivera<sup>46</sup>.

<sup>46</sup> Diário de sesiones de la Camara de Representantes. XXXIX Legislatura, 2º período. Tomo 568, 17 de febrero de 1965, página 411.

O Uruguai vinha sofrendo havia alguns meses forte pressão do governo brasileiro acerca da expulsão dos deputados e do confinamento de Leonel Brizola. Para os deputados uruguaios, a imposição da ditadura brasileira foi aceita pelo governo uruguaio sem que o país reagisse energicamente às reiteradas pressões do Brasil, como corresponderia a uma República livre e soberana. O decreto de internação de Brizola também foi alvo de críticas por parte dos parlamentares, uma vez que não houve provas que sustentassem tal ação. Havia sido negado também a Leonel Brizola o direito de defesa, mesmo depois de ser assegurado ao político que nenhuma decisão seria adotada sem que ele fosse previamente ouvido a respeito das acusações da ditadura. O jornal *El Popular* de 03 de fevereiro de 1965 publicou uma carta de Leonel Brizola a respeito da sua situação:

A través de informaciones de personas amigas y de las noticias de la prensa, he podido confirmar que el eminente Consejo Nacional de Gobierno está a punto de decidir mi internación, imponiéndome graves restricciones a mi libertad como asilado político y no menos graves constreñimientos a mi propia familia. A los gobernantes de la patria de Artigas, me limito a pedir que se me reconozca el simple derecho de defensa, el derecho elemental que, en un país jurídicamente organizado, como el Uruguay, no se niega ni a los delincuentes comunes. Lo único que solicito es la oportunidad de defenderme y de proporcionar aclaraciones ante los honorables miembros del Consejo Nacional de Gobierno frente a las acusaciones infames y ridículas elevadas a la Cancillería y al Ministerio del Interior por el insolente Embajador de la dictadura que impera en mi país, con el exclusivo propósito de la persecución política<sup>47</sup>.

Brizola pediu para ser escutado e o governo brasileiro não lhe deu ouvidos porque não lhe interessava a razão e a verdade, e sim ver sua ordem cumprida com prontidão. No dia 4 de fevereiro *El Popular* noticiou o confinamento do político: “Consumada la infamia. Internaran a L. Brizola”. Nas palavras de Niko Schvarz (1965), comentarista político do jornal, a medida foi adotada sem a mínima prova. Todo o trâmite do assunto estava rodeado de fatos obscuros e de pressões insultantes perpetradas pela Embaixada brasileira. Em resumo, a internação havia sido aprovada para satisfazer a ditadura.

Logo após ser notificado oficialmente da aprovação do decreto que propunha sua internação, Brizola escreveu uma declaração que foi publicada no diário *El Popular* de 7 de fevereiro:

Recibo la noticia de mi internación como una victoria de la dictadura brasileña. Pero los días demostraran que fue una victoria a lo Pirro. Si Dios quiere no va a demorar mucho nuestro regreso a Brasil para ayudar a conducir a nuestro pueblo por los caminos de su liberación del imperialismo y la injusticia social. Espero que los gobernantes de Uruguay, superiormente, reconsideren lo que han decidido, porque todas las afirmaciones del gobierno que imperan en mi país son injustas e improcedentes. Aún sufriendo una injusticia, constreñimientos y problemas para mi familia, reafirmo que todo eso no disminuye en nada el aprecio,

---

<sup>47</sup> Brizola: acusaciones infames y ridículas. *El Popular*. 03 de febrero de 1965, p. 4.

la estima y el reconocimiento que tengo hacia el querido pueblo uruguayo. Ante todo quiero afirmar que no tengo y no guardo resentimientos a nadie<sup>48</sup>.

Havia sido dado a Leonel Brizola cinco dias para a escolha do novo local de moradia, a contar da data de aprovação do decreto sobre o seu internamento. No dia 15 de fevereiro, Brizola e sua família seguem para o novo destino. Dessa forma, consumou-se a ordem do ditador Castelo Branco, cumprida fielmente pelo governo uruguaio e seu Ministro do Interior Adolfo Tejera.

Mais uma vez, a imprensa uruguaia abriu espaço não apenas para notícias referentes ao internamento, mas também para manifestações de repúdio à aprovação do decreto – como foi o caso da *Unión de Juventudes Comunistas*:

El Comité Ejecutivo de la UJC, frente al inicuo atentado contra el derecho de asilo que significa la internación de Leonel Brizola, expresa su indignación ante la entrega de nuestra soberanía por parte de este gobierno, representante de los sectores más privilegiados de nuestro país [...] y ahora desoyendo nuevamente el reclamo popular y frente a la indignación de toda la opinión democrática surge esta aceptación de las ordenes de los gorilas comandados por Castelo Branco a cambio de la posibilidad de vender trigo al Brasil. Es esta una nueva traición al legado artiguista que se expresó en la frase “No vendré el rico patrimonio de los orientales al bajo precio de la necesidad”.

Es por ello que exhorta al pueblo y a la juventud uruguaya a expresar su repudio a los cinco consejeros y al ministro Tejera, principales interpretes del mandato gorila y a manifestar su protesta ante la infamia cometida, haciendo honor a la nunca desmedida solidaridad con los pueblos hermanos<sup>49</sup>.

Cabe aqui também a declaração da Convenção Nacional de Trabalhadores:

Con la negativa de asilo político para los diputados brasileños Almino Affonso y Max da Costa Santos, el Consejo Nacional de Gobierno con el voto de cinco Consejeros, ha comprometido seriamente el prestigio de la República, reconocida como tierra en donde el perseguido ha encontrado siempre un trato respetuoso de sus derechos humanos.

Asimismo, la mayoría del Gobierno ha dispuesto la internación del diputado Leonel Brizola, atentando contra los derechos humanos reconocidos universalmente y desconociendo en forma muy grave el ordenamiento institucional de la República. En la medida que no siendo el asilado un proscrito sino un habitante de la República amparado por las garantías constitucionales, se les han negado éstas al no permitírsele el derecho de defensa ante las inculpaciones de que fue objeto. La internación es una sanción, una pena que se ha dictado sin escuchar al inculpaado, violándose las garantías del debido proceso.

Toda esta situación, que lesiona un sentimiento nacional se ve agravada por la forma desmedida con que ha actuado el Representante Diplomático del Gobierno de facto del Brasil, único beneficiario de las medidas adoptadas por nuestro gobierno.

Ante estos hechos, la Mesa Representativa de la Convención Nacional de Trabajadores DECLARA:

- 1) Su repudio a las medidas violatorias del derecho de asilo adoptadas por el Consejo Nacional de Gobierno, en perjuicio de personalidades políticas víctimas de la cruel dictadura que sufre el Hermano pueblo del Brasil.
- 2) Que la clase trabajadora uruguaya, indignada rechaza la actitud de la mayoría del Consejo Nacional de Gobierno, al dictar medidas que afectan la Constitución de la República, lesionan la dignidad del pueblo uruguayo, tolerando los excesos del

<sup>48</sup> Brizola: “un pobre triunfo pasajero”. *El Popular*, 7 de febrero de 1965, capa.

<sup>49</sup> Repudio a la internación de Leonel Brizola. *El Popular*, 7 de febrero de 1965, p. 4.

Embajador de una dictadura y dando satisfacción a la tiranía que sojuzga al hermano pueblo brasileño.

3) Que en el desarrollo del plan de lucha que se ha trazado, habrá de tomar todas las medidas necesarias para lograr la revocación del decreto que dispone la internación de Brizola, así como el respecto integral del Derecho de Asilo y a nuestra menoscabada soberanía nacional. En este sentido se dirigirá a los Consejeros Nacionales que votaran contra dicho Decreto para que defiendan la posición asumida replanteando el problema en el seno del Consejo Nacional de Gobierno<sup>50</sup>.

Com a internação de Brizola em cumprimento ao decreto governamental, encerrou-se mais um episódio na condução da política internacional uruguaia que se mostrou disposta a substituir os seus princípios por enganos e a ação soberana por pressões alheias. Para *Marcha*, o golpe no Brasil não se restringiu apenas ao país, atingiu também outros países do continente latino-americano, inclusive o Uruguai. O Brasil se constituiria, assim, em um adequado dispositivo continental para os múltiplos planos do Pentágono<sup>51</sup>.

Desde o golpe, a ida de asilados para os países vizinhos constituiu-se, para a ditadura brasileira, um problema a ser resolvido de qualquer maneira. Nesse sentido, Lincoln Gordon, o embaixador estadunidense no Brasil, não esperou muito tempo para oferecer ajuda por meio dos Serviços de Segurança e da CIA – como já foi visto – para que o problema fosse resolvido “por vias pacíficas”. Esta via era o Itamaraty, seu corpo diplomático e agentes apropriados para a ação marginal coadjuvante – espões, infiltrados, etc. Como o Uruguai era o problema mais grave devido à grande quantidade de exilados, era necessário enviar alguém apto para lidar com as circunstâncias e possíveis problemas que os exilados pudessem apresentar. O escolhido foi Manoel Pio Corrêa. Pode-se dizer que sua atuação no Uruguai foi satisfatória e que ele cumpriu a missão confiada pela ditadura brasileira. Foi um crítico mordaz da atitude uruguaia quando as pressões pareciam insuficientes para acelerar o confinamento de Brizola. Quando o corpo de assessores do Ministro do Interior ia redigir um informe com argumentos jurídicos contrários à internação, Pio Corrêa, oportunamente, conseguiu as “provas” que o governo uruguaio exigia para tomar esta medida: a de que Brizola realizava atos subversivos. “Casualmente”, quando os mesmos assessores iam emitir outro informe desfavorável, Pio Corrêa descobriu um complô contra o governo do Brasil. Mais uma vez, num estilo típico de trabalho da CIA, o embaixador entregou pessoalmente ao Ministro Tejera os documentos que “comprovavam” o envolvimento de Brizola no caso. O que o governo uruguaio, a *Jefatura de Policía* e o *Departamento de Inteligencia y Enlace* não conseguiram fazer, Pio Corrêa fez<sup>52</sup>. De acordo com Agge (1976, p. 419) “Pio Corrêa fez um excelente trabalho pressionando os

<sup>50</sup> Reclaman que se revoque la internación de Brizola. *El Popular*, 14 de febrero de 1965, p. 4.

<sup>51</sup> Curriculum de un embajador. *Marcha*, 12 de febrero de 1965, p.7.

<sup>52</sup> Curriculum de un embajador. *Marcha*, 12 de febrero de 1965, p.7.

uruguayos para tomarem uma atitude com relação aos exilados e isso possibilitou a agradável medida [o confinamento de Brizola] do ministro das Relações Exteriores”. Clara Aldrighi (2012), por sua vez, acusa Pio Corrêa de ser muito mais do que um agente diplomático, e sim um embaixador da ditadura, além de ser um veterano colaborador da CIA e um militante da causa golpista no Uruguai. Como revelam os documentos publicados no seu livro *Conversaciones reservadas entre políticos uruguayos y diplomáticos estadounidenses*, Pio Corrêa estimulou os propósitos golpistas em setores das Forças Armadas uruguayas, bem como tratou de recrutas civis destacados, técnicos e empresários para que apoiassem um governo militar. Pressionou também para que o Uruguai controlasse e isolasse os exilados brasileiros, além de enviar à ditadura brasileira informes alarmistas, exagerando o alcance e a dimensão da crise econômica pela qual o Uruguai passava e as mobilizações de esquerda que aconteciam no país.

O acesso dos brasileiros exilados à imprensa e à cobertura que esta dava aos desdobramentos políticos que envolviam os asilados há muito incomodavam a ditadura brasileira. *Marcha* desde o princípio chamava a atenção internacional para a tentativa dos brasileiros de desmascararem o golpe, utilizando-se das mais diversas linguagens. Todos esses fatos levaram a Embaixada do Brasil em Montevideú a formular uma campanha jornalística para ajustamento da imagem do Brasil no exterior, isso ainda em 1964. O plano consistia na distribuição de matérias, remetida pela Secretaria de Estado de Relações Exteriores do Uruguai, a uma agência de notícias que, de forma discreta, fizesse chegar à imprensa sem que houvesse interferência aparente da embaixada brasileira.

Com este objetivo, a Embaixada do Brasil no Uruguai entrou em contato com Augustin Fernandez Chaves, diretor da *Agencia Nacional de Informaciones* (ANI), pessoa de confiança da ditadura brasileira, para que fosse o responsável para pôr em prática a campanha. Seria para ele que a Embaixada passaria as instruções, como a de ser conveniente que a remessa de artigos se fizesse de maneira pela qual a agência pudesse distribuir ao mesmo tempo matéria relativa a assuntos políticos, que encontravam maior resistência de parte da imprensa local, e matérias relativas a assuntos econômicos, artísticos e culturais. Tudo para que não ficasse explícito o envolvimento da Embaixada nas páginas dos jornais uruguayos.

Além disso, a Embaixada brasileira se comprometeu, na medida de suas possibilidades, a enviar artigos que pudessem enriquecer o material com que contaria a ANI, como pode ser observado no ofício 105 de 9 de fevereiro de 1965:

A Embaixada do Brasil em Montevideú cumprimenta a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e [...] tem a honra de encaminhar-lhe o texto de mais um artigo sobre (*sic*) temas brasileiros – “La industria automovilística en el Brasil” –

publicado em “La Mañana” de 8 de fevereiro corrente, com base em material fornecido por esta Missão Diplomática<sup>53</sup>.

Comprometeu-se também a ceder gratuitamente material fotográfico sem nenhuma indicação de sua procedência oficial à referida agência, que o distribuiria aos jornais interessados. Esse material constituiria, naturalmente, um atrativo a mais para a divulgação desejada<sup>54</sup>. A intenção da campanha era exatamente tirar o foco das denúncias contra a ditadura, mostrando vários aspectos “positivos” do país.

Todo esse esforço era visto pela Embaixada como necessário para mudar a imagem do Brasil que havia sido ofuscada pela campanha dos exilados na imprensa internacional – e principalmente na uruguaia. A chegada de Brizola no país vizinho contribuiu também para o aumento das denúncias – feitas inclusive pelo próprio político –, já que o ex-governador ainda representava a maior possibilidade de luta contra a ditadura militar brasileira.

Apesar da relativa facilidade encontrada para denunciar a ditadura na imprensa internacional, os asilados encontraram diversos percalços na vivência exílica. Dessa forma, o próximo capítulo versará sobre as dificuldades encontradas no dia a dia e as ações para superá-las, bem como a formação das redes de sociabilidade e os caminhos que conduziram Leonel Brizola à luta armada.

---

<sup>53</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevideú, nº 105. Montevideú, 9 de fevereiro de 1965.

<sup>54</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevideú, nº 378. Montevideú, 7 de agosto de 1964.

## CAPÍTULO 2

### DAS REDES DE SOCIABILIDADE À LUTA ARMADA: A ATUAÇÃO DE LEONEL BRIZOLA

*Qué linda época aquella en que decíamos revolución.*  
Mario Benedetti

O exílio representou para os brasileiros envolvidos em uma conjuntura de intensa agitação política a ruptura com uma realidade e o desenraizamento do universo de referência que dava sentido à luta. Como explica Rollemberg,

A derrota de um projeto político e pessoal, o estranhamento em relação a outros países e culturas, as dificuldades de adaptação às novas sociedades, que muitas vezes os infantilizavam, o não-reconhecimento (*sic*) nos novos papéis disponíveis, tudo isso subvertia a imagem que os exilados tinham de si mesmos, desencadeando crises de identidade. Em diversas situações cotidianas, foi possível ver a manifestação dessas crises: na batalha pelos documentos ou na recusa em obtê-los; no trabalho e no estudo; na militância política ou no seu abandono; nas atividades culturais e artísticas; na vida familiar e afetiva (1999, p. 132).

Eduardo Galeano (1979, p. 86), exilado em Barcelona, escreveu para *Cuadernos de Marcha*: “El exilio, que siempre nace de una derrota, no solamente proporciona experiencias dolorosas. Cierra unas puertas, pero abre otras. Es una penitencia y, a la vez, una libertad e una responsabilidad. Tiene una cara negra y tiene una cara roja”. A face negra do exílio refere-se às perdas, separações e ao desenraizamento tal qual colocou Rollemberg. A face vermelha manifestou-se, nas palavras de Couto (2012, p.116), “no esforço de reflexão sobre a maneira pela qual as opções políticas que se tinham escolhido haviam conduzido inelutavelmente ao exílio”. Foram essas considerações que ajudaram a definir as linhas de ação que seriam tomadas pelo indivíduo no exílio, um caminho “entre a nostalgia e a criação”, como poetizou Galeano.

Contudo, no decorrer do tempo, o exílio passou a ser vivido no dia a dia, envolvendo questões de ordem subjetiva e objetiva. Todavia, a sensação de mal estar em relação ao outro, e em relação a si mesmo, entre o que se era – ou se pretendia ser – e o que se acabou sendo de fato acompanhava o cotidiano dos exilados.

É necessário afirmar que diversos fatores influenciaram na maneira de viver o cotidiano, a começar pelos traços de caráter e personalidade de cada um. Rollemberg destaca, primeiramente, o *status* social como um desses diferenciadores:

enquanto alguns exilados eram reconhecidos como profissionais ou como personalidades públicas, não lhes faltando convites institucionais para prosseguirem trabalhos interrompidos, outros precisavam impor sua presença, lutando pelo visto e pela sobrevivência material, muitas vezes realizando atividades que nada tinham a ver com suas expectativas e para as quais estavam superqualificados. Os recursos pessoais também produziam diferenças: alguns contavam com reservas de dinheiro ou com a ajuda da família, outros, não. A idade interferia: em geral os mais novos, com menos *bagagem* acumulada e solidificada, eram mais flexíveis diante das adversidades, mas, por outro lado, os exilados com alguma notoriedade eram também os mais velhos; o conhecimento da língua estrangeira e o grau de dificuldade para aprendê-la faziam diferença; ter a companhia da família, às vezes, representou um fator de segurança e apoio, mas às vezes foi uma sobrecarga de responsabilidade. As fases do exílio também foram decisivas: as referências de cada período podiam abrir horizontes ou eliminar esperanças, facilitando ou não o enfrentamento das situações concretas; os países de exílio interferiam diretamente, aguçando ou atenuando as contradições. Finalmente, pertencer a um partido ou organização, ou ter uma militância mais definida, ou redirecioná-la para um projeto profissional, em geral, dava um sentido à vida no exílio (ROLLEMBERG, 1999, p. 132-133, grifo do autor).

Tendo em vista os problemas enfrentados pelos exilados, como os acima expostos, bem como a necessidade de pertencimento a alguma organização ou partido político, abordar-se-á neste capítulo, a formação de estruturas ou redes de sociabilidade – enfatizando aquela constituída em torno de Leonel Brizola –, problematizando a colaboração que estas exerceram na vida dos brasileiros no exílio, bem como o seu papel na reação ao golpe civil-militar, ou seja, na composição da luta armada.

## **2.1 O cotidiano no exílio: a formação das redes de sociabilidade**

A saída inesperada do país pegou muitos indivíduos de surpresa, muitos deles não tinham reservas financeiras e tiveram sua situação agravada pela perda dos seus postos de trabalho, já que muitos ocupavam cargos no governo deposto. Além disso, muitos dos perseguidos pela ditadura perderam parte dos seus bens devido às apreensões ilegais que ocorreram durante o período de repressão política. O próprio presidente João Goulart também chegou ao Uruguai quase sem recursos financeiros – amigos brasileiros emprestaram-lhe dinheiro. “Embora dinheiro não lhe faltasse, não tinha liquidez nenhuma. A ditadura mandara invadir muitas de suas fazendas e bloqueara seus bens para venda. Toda a sua riqueza estava em território brasileiro” (FERREIRA, 2011, p. 559). Mesmo nesta conjuntura, com todas as dificuldades a serem enfrentadas, eram Jango e Brizola os políticos que mais contribuía no auxílio imediato àquelas pessoas menos favorecidas que chegavam ao Uruguai naqueles primeiros momentos do exílio.

Todavia, a solidariedade, às vezes, parecia ficar restrita ao apoio a determinados ideais, conforme relatos como o de Avelino Capitani:

[...] Em Montevidéu, cumpri toda a burocracia. Como eu estava sem dinheiro e não tinha onde ficar, eles perguntaram se conhecia alguém.

- Conheço o Brizola.

- Então vai. Procura o Brizola. Ele vai te ajudar.

Deram-me seu endereço. No primeiro momento, eu estranhei, mas depois tive a impressão de que era um fato normal e fui procurá-lo. De saída, já levei um choque. O Brizola estava numa conferência e quem me recebeu foi um assessor, um rapaz que tentou iniciar uma conversa [...].

Quando Brizola acabou sua conferência, logo veio conversar comigo.

- Que bom que tu chegaste, vieste te integrar a nossa luta? Estamos preparando nosso retorno e vamos retomar a democracia no Brasil<sup>55</sup>.

Eu sabia do esquema do Brizola pelos contatos com o pessoal da AP<sup>56</sup>. Era um plano de invadir o Brasil numa volta triunfal. Apoiado pelas forças populares, conseguiria dividir as Forças Armadas, haveria um contragolpe e o país voltaria à democracia. Falei francamente.

- Brizola, eu acho que isso é impossível. Não estou acreditando nesses esquemas. Eu estou chegando do Brasil, estou aqui doente pelas torturas mas não estou delirando. O caminho terá que ser outro porque esse não dá mais certo. Tu estás sendo mal informado e estás contando com forças que já não existem. Foram desmanteladas, estão desorganizadas.

O Brizola não gostou e esfriamos as relações. Eu não concordei com seu plano e talvez fosse essa a condição para que me prestasse alguma solidariedade. Ele só me deu o endereço de uma pensão que recebia apoio de Goulart. Poderia ficar alguns dias, depois teria que pagar. E eu sem dinheiro (1997, p. 94-95).

Por sua vez, o tenente Wilson da Silva, ao contrário de Capitani, teve mais sorte com o ex-governador do Rio Grande do Sul. Nas palavras do tenente, assim que se encontraram, Brizola

[...] colocou a mão no meu ombro e disse:

- Bah! Wilson, tu aqui, mas que coisa né, como tudo aconteceu! Mas não há de ser nada.

Perguntou pela família, eu disse da situação, conversamos e mandou que eu desistisse do serviço que havia arranjado, porque já tinha deixado um esquema para recolher auxílio para os mais necessitados. E que não haveria problemas, 'enquanto el tivesse uma camisa a rasgaria e eu teria a metade'. Precisávamos seguir lutando.

<sup>55</sup> A questão sobre as articulações políticas de Brizola para retomar a democracia no Brasil será analisada no item 2.2 deste capítulo.

<sup>56</sup> Ação Popular (AP): surgiu em 1962, definindo-se como movimento político mediante o descontentamento de estudantes militantes da Juventude Universitária Católica (JUC), criando outra organização que não estivesse ligada aos limites da hierarquia da igreja. Antes de 1964, a Ação Popular defendia as Reformas de Base adotadas por Jango; após o golpe, a AP sofreu com a perseguição e a repressão e vários de seus membros são presos ou acabam indo para o exílio. Entre 1965-1967, a organização passou por um processo de discussão sobre seus princípios políticos e filosóficos, inclinando-se para a incorporação do marxismo como guia teórico de suas ações. Como consequência desse debate, foi gerada uma cisão entre os integrantes que defendiam a continuidade de uma militância cristã e aqueles que queriam adotar as ideias oriundas da Revolução Cultural Chinesa – sendo esta a vertente adotada. A partir desse momento, a AP passou a se caracterizar como uma organização maoísta, aproximando-se cada vez mais do PCdoB. Em 1968, ocorre outra disputa interna, da qual surge uma nova organização dissidente, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Três anos depois, a organização se autoproclama Ação Popular Marxista-Leninista (APML). A incorporação da AP ao PCdoB aconteceu em 1973, após inúmeras divergências internas que dividiram ainda mais a AP (LACERDA, 2007, p. 02-03). Durante o primeiro ano e meio após o golpe, a AP era o suporte ideológico e doutrinário de Brizola no exílio (TAVARES, 2012, p. 105).

Vendo-me mal vestido, uma primeira medida foi mandar comprar um bom casaco e um par de botas longas para enfrentar o inverno. A família seria assistida, e de fato passou a me oferecer uma importância para mandar para o Brasil, o que aconteceu até julho, quando, finalmente, mulher e filhos vieram ter comigo (SILVA, 2011, p.130).

Como se vê, o exílio foi um tempo de dificuldades para a grande parte dos exilados. Com a falta de uma renda fixa, muitos brasileiros viram a necessidade de buscar empregos regulares no Uruguai. A maioria dos exilados brasileiros acabou recorrendo a empregos para os quais estavam superqualificados. Avelino Capitani exemplifica essa dificuldade: só conseguiu trabalho na fábrica de radiadores de um português. Embora nunca houvesse trabalhado naquele ramo, começou como aprendiz, pois necessitava com urgência ganhar uns “*pesitos*”. Foi na fábrica que Capitani encontrou a solidariedade do povo uruguaio, uma vez que os operários lhe deram roupas quentes e até indicaram um local onde o ex-marinheiro poderia ficar, uma casa abandonada e condenada em Montevideú, até que Goulart disponibilizou uma residência em Pocitos, valorizado bairro da capital uruguaia, no intuito de auxiliar os exilados (CAPITANI, 1997). Posteriormente, essa casa ficou conhecida como “vietcong”, em virtude da forma pela qual a vizinhança se referia à residência.

O tenente José Wilson da Silva também precisou aceitar qualquer tipo de trabalho no exílio. Enquanto aguardava a chegada de Brizola ao Uruguai, passou a trabalhar em um posto de gasolina. Entretanto, esses tipos de emprego ofereciam baixa remuneração e, mesmo assim, muitos exilados não conseguiam nem mesmo ocupações como essas. Dentre os fatores que dificultavam a inserção no mercado de trabalho, pode-se citar, além da dificuldade relacionada à questão do idioma, as limitações legais impostas para que um exilado conseguisse um emprego regular. Contribuindo para esse debate, a autora Maider Iriarte explica que esta era uma das facetas mais dolorosas da experiência do exílio:

Una vez en el país del asilo, la mayor frustración se produce en el ámbito laboral donde los refugiados (en su mayoría pertenecientes a elites intelectuales reconocidas y respectadas en sus países de origen) se ven obligados a hacer todo tipo de trabajos para subsistir (IRIARTE, 2006, p. 9).

As mesmas dificuldades foram encontradas pelos nordestinos que solicitaram asilo no Uruguai, como bem coloca Lucili Grangeiro Cortez (2003). Valdir Pires, ex-Consultor Geral da República, chegou ao Uruguai na companhia de Darcy Ribeiro. Ambos foram conduzidos a Montevideú, onde foi concedido direito de asilo para os dois. Valdir Pires ficou até 1965 em solo uruguaio, tendo em vista as dificuldades de encontrar emprego – fato não enfrentado por Darcy Ribeiro, professor de Antropologia de renome internacional, logo contratado pela Universidade de Montevideú. A condição de asilado de Valdir Pires possuía ainda um agravante que era o fato de o ex-consultor ter cinco filhos e, apesar da solidariedade de

familiares e de amigos, era difícil manter a família. Tentando superar esse quadro, aprendeu francês para tentar trabalhar na Europa, já que a leitura de autores franceses era habitual na sua formação política; todavia, não falava o idioma. Assim, aproveitando um convite para participar de um seminário do Conselho de Desenvolvimento Internacional na França, candidatou-se a Professor Associado da Universidade de Dijon, sendo aprovado pelo Conselho do Departamento de Direito (CORTEZ, 2003).

Djalma Maranhão, riograndense do norte, conseguiu também asilo político no Uruguai, de onde denunciou os motivos do golpe e de sua deposição. No exílio, Djalma vivia basicamente dos proventos de deputado federal aposentado, gentileza concedida pelo amigo e senador udenista Dinarte Mariz que providenciou a documentação para que conseguisse esse direito, possibilitando-lhe ao menos pagar o aluguel de um apartamento em Montevideú. Para garantir a sobrevivência, Djalma Maranhão primeiramente montou um frigorífico, depois uma agência de turismo com edição de jornal, tornando-se também correspondente do Correio da Manhã e do Jornal do Brasil (CORTEZ, 2003).

Apesar de estar envolvido em tantas atividades, Djalma Maranhão não descuidou das atividades políticas, pois, mesmo com a condição de asilado, tornou-se presidente da Associação de Exilados Brasileiros no Uruguai (AEBU). É preciso esclarecer que a legislação que rege o asilo político na América Latina proíbe ao asilado o envolvimento com a política, dessa forma, a associação atuava como um “círculo social” para se manter na legalidade. A Associação tinha como prioridade solucionar de alguma forma os problemas imediatos relacionados à permanência dos brasileiros no exílio. Para manter-se, contou com a ajuda daqueles exilados que apresentavam melhores condições financeiras, como João Goulart. O ex-presidente, de acordo com os apontamentos do CIEX, contribuía com US\$ 60,00 mensais para a AEBU, quantia modesta comparada às necessidades da associação. Além disso, Jango fornecia para determinados brasileiros que chegavam ao país dinheiro suficiente para arcar com as despesas dos dois primeiros meses de estada, tal qual ocorreu com Manuel Livino Ribeiro Leal, Gualter de Castro Melo e Tito Guimarães Filho, que chegaram a Montevideú acompanhados de Adilson Pimentel<sup>57</sup>.

Por outro lado, Leonel Brizola também buscava ajudar os exilados, embora suas condições financeiras fossem bem menores que as de seu cunhado. De acordo com Tavares,

Jango ajudava a subsistência de boa parte dos exilados, e a isso se resumia a sua atividade política. Em contrapartida, Brizola reunira em torno de si um pequeno estado-maior e comprara uma granja onde dezenas de brasileiros plantavam tomates

---

<sup>57</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_001\_008 p. 121-137.

e se preparavam psicologicamente para, mais tarde, receber instrução de combate (2012, p. 168).

Betinho, em depoimento a Ricardo Gontijo fala sobre a divisão dos asilados em torno desses dois políticos:

Assim que nos instalamos em Montevideu, nos demos conta de que do lado brasileiro, entre os exilados, havia dois grupos. O do Brizola e o do Jango. Lados diferentes, paralelos, que raramente se encontravam e que posteriormente nunca se encontrariam, até a morte de Jango. Em torno do Brizola forma-se o grupo que cria dois tipos de comando, um político e outro militar. O primeiro, pensava na volta ao Brasil, acabar com o golpe pela via revolucionária e retomar o processo interrompido. Ele se constituía pelo próprio Brizola, Neiva Moreira, Max da Costa Santos, Paulo Schilling, coronel Dagoberto, Aldo Arantes e eu [Betinho]. Reuníamos-nos quase todos os dias para discutir (e rediscutir) a situação e traçar (e retrazar) planos. Vivíamos, realmente, o nervosismo de um esquema revolucionário. Não sabíamos muito bem como seria, mas tínhamos certeza que nossa missão era acabar com o golpe (GONTIJO, 1988, p. 89).

Na realidade, ao analisar-se a situação dos exilados brasileiros no Uruguai, é possível confirmar a existência de quatro grupos, em vez dos dois propostos por Betinho: o grupo de João Goulart, o grupo militar de Cândido Aragão, o grupo de Leonel Brizola e o grupo dos sindicalistas. A seguir, far-se-á uma pequena apreciação do comportamento de cada grupo, tendo por base a atuação de seus chefes e principais dirigentes.

João Goulart conduzia com discrição suas atividades políticas e seus contatos com outros asilados, conservando ao seu redor nomes como Juan Alonso Mintegui, Amaury Silva, Ivo Magalhães, Faustino Moacyr de Souza, Humberto Menezes Pinheiro e Luiz Claudio Braga Duarte. De acordo com um estudo feito pelo CIEX em dezembro de 1966<sup>58</sup>, com exceção de Amaury Silva e, possivelmente, Humberto Pinheiro, os demais integrantes do grupo estavam ligados a Goulart por interesses financeiros. Ainda segundo o documento, Mintegui e Faustino agiam como “laranjas” para os negócios do ex-presidente. Amaury Silva, por sua vez, exercia funções de assessor jurídico e era o contato de Goulart com outros grupos de asilados e com algumas autoridades uruguaias.

O ex-presidente também gozava de um considerável círculo de relações nos meios oficiais do Uruguai. No Partido Nacional (que ficou no poder até março de 1967), Goulart tinha um amigo na pessoa do Conselheiro de Governo Alberto Heber Usher, e mantinha vinculações com o Senador Eduardo Victor Haedo e com o Ministro do Interior Nicolas Storage Arrosa. No Partido Colorado, vitorioso nas eleições de 27 de novembro de 1966, Goulart também mantinha contatos importantes, tendo possivelmente contribuído financeiramente para a campanha eleitoral de Jorge Batlle y Ibañez. O ex-presidente tinha

<sup>58</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_001\_008 p. 121-137.

também contatos com o Brasil, seja por intermédio de visitantes que chegavam a Montevideu, seja em encontros na sua estância em Tacuarembó. É aparentemente nesta localidade que Jango cultivava os contatos políticos mais importantes.

Já o contato de Goulart com os outros grupos de asilados no Uruguai eram, em geral, feito por intermediários, a saber: Juan Alonso Mintegui, com o grupo de Brizola e Amaury Silva, com o grupo de Aragão. Com o grupo sindical, as ligações eram nitidamente mais estreitas: o ex-presidente estava diretamente em contato com Dante Pellacani, sindicalista cujo apoio e cobertura eram dados por Jango. Quanto ao grupo de Brizola, não existiam relações pessoais entre Goulart e seu cunhado. Os dois romperam logo após se asilarem no Uruguai e só houve registro de contato entre ambos meses antes da morte do ex-presidente, em 1976.

Já grupo militar Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN) era liderado por Cândido Aragão. Num primeiro momento, Aragão havia admitido um entrosamento da nova organização com Brizola desde que o ex-deputado assumisse a liderança direta de uma ação revolucionária e entrasse em território brasileiro, à frente dos asilados. Com a negativa do ex-governador, houve um gradual afastamento entre os dois, chegando ao ponto de Aragão não aceitar nenhum convite feito por representantes de Brizola para reabertura do caso<sup>59</sup>.

Na sequência, sem recursos financeiros para desenvolver ações subversivas, o MRMN iniciou, simultaneamente em Pequim e Havana, tratativas para obter pessoal treinado e demais expedientes. Em relação a Pequim, as negociações consistiram em explicações feitas por membros do Movimento a Ruben Muñoz – diretor da sucursal em Montevideu da Agência de Notícias Nova China – e Sarandy Cabrera – membro da diretoria do Instituto Cultural Uruguai-China – sobre os planos MRMN. Dessa reunião, ficou decidido que Guarany Cabrera, irmão de Sarandy, viajaria a Pequim para levar os planos do grupo de Aragão. A viagem de Guarany, no entanto, coincidiu com a “Grande Revolução Cultural”, cujos resultados, internamente, levaram o Governo de chinês a adiar quaisquer alterações no seu esquema de ação subversiva no campo externo. Quanto a Havana, a solicitação do MRMN de recursos e assessoria técnica foi feita por intermédio do deputado do MRO – *Movimiento Revolucionário Oriental* – Ariel Collazzo. No entanto, o pedido de ajuda foi feito após o levantamento realizado por emissários de Fidel Castro, no primeiro trimestre de 1966, referente às reais possibilidades dos grupos subversivos atuarem na América Latina. Essa primeira inspeção resultou, no que concerne a grupos brasileiros, na indicação de que Brizola

---

<sup>59</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_001\_007 p. 43.

seria o líder em melhores condições de agir subversivamente, resultando, dessa forma, em apoio material ao grupo do ex-deputado.

Sem o apoio de Pequim ou Havana, os dirigentes do MRMN, oprimidos pelos escassos recursos disponíveis, estabeleceram uma vinculação com o Partido Comunista Uruguaio (PCU), o qual fornecia acomodações e recursos financeiros para que integrantes do grupo militaroudessem se estabelecer em Montevideú. O MRMN mantinha a orientação para uma ação revolucionária violenta, mas para isso era preciso que houvesse uma aproximação do grupo com Pequim ou Havana, ou de um entendimento entre o grupo militar e o Partido Comunista Uruguaio. Numa primeira análise, o PCU não teria interesse em ajudar um movimento cuja orientação e objetivos se aproximassem mais de chineses e castristas do que das diretrizes do comunismo soviético, base ideológica do partido uruguaio. No entanto, especula-se que o PCU tivesse levado em consideração as dificuldades financeiras pelas quais o MRMN passava com o intuito de estabelecer controle sobre o grupo, neutralizando as influências cubana e chinesa ao mesmo tempo em que enquadrava o Movimento nas diretrizes soviéticas.

Leonel Brizola, por sua vez, liderava um grupo considerável de asilados. Em Atlântida, local onde estava internado, Brizola contava com a assessoria direta de Eno Cristiano Becker e Átila Cavaleiro Escobar. Dilvo Araújo e Moysés Kupperman também eram vistos em constante contato com Brizola. Mesmo residindo no referido balneário, o político gozava de ampla liberdade de movimentos, deslocando-se frequentemente para Montevideú – local onde permanecia por longos períodos e contava com o auxílio de Paulo Schilling, Neiva Moreira, Dagoberto Rodrigues, Paulo Valente, Nilo Silveira e Lélío de Carvalho. Em Pando, na granja de sua propriedade, viviam os ex-sargentos Edgar Alves Maia e Alberto dos Santos Benevides, bem como Isidoro Viana Gutierrez. Em Rivera, Santana do Livramento, Jaguarão e Chuí, Brizola mantinha contatos com indivíduos que operavam um serviço bem organizado de “correio” entre os dois países.

Brizola possuía também um número considerável de contatos políticos no Uruguai, em sua maioria com representantes da extrema esquerda do Partido Colorado e com integrantes da Frente *Izquierda de Liberación* (FideL), entre os quais podemos citar Enrique Martinez Moreno (colorado), Zelmar Michelini (colorado) e Enrique Erro (comunista). O grupo orientado pelo ex-governador possuía também uma ligação efetiva com Cuba, de onde recebia recursos financeiros<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> A relação de Leonel Brizola com Cuba será analisada em profundidade ainda neste capítulo.

O grupo sindical, por sua vez, apresentava um comportamento diferenciado em relação aos demais grupos de asilados. Seus principais integrantes eram Dante Pellacani, Oswaldo Pacheco, Demistóclides Batista, Djalma Maranhão, João Cândido Maia Neto, Humberto Menezes Pinheiro, Osmildo Stafford da Silva, Luis Claudio Braga Duarte, Neiva Moreira, Paulo Schilling e Paulo Melo Bastos. Observa-se, pela relação nominal, que o grupo, embora representasse o núcleo comunista ortodoxo dos asilados no Uruguai, não constituía uma unidade isolada, encontrando-se, por assim dizer, infiltrado em todas as outras agrupações. Dessa forma, os quatro primeiros nomes, que parecem constituir a cúpula sindical, se mantiveram desvinculados de qualquer grupo, aproximando-se apenas de João Goulart. Humberto Pinheiro e Luis Claudio Braga Duarte prestavam assessoria ao ex-presidente. Paulo Schilling, Maia Neto e Neiva Moreira formavam a base do grupo de Brizola e, por último, Melo Bastos e Osmildo Stafford da Silva foram identificados nos círculos do grupo militar.

A principal ação do grupo sindical consistia, de acordo com a documentação do CIEX<sup>61</sup>, na tentativa de controlar e coordenar as atividades dos asilados, procurando ajustá-las às diretrizes emanadas do PCB e dos preceitos de Moscou. No Uruguai, esses sindicalistas foram os responsáveis pelo trabalho de “desinformação” – termo utilizado pelos militares em suas análises e encontrado em diversos documentos do Centro de Informações do Exterior. Um exemplo típico dessa atividade seria o livre uso que os brasileiros fizeram do boletim da Associação dos Bancários do Uruguai, usando o espaço cedido para publicar propaganda contrária ao governo brasileiro. O grupo sindical contou também com a ajuda dos sindicalistas comunistas uruguaios para se inserir nos círculos políticos e intelectuais de Montividéu, denunciando nesses meios o que ocorria na ditadura militar brasileira.

Uma apreciação desses quatro grupos possibilita algumas considerações. A primeira refere-se ao comportamento de João Goulart que, à primeira vista, indica uma preocupação de ordem econômica. Sua atividade mais evidente consistia em administrar suas propriedades e garantir suas fontes de renda. O contato que mantinha com os asilados era o mais indireto possível, intervindo apenas quando solicitavam sua ajuda ou quando se sentia forçado pelas circunstâncias. Mesmo vinculado ao comunismo ortodoxo dos sindicalistas, o seu comportamento indicava a procura de uma solução “política” para o seu retorno ao Brasil, o que o levou a evitar qualquer envolvimento direto com tentativas de subversão originada em território Uruguaio.

---

<sup>61</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_001\_008 p. 121-137.

O MRMN, mesmo reunindo a maioria dos militares asilados, não apresentava uma liderança efetiva na medida em que Aragão, só em função de sua posição hierárquica e prestígio em círculos de subalternos, foi elevado à chefia do movimento. Enquanto isso, os verdadeiros articuladores do Movimento, Nicoll e Daudt, não tinham lastro político para fazer o MRMN, isoladamente, se mostrar um grupo capaz de colocar em prática alguma ação revolucionária.

Já o grupo sindical possuía objetivos que coincidiam inteiramente com os que pareciam orientar o comportamento do ex-presidente João Goulart. Havia indícios de que o PCB, por intermédio do referido grupo, estava tentando o apoio de Goulart para seu programa de recomposição das bases político-sindicais de que dispunha o Brasil antes do golpe de 1964. Nesse sentido, nos termos descritos anteriormente, os sindicalistas mantiveram a vinculação com Jango e desenvolveram, através de seus integrantes junto aos grupos de Brizola e Aragão um relacionamento discreto, propenso a desencorajar o desencadeamento precipitado de uma ação subversiva.

Leonel Brizola, apesar do desgaste que vinha sofrendo a sua liderança e de um descontentamento por parte dos indivíduos que, no Brasil e mesmo no exterior, vinham apoiando ou subsidiando seus planos subversivos, parecia ser o que reunia melhores condições para promover ações subversivas em território brasileiro. As ações realmente aconteceram, ou ficaram muito próximas de acontecer. Seus resultados, no entanto, não foram nem um pouco satisfatórios.

A formação desses núcleos ideológicos constituiu-se naquilo denominado por Sirinelli (2003) de redes de sociabilidade: grupos que possuem afinidades comuns, determinantes, que fundam uma vontade/necessidade de conviver. Essas redes, formadas em meios intelectuais, constituem, ao menos para o seu cerne, um “pequeno mundo estreito”. Entre as suas estruturas mais elementares, duas, de naturezas diferentes, parecem essenciais: são forças antagônicas de adesão – as amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas. De acordo com Edward Said, no exílio nada é seguro:

O que você consegue é exatamente o que você não tem vontade de compartilhar, e é ao traçar linhas ao seu redor e ao redor de seus compatriotas que os aspectos menos atraentes de estar no exílio emergem: um sentimento exagerado de solidariedade de grupo e uma hostilidade exaltada em relação aos de fora do grupo, mesmo aqueles que podem, na verdade estar na mesma situação que você (SAID, 2003, p. 51).

As redes formadas em torno de Jango, Brizola, Aragão e os sindicalistas enquadraram-se perfeitamente nessas definições, permitindo que os exilados pudessem conviver com

indivíduos que possuíssem o mesmo pensamento que o seu, possibilitando, também, um apoio financeiro e emocional. As divergências contra a reticente liderança de Goulart, entretanto, dividiram definitivamente os exilados oriundos das fileiras trabalhistas. Nas palavras de Aseff (2008, p. 51), “os comunistas desconfiavam de Brizola e demonstravam simpatia por Goulart, enquanto os brizolistas não perdoavam o modo elitista e as origens aristocráticas do ex-presidente”. Entretanto, as dificuldades enfrentadas ainda eram muitas, o que aumentava a sensação de impotência dos indivíduos, causando uma ansiedade que os levou a delinear uma reação ao golpe civil-militar, sem que fossem levadas em consideração as possíveis consequências de tal ato. É justamente este o ponto a ser abordado no próximo subcapítulo: as formas de reação planejadas pelo grupo de Brizola para derrotar a ditadura militar brasileira.

## **2.2 Resistência à ditadura: a opção pela luta armada**

Derrubar a ditadura. Resistir. Para isso, o caminho da luta armada foi o escolhido por muitos indivíduos e por muitas organizações de esquerda na tentativa de reestabelecimento da democracia. O presente subcapítulo, dessa forma, objetiva apresentar as ações de resistência realizadas a partir do Uruguai, tendo por base os principais combates ocorridos até 1967 e que contaram com o envolvimento de Leonel Brizola – político que encarnou a variante mais radical da resistência trabalhista no primeiro momento do seu exílio.

### **2.2.1 Da Operação Pintassilgo à Guerrilha de Três Passos: a estratégia da insurreição**

Logo após o golpe, grande parte dos exilados que chegaram ao Uruguai eram trabalhistas que haviam sido alijados do poder, como o ex-presidente João Goulart e o ex-governador Leonel Brizola. Esses indivíduos, juntamente com os militares expurgados das Forças Armadas pelos golpistas, voltaram-se, desde o início do exílio, para o planejamento de ações contra a ditadura militar, na forma de guerrilha ou insurreição. No entanto, podem-se assinalar basicamente dois tipos de comportamento entre os grupos de João Goulart e Brizola. Jango mostrava-se reticente em relação a qualquer tipo de enfrentamento armado contra o regime militar, assim como boa parte dos exilados que optou por esperar a volta ao Brasil por meios democráticos e pacíficos. O ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, exilado na Argélia, pensava da mesma forma que o ex-presidente. Do continente africano Arraes

promoveu uma campanha de denúncias contra a ditadura brasileira na imprensa internacional através da Frente Brasileira de Informações (FBI)<sup>62</sup> – estratégia similar a que foi utilizada pelos brasileiros exilados no Uruguai por meio do semanário *Marcha* e outros diários de esquerda.

Outros exilados, ao contrário do grupo liderado por Jango, intencionavam tomar medidas mais drásticas frente à situação política brasileira. Essa era a situação de Leonel Brizola, que estava disposto a atacar a ditadura porque tinha urgência em retornar ao Brasil e esperança de que houvesse mudança no quadro político brasileiro. Ao seu redor, orbitavam asilados que seguiam suas orientações desde a época da Campanha da Legalidade, formando o seu Estado-Maior: Max da Costa Santos, Neiva Moreira, Paulo Schilling, o ex-coronel Dagoberto Rodrigues, Herbert de Souza – o Betinho – entre outros. Foi essa estrutura, que também contava com um conjunto expressivo de ex-militares ligados às mobilizações nacionalistas ocorridas no governo de Jango, que permitiu que o político fundasse o Movimento Nacional Revolucionário – MNR<sup>63</sup>. Num primeiro momento, os setores reunidos no MNR buscaram contatos com diversos agrupamentos de esquerda que permaneciam no Brasil para esquematizar um movimento pela derrubada do regime militar. Assim, teve início o trabalho dos então denominados “pombos-correios”: exilados que partiam de Montevidéu com instruções de Brizola, originando também a ida de militantes brasileiros de esquerda ao Uruguai para o intercâmbio de informações. O jornalista Flávio Tavares, em Brasília, e o professor Bayard Boiteux, na Guanabara, faziam os contatos com quem estava disposto a entrar no movimento. No Rio Grande do Sul, o político contava com o apoio das Forças Armadas, da Brigada Militar, do Movimento dos Trabalhadores sem Terra, dos assalariados do campo e da cidade etc. Em São Paulo, o ex-sargento do Exército Onofre Pinto e o ex-cabo da Marinha Antônio Geraldo Costa faziam a ponte com o Uruguai (TAVARES, 2012). Esses emissários tinham um papel fundamental na estruturação do movimento que se pretendia

---

<sup>62</sup> A Frente Brasileira de Informações integrava uma rede de denúncias contra a ditadura militar iniciada por Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, por Márcio Moreira Alves, ex-deputado, por Violeta Arraes, irmã do ex-governador e que vivia exilada na França, por Almerly Bezerra e Everaldo Norões. Eram publicados boletins com o mesmo nome na Argélia, França, Alemanha, Holanda, Inglaterra, Itália, México e Estados Unidos. Esta grande rede de informações foi nomeada *Front Brésilienne de Information (FBI)*. Para aprofundar a questão, ver: CRUZ, Fábio Lucas da. *Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2010.

<sup>63</sup> O Movimento Nacional Revolucionário – MNR foi muito mais um projeto político do que uma organização efetivamente estruturada. O movimento, além do conjunto de ex-militares, aglutinou também egressos do PTB gaúcho e do PSD, além de seguidores de Brizola na fase de constituição dos Comandos Nacionalistas ou Grupos dos Onze. **Projeto: “Brasil: Nunca Mais”**. Tomo III. Perfil dos atingidos. Arquidiocese de São Paulo, 1985, p. 99-100. O MNR ganhou notoriedade com a Guerrilha de Caparaó, mas já esteve envolvida na primeira ação militar no pós 1964, a Guerrilha de Três Passos. Brizola preferia para o Movimento a sigla MORENA – Movimento Revolucionário Nacionalista.

armar no Brasil e a circulação pela fronteira entre os dois países era de conhecimento tanto dos órgãos de inteligência brasileiros quanto do Ministério das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai.

### **2.2.1.1 Operação Pintassilgo: a insurreição que terminou sem ter começado**

Essencialmente, desenharam-se dois grupos no Uruguai, ambos favoráveis à luta armada, mas que tinham propostas diferentes de atuação. O primeiro era favorável à “teoria do carvalho”; o segundo, à “teoria da batatinha”, uma alusão ao tempo necessário para que frutificassem as ações políticas idealizadas. A “teoria do carvalho” daria resultados a longo prazo, propunha a instalação de focos guerrilheiros e era defendida por um grupo menor, composto praticamente por marinheiros. Já a “teoria da batatinha” previa uma colheita rápida e era defendida por Brizola e pela maioria dos asilados no Uruguai. Seus membros apostavam na estratégia de realizar pequenas revoltas de agrupamentos militares, as chamadas “quarteladas”, as quais desencadeariam um levante que derrubaria a ditadura (CAPITANI, 1997). Leonel Brizola, dessa forma, queria colocar em prática o que inicialmente acreditava ser a melhor estratégia de luta embasada na “teoria da batatinha”: o levante popular. Ele achava que a guerrilha, mesmo que pudesse contar com simpatias generalizadas, excluía o povo da participação direta na luta. O melhor caminho então seria aquele no qual o assalto armado ao poder seria apenas um desdobramento da ação política – uma espécie de insurreição popular-militar (MOREIRA, 1998). O levante deveria partir da região sul do Brasil, local onde estavam as bases históricas do trabalhismo e onde estava localizado o III Exército<sup>64</sup>.

Foi assim que, no final de 1964, na tentativa de repetir o que acontecera na Cadeia da Legalidade em 1961, Brizola, que ainda contava com grande simpatia da Brigada Militar, planejou a tomada do Palácio Piratini, sede do governo em Porto Alegre, e o ataque ao quartel da Polícia do Exército. Era a tentativa de desencadear uma sublevação militar com a participação de grupos civis que ficou conhecida como Operação Pintassilgo.

Em Porto Alegre, o ex-capitão da Força Aérea Brasileira e uma das principais lideranças do movimento, Alfredo Ribeiro Daudt, havia planejado parte da operação que seria executada; todavia, em novembro de 1964, foi preso quando embarcava para Montevideo a

---

<sup>64</sup> O III Exército teve um papel importante na Campanha da Legalidade, em 1961, ao contrariar as ordens do ministro da Guerra, Odilo Denys, para que bombardeasse o Palácio Piratini.

fim de ultimar os preparativos da operação<sup>65</sup>. Daudt levava em seu poder parte dos planos da ação, cujo objetivo era apoderar-se de diversos quartéis em cidades do Rio Grande do Sul, promovendo, nas palavras de Pio Corrêa, “distúrbios armados naquele Estado, pondo em risco a ordem pública, a vida e tranquilidade dos cidadãos, e a paz interna da União Federal”<sup>66</sup>. A documentação apreendida apresentava detalhes da insurreição, que contaria com a participação da Força Aérea Brasileira, do Exército e da Brigada Militar, além de grupos civis, para tomar a Base Aérea de Canoas e os quartéis dos 18º e 19º Regimentos de Infantaria. Após essas ações, os asilados atravessariam a fronteira e assumiriam o comando do movimento.

A ocupação da Base Aérea, conforme explica Fábio André Gonçalves das Chagas (2007, p. 145), “ensejaria posterior utilização de aviões para dar início às Operações Pintassilgo 1, 2 e 3, as quais deveriam atacar objetivos não identificados enquanto que da ocupação do 19º Regimento de Infantaria resultaria o deslocamento de tropas até o objetivo”. Com a finalidade de sublevar diversas unidades militares da capital gaúcha, houve na época um forte movimento para aliciar militares na Base Aérea e em outras unidades do Exército e da Brigada Militar. Como exemplo, pode-se apontar o processo BNM 216 em que o Sargento da Aeronáutica Estoecel Ribeiro Santana<sup>67</sup> foi acusado de conspirar pela derrubada do regime e de aliciar colegas de farda para o que seria um contragolpe liderado pelo exilado Alfredo Ribeiro Daudt – obviamente que sob a orientação de Leonel Brizola.

Diversos outros emissários que foram presos – como Fernando Autran, dirigente sindical do setor do petróleo, e Saulo Gomes, jornalista exilado no Uruguai – deixaram claro em seus depoimentos a existência de uma organização subversiva em torno de Leonel Brizola, a qual manejava recursos, fabricava ou falsificava documentos de identidade, enviava emissários ao território brasileiro e de lá os recebia, projetava e tentava executar atentados à mão armada e conspirava de um modo geral contra as instituições brasileiras. Essas acusações foram reforçadas pelo depoimento do ex-sargento do Corpo de Fuzileiros Navais Lair Cornélio Rumão prestado na Embaixada do Brasil no Uruguai:

Em declaração de Lair Cornélio Rumão emerge o fato de que o senhor Leonel Brizola, secundado por outros asilados políticos [...], tramou em território uruguaio um movimento a mão armada a ser deflagrado em diversas cidades brasileiras, envolvendo, inclusive, o assassinato deliberado de adversários políticos, e tendo como finalidade provocar uma guerra civil, ficando claro que, com tais propósitos, o

<sup>65</sup> Processo BNM 216.

<sup>66</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu, nº 18. Montevidéu, 27 de janeiro de 1965.

<sup>67</sup> O sargento teria conspirado na Base Aérea de Canoas, onde transcorreu o IPM a partir de 7 de dezembro de 1964. Foi julgado pela 1ª Auditoria da 3ª Região Militar apenas em abril de 1972, sendo absolvido por insuficiência de provas.

mesmo senhor Leonel Brizola enviou e recebeu emissários, mantendo através dos mesmos contacto (*sic*) clandestino com diversos indivíduos em território brasileiro, dos quais vários puderam ser detidos<sup>68</sup>.

Essas prisões foram resultado da imensa vigilância das polícias do Brasil e do Uruguai que controlavam os movimentos dos exilados, principalmente daqueles vinculados a Brizola e a Jango. O trabalho também foi facilitado pela falta de cuidado do ex-governador do Rio Grande do Sul, que recebia todos os companheiros no seu apartamento ao lado da casa do Governo, em pleno centro de Montevidéu. Dessa forma, os depoimentos gerados pelos detidos contribuíram também para que a Operação Pintassilgo não saísse do campo das idéias.

A dificuldade para deflagrar a insurreição também contribuiu para o insucesso da Operação: a data do movimento foi marcada tantas vezes, sendo sempre adiada, que propiciou irrupções espontâneas no movimento, feitas por pessoas que não aguentavam mais continuar planejando sem entrar em ação. O relato de uma das tantas reuniões<sup>69</sup> de Brizola com parte do seu grupo dá conta da incerteza da data em relação à ida ao Brasil:

LEONEL BRIZOLA procurou levantar o ânimo dos presentes, assegurando que em breve retornariam todos ao Brasil em ação revolucionária, estando para isso esperando apenas uma **oportunidade favorável**<sup>70</sup> (grifo da autora).

Oportunidade esta que nunca chegou. O tenente Wilson corroborou com a demanda dos adiamentos no seguinte depoimento:

Ao chegarmos a 15 de setembro, nosso primeiro prazo para o levante, protesto ou o que fosse, verificamos que ainda havia muito a fazer. Faltava confiança no que se vinha realizando, verificamos que havia falhas, embora o entusiasmo de alguns e o desejo de quem estava lá. Dilatamos para outubro e depois para dezembro. [...] Em dezembro, comecei a perder a perspectiva. Já não tinha grande moral para dar explicações, especialmente às pessoas que esperavam por nós. Em desacordo com tantos adiamentos, àquela altura, escrevi uma carta e entreguei pessoalmente a Brizola e saí. [...] Nela eu explicava que, se continuássemos assim, iríamos perder o que já tínhamos montado. Dizia-lhe que estávamos “andando como sapos”, aos pulos de data em data e que isto já estava nos causando prejuízos e falta de credibilidade junto a inúmeros companheiros. Ou fazíamos um planejamento a longo prazo ou sairíamos com o que tivéssemos (SILVA, 2011, p. 143).

Neste momento, cabe uma crítica feita pelo tenente Wilson à maneira como Brizola trabalhava a ideia de revolução, contribuindo para que se compreenda mais um dos motivos que levaram a insurreição ao fracasso:

Brizola, entusiasmado, trabalhava ao estilo dos caudilhos do passado, quando passavam a fronteira e, acobertados pelos amigos do país vizinho, faziam preparativos de revolução embaixo da figueira. Era, sem dúvida, uma temeridade a

<sup>68</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu, nº 18. Montevidéu, 27 de janeiro de 1965.

<sup>69</sup> A reunião em questão ocorreu nos últimos dias de outubro de 1964 na casa de Leonel Brizola. Foi promovida pelo tenente Wilson e contou com a presença de todos os sargentos presentes em Montevidéu.

<sup>70</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu, nº 18. Montevidéu, 27 de janeiro de 1965.

**falta de visão realista do momento.** Tratava os companheiros políticos e amigos como se fossem revolucionários de outro século, quando não existiam os sofisticados sistemas de policiamento. Pelo nosso lado, encarávamos o problema revolucionário com as instruções dos grupos de esquerda, acostumados à clandestinidade. Líamos as literaturas dos movimentos de esquerda, procurávamos estar com o pé no chão. Ele procurava dar prioridade aos políticos tradicionais com atuação parlamentar (SILVA, 2011, p. 144. grifo da autora).

Observa-se que não é possível elencar um fator principal que tenha levado a operação ao fracasso. Pela análise da documentação, infere-se que a insurreição, além de não ter uma base sólida e bem planejada, contou também com a inexperiência dos indivíduos envolvidos. A dificuldade de comunicação, a falta de cuidado com o sigilo das ações e as improvisações contribuíram para o desgaste da articulação. Sem esquecer, claro, da eficiente espionagem da ditadura que anulava qualquer ação de grande vulto (LEITE FILHO, 2008). Por outro lado, conforme declarou Neiva Moreira (1989, p. 228), todos os asilados estavam “impregnados de forte dose de romantismo e dominados pelo espírito de sacrifício e o desejo de luta, que não levava em conta o poderio do adversário, tampouco os dados da realidade”. Se faltavam técnica e planejamento, sobravam sonhos. Dessa forma, a desarticulação da Operação Pintassilgo foi um duro golpe para os exilados em Montevidéu, os simpatizantes de Brizola no Brasil e para todo o movimento nacional revolucionário.

### **2.2.1.2 O grupo “guerrilheiro” de Jefferson Cardim Osório**

Apesar do fracasso da Operação Pintassilgo, a possibilidade de se realizar um levante em Porto Alegre ainda era discutida pelos exilados em Montevidéu. Porém, ocorreu uma dissidência no grupo comandado por Brizola, originando a primeira movimentação mais concreta de luta armada no Rio Grande do Sul – ação que ficou conhecida como Guerrilha de Três Passos.

Em março de 1965, um grupo vindo do Uruguai comandado pelo coronel reformado Jefferson Cardim de Alencar Osório e pelos sargentos Alberi Vieira dos Santos e Firmo Chaves, saiu de Montevidéu em direção a Rivera. De lá, o grupo entrou no Brasil pelo Rio Grande do Sul, passando por São Sepé e Santa Maria até chegar a Campo Novo, local em que Cardim apresentou o plano de insurreição e falou da chegada de Brizola ao Estado. De Campo Novo o grupo dirigiu-se para a cidade de Três Passos<sup>71</sup>, local em que foi efetivada a primeira ação: um ataque ao quartel da Brigada Militar e a um presídio, onde levaram todo o armamento que encontraram, além de munições e fardas. Dando prosseguimento às ações,

---

<sup>71</sup> Cidade na qual ocorreu a primeira ação do grupo liderado por Jefferson Cardim e que acabou por dar o nome ao movimento.

deixaram a cidade sem comunicação telefônica, uma vez que cortaram os fios da rede. Além disso, ocuparam uma rádio local – a Difusora – onde foi lido um manifesto assinado por Jefferson Cardim, que dizia:

1. que o país estava sob o regime ditatorial;
2. que o país estava sendo entregue aos americanos através da Lei de Remessa de Lucros e da Política de Minerais;
3. que faltava liberdade aos sindicatos;
4. que haviam cassado os direitos políticos dos legítimos representantes do povo<sup>72</sup>.

A locução, no entanto, teve pouca repercussão devido ao horário na qual foi transmitida. Apesar de tudo, estava em curso o primeiro movimento armado contra a ditadura militar no Brasil.

De Três Passos o grupo de combatentes que contava com cerca de 20 pessoas dirigiu-se para Tenente Portela<sup>73</sup>, onde também ocupou o destacamento da Polícia Militar. Ocorreu o mesmo nas cidades catarinenses que fizeram parte da rota do grupo em direção ao Paraná, Barra do Guarita e Itapiranga. Para a escolha do trajeto que levaria a coluna do noroeste do Estado gaúcho ao Mato Grosso, levou-se em consideração o conhecimento que o sargento Alberi tinha da região, além do fato de ser uma área fronteiriça que margeava a Argentina e o Paraguai, proporcionando rotas de fuga. Os combatentes chegaram em Foz do Iguaçu, Paraná, no mesmo período em que o ditador Castelo Branco lá estava para a inauguração da Ponte da Amizade entre Brasil e Paraguai. Neste momento a ação de Jefferson já havia repercutido na imprensa, levando o governo a tomar medidas para conter o avanço do grupo que fora localizado próximo a Capanema por um avião da Força Aérea Brasileira (FAB). Na cidade de Capitão Lônidas Marques foi travado um tiroteio entre as forças governistas e os “rebeldes” de Cardim, vitimando o sargento Carlos Argemiro de Camargo. Assim, aos poucos o grupo de Jefferson Cardim de Alencar Osório foi dispersando-se e seus membros capturados e levados para o I Batalhão de Fronteiras, em Foz do Iguaçu.

A prisão dos envolvidos significou um duro golpe para os exilados no Uruguai que planejavam contra-atacar a ditadura. Antes, porém, de se analisar os desdobramentos do fracasso da Guerrilha de Três Passos se faz necessário ponderar os motivos que levaram Jefferson Cardim a romper com Brizola e tomar a iniciativa de uma insurreição. O primeiro aspecto seria o ciúme que o ex-coronel sentia dos outros exilados que cercavam o ex-governador e tinham mais atenção do político do que ele. De acordo com o Tenente José

---

<sup>72</sup> Processo BNM 501

<sup>73</sup> No noroeste do Rio Grande do Sul, na região de Campo Novo, Três Passos e Tenente Portela já havia mobilização de grupos de cidadãos como forma de resistência democrática desde 1961, razão pela qual a região foi escolhida para dar início ao movimento.

Wilson da Silva (2011), isso acontecia porque Jefferson Cardim tinha um sério defeito: não sabia guardar segredos. Com o tempo, passou a sentir-se preterido por pessoas que considerava de menor importância, sendo chamado apenas para conversas formais e de visitas. De acordo com o tenente Wilson,

Ele [Jefferson Cardim] sabia que seria chamado no momento em que fôssemos iniciar qualquer atividade séria. Contudo, não se conformava. Dizia ele: – Brizola confabula até com o tenente Wilson, que é um tenente, e eu, que sou coronel, não sou chamado para opinar. Andava irritado (2011, p. 172-173).

Na mesma situação, encontrava-se o ex-sargento Alberi Vieira dos Santos. Prestou alguns trabalhos para Brizola, fazendo alguns contatos, mas também não era muito confiável para certas conversas:

Depois de prestar muito serviço, talvez pelo seu pouco alcance dos fatos e do desgaste que se iniciava por não ver uma ação imediata, passou a ter uma conduta perigosa para ele e para as pessoas com quem falava. Conversava demais, gabando-se do que fazia, alguns tragos, algumas farras em circunstâncias que deveriam ser absolutamente reservadas ou secretas (SILVA, 2011, p. 173).

Foi Alberi, juntamente com o ex-sargento Firmino Chaves, também exilado, quem procurou Jefferson e propôs a ação. Chaves, convivendo diariamente com a colônia de exilados, conseguiu reunir companheiros dispostos a uma insurreição armada em território brasileiro. Alberi, por sua vez, conhecia todo o interior do Rio Grande do Sul. Era tudo que o ex-coronel precisava para sair da zona de influência de Brizola e tentar algo por conta própria. Aqui se pode assinalar o segundo motivo que levou o rompimento entre ambos: a falta de ação. A espera do momento oportuno deixou os exilados inquietos e desestimulados, já que não sabiam concretamente o que o grupo mais próximo de Brizola articulava. O ambiente era de frustração e muitos já não acreditavam em qualquer possibilidade de ação. Esses fatos contribuíram decisivamente para que Jefferson Cardim se desvinculasse do grupo Leonel Brizola para poder agir.

Sobre essa tentativa do coronel Cardim, Brizola, a vida toda, negou que tivesse alguma participação. Antes da saída de Montevideú, o sargento Firmino Chaves procurou o tenente Wilson, seu amigo, e confidenciou-lhe, sem entrar em detalhes, o que pretendiam fazer no Brasil. Convidou-o para participar do movimento e, se o tenente aceitasse, seria informado; caso contrário, pediu discrição ao amigo – o que acabou não ocorrendo, conforme o depoimento do próprio tenente Wilson:

Como àquela época tínhamos já um adiantado trabalho de organização, temi pelo que poderia trazer de consequências. Fui ao Brizola e falei:

– Tem uma turma que vai sair esta noite para o Brasil e vai iniciar algum tipo de ação armada.

O Brizola afirmou:

- Não vai ninguém, não te preocupa que daqui não sai ninguém sem ser conosco. Na última hora eles desistem e dá tudo em nada.
- Argumentei com a presença e a disposição do Alberi conhecendo grande parte do pessoal que tínhamos contatado.
- **Então, se achas que eles vão, manda avisar que nada temos com isso** (2011, p. 174, grifo da autora).

A partir dessa declaração de Brizola, houve um importante trabalho para que os demais companheiros envolvidos com o político fossem avisados dos planos de Jefferson Cardim:

Na mesma noite, devia ser 18 de março, falei [Wilson] com Francisco Lages, ex-vereador de Pelotas lá exilado e que também às vezes vinha ao Brasil, e pedi-lhe que fosse urgentemente a Pelotas avisar ao nosso pessoal que não estávamos mandando ninguém procurar ninguém; que o esquema de trabalho era o combinado pessoalmente e só mediante senha deveriam tomar parte em qualquer ação. Pedi também que mandassem um elemento a Porto Alegre fazer o mesmo aviso aos nossos homens de confiança. E assim foi feito (SILVA, 2011, p. 175).

Por outro lado, por onde passava, Jefferson Cardim relatava que Brizola já se encontrava em Porto Alegre e que o III Exército estava do lado dos combatentes. Mesmo assim o grupo não recebeu nenhum respaldo de outros movimentos, conforme esperava seu líder – muito provavelmente por toda movimentação feita pelos brizolistas, como visto acima.

Sem apoio e derrotados, os combatentes foram submetidos a sessões de tortura no I Batalhão de Fronteiras. Pedro de Campos Bones, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV) contou que, assim que chegaram, os presos foram pendurados por fios de náilon nas grades do presídio. Segue seu relato:

Uma vez entrei às dez da noite [para sessão de interrogatório e tortura], e saí de lá seis da manhã. Eu tenho marcas aqui de burro [mostra o corpo marcado], me queimaram, eles me marcaram com uns espetões. Eu tenho marcas até hoje nas pernas, nos braços. Se vocês olharem aqui [mostra os dedos das mãos], tem todas as marcas de aliança. Isso foi fio de náilon, que eles passavam, amarravam. Os dedos, quando puxavam, ficavam pretos, completamente pretos. E eles interrogando: “Conhece fulano?”. Eu dizia: “Não conheço”, então eles puxavam aquele fio, cortava até o osso.<sup>74</sup>

Acompanhando outros depoimentos à CNV, pode-se precisar que todos os combatentes sofreram agressões na prisão. Valdetar Antônio Dorneles pôde exibir à Comissão as marcas nos dedos, pernas e braços que perduraram até 50 anos após as torturas<sup>75</sup>. Ficou quatro anos na prisão e sofreu longa perseguição política, tendo, inclusive, sua anistia recusada. No caso do irmão mais velho de Alberi, Silvano Soares dos Santos, as torturas foram tantas que o abalaram mentalmente, precisando ser internado no hospital colônia

<sup>74</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 976p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). p. 600.

<sup>75</sup> Os depoimentos ocorreram na cidade de Três Passos e região entre os dias 30/5/2014 e 3/7/2014. Foram ouvidos os seguintes depoentes: os ex-combatentes Valdetar Antônio Dorneles, Abrão Antônio Dorneles, Pedro de Campos Bones, Carlos Dornelles, Arsênio Blatt e Alípio Charão Dias, além da viúva de Alberi, Iloni Schamz.

Adauto Botelho em Pinhais, região metropolitana de Curitiba. Depois de ser solto, Silvano foi encontrado morto em sua casa, em Sede Nova, interior do Rio Grande do Sul<sup>76</sup>.

Jefferson Cardim também sofreu as consequências de desafiar a ditadura. Foi humilhado e torturado por oficiais do Exército diante de diversas tropas:

Ainda no dia 27, Jefferson foi conduzido de jipe para Foz do Iguaçu e, em Medianeira, foi retirado do veículo por ordem do capitão Dorival Suamiani, que o jogou no chão e, após desferir diversos pontapés, colocou o coturno sobre o rosto do coronel e ordenou aos seus soldados: “Escarrem na cara deste filho-da-puta, comunista, assassino que traiu a pátria brasileira”. Completamente possesso, o capitão o espetou com um garfo de campanha desde os pés até o pescoço. Todo esfolado, fizeram com que ele rolasse de volta até a viatura. Antes de chegarem a Foz do Iguaçu, o major Hugo Coelho, assessor do general Justino Alves Bastos, então comandante do III Exército, interceptou o comboio e disse que tinha ordem de fuzilar o prisioneiro. Fizeram Jefferson andar aos pulos, algemado, por cerca de cem metros e mandaram-no encostar-se a uma árvore e simularam um fuzilamento. À uma hora da madrugada do dia 28 de março, chegaram a Foz do Iguaçu e o amarraram nas grades da cela do então 1º BFront, com os braços erguidos e os pés suspensos. Ficou nessa posição até o dia amanhecer. De meia em meia hora o sargento Elísio apertava as cordas criando maiores aflições pela falta de circulação nas mãos e nos pés. Quando o soltaram, às nove horas da manhã, ele foi engatinhando até o vaso imundo do sanitário, pegou daquela água, passou no rosto e bebeu um pouco. Dali foi arrastado até a presença do comandante do 1º Batalhão de Fronteiras, tenente-coronel Auro Marques Curvo, que, diante da tropa e familiares dos militares reunidos no pátio, disse apontando para o grupo: “Estes são comunistas, traidores da pátria que querem entregar o Brasil à Rússia”. Terminada a cerimônia, foi levado até a sala da 2ª Seção e espancado pelo capitão Rui Monteiro e pelo major Ari Moutinho. Na manhã do dia 29, foi fotografado pela imprensa e à tarde, após nova sessão de tortura, levado para a sala do comandante, que ao ver algumas gotas de sangue caírem sobre uns papéis disse, exaltado, para o oficial de dia: “Levem esse filho-da-puta daqui, ele está sujando a minha mesa”. [...] Todos os presos levados para o batalhão foram torturados, com maior ou menor intensidade, de acordo com o grau de importância dado pelos militares. Naqueles dias, as celas e o corredor que as ligava à escada, que leva à escada de comando, ficaram banhados de sangue (PALMAR, 2012, p. 294-295).

Os ex-combatentes, após a fase de interrogatório e tortura, permaneceram mais um período em Foz do Iguaçu para que os ferimentos diminuíssem um pouco antes de serem transferidos para Porto Alegre, para nova fase do inquérito. Mesmo com todo o cuidado para mascarar as agressões que os envolvidos na Guerrilha de Três Passos sofreram, algumas revistas da época conseguiram fotos dos detidos ensanguentados já nos primeiros momentos da prisão. Foi o caso da revista *Manchete* que, segundo relato de Valdetar Dorneles à CNV, conseguiu fotografar o seu grupo sendo levado para um caminhão do Exército após todos os membros terem apanhado bastante. Os fotógrafos responsáveis – Geraldo Móri e Assis Hoffmann – só conseguiram registrar as prisões após identificarem-se como portadores de

<sup>76</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 976p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). p. 600.

uma autorização de Castelo Branco para fazer a cobertura fotográfica da ação. Ainda de acordo com Valdetar, foi esse registro que pode ter garantido a sobrevivência do seu grupo<sup>77</sup>.

Após as investigações no Brasil, conforme relata Pio Correa no ofício nº 78 da Embaixada do Brasil em Montevidéu, concluiu-se que

Os referidos assaltos foram planejados e articulados no território da República Oriental do Uruguai, e comandado por indivíduos residentes no Uruguai, que se deslocaram clandestinamente deste (*sic*) país para o Brasil com o propósito de ali cometer violências contra a ordem pública.

Segue ainda o relatório:

Pelo menos quatro dos membros do grupo armado [...] capturados com as armas nas mãos após combate em que perdeu a vida um Sargento do Exército brasileiro, partiram do Uruguai, os próprios cabeças desse (*sic*) grupo, que atacou pacíficas povoações brasileiras, foram o Coronel reformado Jefferson Cardim de Alencar Osório e o ex-Sargento Albery Vieira dos Santos, ambos residentes no Uruguai onde o segundo gozava do estatuto [de] asilado territorial. Ambos êsses (*sic*) indivíduos, por outra parte, **declaram haver agido por ordem e sob as instruções do Senhor Leonel de Moura Brizola**, asilado político neste país, atualmente internado na localidade de Atlântida<sup>78</sup> (grifo da autora).

Os depoimentos dos indiciados, segundo a documentação do CIEEX, “permitem **fixar de modo incontrovertível a responsabilidade do Senhor Leonel Brizola** como autor espiritual e o mandante dos atentados perpetrados no Brasil” (grifo da autora)<sup>79</sup>. Jefferson Cardim acrescentou também, no curso do interrogatório, o seguinte:

[...] perguntado quem era o chefe da operação, respondeu que era êle (*sic*), o depoente, SENDO O CHEFE DO MOVIMENTO GERAL LEONEL BRIZOLA. Perguntado onde se realizavam as reuniões para a organização do movimento, respondeu que as reuniões eram realizadas na sua própria residência em Montevidéu (grifos do próprio documento)<sup>80</sup>.

Pio Correa destacava no seu documento que tanto Jefferson Cardin quanto Alberi Vieira dos Santos coincidiam nos seus depoimentos em assinalar que Leonel Brizola era o dirigente do movimento. No entanto, como bem coloca Clara Aldrighi,

al gobierno uruguayo y a la opinión pública, por cierto, les era imposible comprobar la veracidad de las declaraciones. Arrancadas bajo tortura, con prisioneros amenazados e imposibilitados de realizar desmentidos, procesados por una justicia amordazada, los interrogadores u otros funcionarios podían haber introducido todas las falsedades que consideraran políticamente convenientes (2012, p. LXXXVII).

Na mesma linha de argumentação, o tenente Wilson declara que:

<sup>77</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 976p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). p. 598.

<sup>78</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu, nº 78. Montevidéu, 4 de maio de 1965.

<sup>79</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu, nº 78. Montevidéu, 4 de maio de 1965.

<sup>80</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu, nº 78. Montevidéu, 4 de maio de 1965.

os depoentes, após os bárbaros interrogatórios, não deram aos inquisidores elementos suficientes para formar uma acusação dirigida às lideranças no Uruguai, para que assim pudessem incriminá-las. Com o fim de complementar as acusações, teriam viajado a Foz do Iguaçu elementos da Embaixada do Brasil no Uruguai [...] com informações necessárias para forjar os depoimentos que precisavam (2011, p. 176).

Levando-se em consideração os depoimentos prestados pelos ex-combatentes à CNV, assim como as memórias do Tenente Wilson, infere-se que a brutalidade das agressões sofridas pode ter levado os “guerrilheiros” a colocar a responsabilidade do movimento nos indivíduos que estavam no exterior, “fora das garras doentias dos psicopatas que montaram os processos dos envolvidos” (SILVA, 2011, p. 176). Dessa forma, muitas pessoas ligadas a Brizola – inclusive ele próprio – foram indiciadas no Inquérito Policial Militar (IPM) da “guerrilha” de Três Passos. Nomes como Dagoberto Rodrigues, José Wilson da Silva, Darcy Ribeiro, Ivo Magalhães, Neiva Moreira, Cibilis Vianna, João Cândido Maia Netto, Alfredo Ribeiro Daudt e Aldo Arantes foram acusados de participação na operação. Esses nomes foram citados tanto nos depoimentos de Jefferson Cardim quanto nos de Alberi Vieira dos Santos. As declarações do ex-sargento Alberi deixavam claro também a liberdade com que Brizola deslocava-se de Atlântida a Montevideú para conspirar e comandar, desde o Uruguai, atividades subversivas no Brasil:

Leonel Brizola ia quase diariamente a Montevideú; depois de “internado” em Atlântida continuou a promover as costumeiras reuniões com os asilados, ora no seu próprio apartamento na Praça Independência, ora na casa de Dagoberto, ora na casa de Paulo Schilling e em outros pontos inclusive no apartamento de Neiva Moreira; para essas reuniões vinha às vezes (sic) à noite [...]; não havia problema para sair pois o funcionário destacado para a sua custódia havia sido, por ele Leonel Brizola, escolhido; mesmo que a custódia fôsse (sic) executada por um funcionário qualquer, Brizola poderia ausentar-se e regressar sem ser visto, usando a saída que existe na outra face do Edifício Vistalmar [...] que depois da internação de Brizola reuniu-se com o mesmo, com o Tenente Wilson e com elementos de assessorias de oito a doze vezes (sic) em Montevideú, e em Atlântida o mesmo número de vezes [...]<sup>81</sup>

Toda a desconfiança que Brizola tinha em relação a Alberi Vieira dos Santos e Jefferson Cardim justificou-se mais uma vez após o fracasso de Três Passos. Embora recaísse em Cardim as maiores suspeitas do ex-governador, foi Alberi quem teve seu nome recoberto de controvérsias com sua provável atuação como agente do CIE – Centro de Informações do Exército<sup>82</sup>. Na seção sobre “Responsabilidade pela autoria direta de condutas que

<sup>81</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevideú, nº 78. Montevideú, 4 de maio de 1965.

<sup>82</sup> Segue o depoimento de indivíduos que indicam a participação de ALberi como agente do CIE infiltrado: “1- Os ex-militantes Maria Madalena Lacerda e Gilberto Giovanetti, que trabalharam como colaboradores do CIE, em depoimento prestado ao advogado e ex-deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, alegam que Alberi os levou à prisão e que também colaborava com os órgãos de repressão, e que Alberi estava envolvido no desaparecimento de Onofre Pinto. 2- O ex-sargento Marival Chaves do Canto, que trabalhou no DOI-CODI e no CIE, em depoimento à Comissão Externa para os Mortos e Desaparecidos e à imprensa, afirmou que Alberi colaborou

ocasionaram graves violações dos direitos humanos” do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, consta que Alberi teve participação em detenções ilegais, execuções, desaparecimento forçado de pessoas e ocultação de cadáveres. Esteve envolvido no massacre do Parque Nacional de Iguazu, em que foram vítimas de desaparecimento forçado Onofre Pinto, Daniel José de Carvalho, Joel José de Carvalho, José Lavecchia, Victor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia, no ano de 1974<sup>83</sup>.

Ainda que não seja possível precisar em que momento Alberi Vieira dos Santos começou a colaborar com a ditadura, faz-se necessário registrar o seu envolvimento com a repressão que resultou na morte dos seis membros da VPR acima mencionados. Este episódio começou a ser esclarecido em 2005, quando Aluizio Palmar lançou o livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*, que reconstituiu os últimos passos dos seis guerrilheiros após quase três décadas de investigação. Jornalista, Aluizio foi militante do MR-8 e da VPR, esteve preso no Paraná e foi banido do Brasil no sequestro do embaixador suíço, em 1971. Ele foi um dos convidados por Alberi para retornar clandestinamente ao Brasil e iniciar uma guerrilha contra a ditadura. Ao recusar o convite e sobreviver, dedicou-se a descobrir o destino dos companheiros. Morando em Foz do Iguazu desde seu retorno ao país, Aluizio recebeu em 2001 informações sobre um possível local de sepultamento dos guerrilheiros. Essa denúncia acabou levando a CEMDP – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – a organizar uma busca no oeste do Paraná a cargo dos técnicos da Equipe Argentina de Antropologia Forense.<sup>84</sup>

Retomando os depoimentos dos detidos na operação de Três Passos, observa-se que Alberi Vieira dos Santos, em suas declarações, corrobora com os argumentos de Pio Correa que constam na nota do dia 8 de janeiro de 1965, na qual o embaixador dava conhecimento ao

---

com o CIE atraindo Onofre Pinto, Daniel e Joel José de Carvalho, Vitor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia para uma armadilha. Alberi teria adquirido uma área em Medianeira com dinheiro fornecido por Onofre para montar uma área de treinamento de guerrilha. Segundo Marival, esta área nunca existiu. Ao entrar no país, vindos da Argentina, Onofre e seu grupo foram presos, mortos e desde então ficaram desaparecidos”. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória*. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 458.

<sup>83</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 976p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). p. 875. Para maiores esclarecimentos sobre as vítimas, ver: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 976p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3). p. 1683-1710 e BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória*. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 386-391.

<sup>84</sup> BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória*. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 387.

Governo Oriental de provas que comprometiam Leonel Brizola em relação ao planejamento de um movimento armado desde o Uruguai já há bastante tempo:

[...] em uma reunião de Sargentos em fins de outubro [de 1964], no quarto em que parava o Sargento Firmo Chaves, convocada por Brizola [...] perguntou quais os Sargentos dispostos a invadirem o Brasil em qualquer momento, a partir daquele instante, como elementos de sua contra revolução dispostos para qualquer missão [...]. Uma reunião semelhante a anterior, em princípios de novembro de 1964, com o comparecimento dos Sargentos, foi realizada em uma pensão na Avenida Brasil nº 3035, onde residiam vários asilados, inclusive os Sargentos [...] o Sargento Leo Ramos foi incumbido de comprar revólveres Taurus. Após a prisão do Capitão Daudt e o fracasso da Operação Pintassilgo houve reunião [...] no apartamento de Neiva Moreira na rua Benito Bianco, próximo ao Hotel Ermitage [...] <sup>85</sup>.

Pio Correa, tendo por base os depoimentos – inclusive as declarações do ex-sargento Lair Cornélio Rumão que constam no já citado documento de 8 de janeiro de 1965 – questiona a falta de vigilância por parte do governo uruguaio nos pontos de reunião indicados, no Hotel do Comércio, no Hotel São Luiz e, principalmente, na residência de Brizola –, locais estes que foram palco de diversos encontros entre os exilados no Uruguai. Nessas condições, verifica-se que, segundo o embaixador brasileiro,

o regime da internação a que se acha submetido o Senhor Leonel Brizola não atende às considerações que levaram o Governo dos Estados Unidos do Brasil a solicitar essa medida, e o Governo da República Oriental do Uruguai a adotá-la <sup>86</sup>.

A desestruturação da Guerrilha de Três Passos teve sérias consequências políticas tanto para os envolvidos quanto para o comando de Montevideú. A primeira delas foi a culpabilização dos indivíduos que estavam no Uruguai, principalmente Leonel Brizola. O ato de colocar a culpa em terceiros justificou-se pelas bárbaras torturas pelas quais os detidos passaram. Brizola, no entanto, sempre negou, em inúmeras oportunidades, ter participado do levante organizado por Jefferson Cardim, embora todos os protagonistas da sublevação estivessem estreitamente ligados ao seu grupo no Uruguai. Levando-se em consideração os últimos acontecimentos em que Brizola estava envolvido – o processo do seu confinamento em Atlântida e todo o desgaste daí decorrido –, além do recente fracasso da Operação Pintassilgo, avalia-se que o político poderia não estar envolvido no esquema de Três Passos, apesar de ter conhecimento dos planos de Jefferson Cardim. Conforme aponta Chagas (2007, p. 146), é possível que Brizola “tenha discordado dos insurretos [...] quanto ao momento mais adequado para desfraldar o movimento. Todavia, o *modus operandi* se assemelhou bem com a estratégia que Brizola defendia”, o que torna difícil desvincular o político do movimento.

<sup>85</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevideú, nº 78. Montevideú, 4 de maio de 1965.

<sup>86</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevideú, nº 78. Montevideú, 4 de maio de 1965.

Outra consequência foi o aumento da fiscalização dos exilados ocasionada pela constante reclamação que o governo brasileiro passaria a fazer ao governo uruguaio dada a facilidade com que os asilados burlavam a fiscalização e ausentavam-se do país sem que isso fosse sequer percebido pelas autoridades uruguaias. A preocupação do governo brasileiro recaía também no fato de que muitos asilados transitavam livremente pela fronteira, chegando a residir nessa região, facilitando inclusive o ingresso clandestino de outros exilados no Brasil com fins subversivos. Dessa forma, o governo brasileiro, por meio de sua embaixada no Uruguai, solicitou certas medidas acautelatórias por parte do governo platino, entre as quais as seguintes:

- a) Que seja tornada eficaz e real a internação decretada para o Senhor Leonel Brizola, ficando o mesmo efetivamente confinado no local de internação, em condições que ofereçam garantias e segurança, e de preferência em localidade onde exista guarnição militar e sob responsabilidade desta última.
- b) Que as pessoas que procurem o Senhor Leonel Brizola no local de sua internação sejam devidamente identificadas, já que se sabe, pelos depoimentos de Jefferson Cardim e de outros, que algumas das reuniões para o planejamento do movimento armado do Alto-Uruguai foram realizadas depois da internação daquele cidadão, seja em sua residência em Montevideú, seja em Atlântida, no Edifício Vistalmar.
- c) Que não seja permitido a asilados ou refugiados políticos brasileiros residir nos Departamentos fronteiriços com o Brasil, nem transitar pelos mesmos, salvo autorização oficial de trânsito devidamente justificada<sup>87</sup>.

A ausência de fiscalização sobre os asilados foi caracterizada em um dos depoimentos em que Alberi reconhece ter feito cinco viagens ao Brasil por ordem de Leonel Brizola nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 1964 e janeiro de 1965. Para todas essas viagens, o depoente frisou que recebia instruções e fundos diretamente do ex-governador:

[...] nas proximidades do dia 10 de junho, foi ao apartamento de Leonel Brizola, na Praça Independência, a fim de receber sua primeira missão [...] que nesta ocasião Leonel Brizola determinou ao depoente que fôsse (*sic*) a Santa Maria [...] que na ocasião recebeu uma quantia diretamente de Leonel Brizola, que, em uma casa de câmbio na Praça da Liberdade cambiou e lhe rendeu cerca de Cr\$ 400.000,000 [...] em julho de 1964 recebeu a sua segunda missão [...] foi chamado por Leonel Brizola e recebeu ordem de ir a Cruz Alta [...] <sup>88</sup>.

Alberi segue seu depoimento declarando todas as suas viagens, os locais para onde foi, a quantia liberada e, com riquezas de detalhe, todos os locais onde o dinheiro foi trocado.

Estes episódios – os fracassos da Operação Pintassilgo e da Guerrilha de Três Passos – tiveram mais uma consequência, talvez a mais importante quando se fala de Brizola e a luta

<sup>87</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevideú, nº 78. Montevideú, 4 de maio de 1965.

<sup>88</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevideú, nº 78. Montevideú, 4 de maio de 1965.

armada e que será visto nas próximas páginas: a troca da estratégia de insurreição para a fórmula do foco guerrilheiro – a teoria oficial da Revolução Cubana.

### 2.2.2 A Guerrilha de Caparaó: a teoria do foco e o apoio de Cuba

No dia 10 de agosto de 1967, no encerramento da I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), foi lançada oficialmente a estratégia guerrilheira vanguardista para o continente baseada na Revolução Cubana: o foquismo. Embora a esquerda brasileira tivesse contato com essa teoria desde 1960 por meio dos escritos de Che Guevara – *A guerra de guerrilhas* – foi o ensaio escrito pelo intelectual francês Régis Debray, *Revolução na revolução?*, de 1967, que suscitou entusiasmo imediato. Redigido a partir de “longas discussões” com Fidel Castro, conforme aponta Maestri,

o livro constitui excepcional registro do espírito daqueles anos e da total ruptura da direção fidel-guevarista com as tradições e concepções políticas marxistas no que se refere às práticas, táticas e estratégias da luta anticapitalista, praticamente reduzidas a uma questão militar (2010, p. 109).

Na perspectiva de Jacob Gorender (1987, p. 80-81), essa foi a novidade que singularizou o foquismo: “a ideia da primazia do fator militar sobre o fator político, da propriedade do foco guerrilheiro sobre o partido”. Em vez de esperar por decisões partidárias, o foco guerrilheiro assumia a responsabilidade de iniciar a luta.

O ponto de partida dessa teoria consistia, na concepção de Gorender (1987, p. 80), “na existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário em todos os países latino-americanos”. Se por um lado essas condições já existiam, por outro era necessário que também existissem as condições subjetivas, ou seja, a vontade de fazer a revolução por parte das forças sociais por ela beneficiadas. “Aqui entrava a grande descoberta: as condições subjetivas podiam ser criadas ou rapidamente completadas pela ação de um foco guerrilheiro. Este funcionava como o pequeno motor acionador do grande motor – as massas” (GORENDER, 1987, p. 80). O foquismo então se baseava na proposta da “desnecessidade e improcedência da organização unitária dos trabalhadores da cidade e do campo, superada pela implantação de um pequeno núcleo de jovens armados em uma zona ‘relativamente pouco povoada’” (MAESTRI, 2010, p. 109). Dessa forma, de acordo com a análise de Maestri,

Para a estratégia foquista era totalmente obsoleta a proposta marxista revolucionária da organização dos trabalhadores desde seus níveis de consciência e reivindicações, na perspectiva da construção de acumulação de forças que permitisse a complexa destruição armada e a reorganização do Estado burguês, quando dadas as “condições objetivas e subjetivas” para um “processo revolucionário”, ou seja, quando a

sociedade conhecesse “situação revolucionária”, analisada detalhadamente por V. I. Lenin (2010, p. 109).

O foco, então, deveria iniciar-se com alguns homens que atuariam entre camponeses em regiões cujas condições naturais permitissem a defesa contra ataques das forças do exército – daí a predileção por regiões montanhosas. Na etapa seguinte, colunas guerrilheiras deslocar-se-iam da região inicial e levariam a luta armada a outras regiões, confluindo, finalmente, para o exército rebelde capaz de infligir ao inimigo a derrota definitiva. Brizola via nas massas a sua principal força e talvez fosse esse o motivo que o levou a reconsiderar a guerrilha como uma estratégia de guerra. Sem o apoio popular, a guerrilha não poderia sair vitoriosa.

Durante os anos 1960, a América Latina, em parte ou totalmente inspirada no foquismo cubano, foi palco de inúmeras guerrilhas – Colômbia, Venezuela, Guatemala, Nicarágua, Argentina e Peru foram alguns exemplos. Algumas dessas guerrilhas aconteceram em lugares remotos e isolados, outras viveram uns momentos efêmeros. No Brasil, a guerrilha foi facilitada pelo apoio de Cuba à luta armada que, conforme assinala Rollemberg, foi dado a revolucionários em três momentos diferentes:

Primeiro às Ligas Camponesas, no período anterior ao golpe civil-militar de 1964, durante o governo institucional de João Goulart. Neste momento, traduzia-se em orientação para a implantação da guerrilha e fornecimento de armas e dinheiro para a montagem de campos de treinamentos no país. Este projeto foi abortado com a queda destes campos, com o declínio da capacidade de organização e coesão das Ligas – não apenas por causa da repressão, mas também pela concorrência dos sindicatos e pelas lutas internas – e, por fim, com o Golpe. Em seguida, em 1965, Cuba passou a apoiar Leonel Brizola, exilado em Montevidéu, com dinheiro e treinamento guerrilheiro, a partir deste momento, realizado na Ilha. Brizola estava à frente do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), organização criada para agrupar militares de baixa patente expulsos das Forças Armadas, políticos e outras lideranças de movimentos sociais próximos ao ex-governador, todos exilados no Uruguai. Na seqüência (*sic*) da queda de Caparaó, em abril de 1967, os outros focos ensaiados pelo MNR foram desmobilizados. Cuba elegeu, então, Carlos Marighella como o principal nome da revolução no Brasil e a organização que surgia, a ALN, a mais bem preparada para desencadeá-la (ROLLEMBERG, 2012, p. 210-211).

O grupo liderado por Brizola possuía uma ligação efetiva com Cuba e os contatos com Havana eram feitos por brasileiros, como Aluísio Palhano Pedreira e Neiva Moreira, e por estrangeiros, como o argentino John Willian Cooke. O ex-deputado também recebia correspondências de Fidel Castro, como se percebe ao analisar a documentação do CIEIX:

1. Consta que o asilado Leonel de Moura Brizola teria recebido cartas de FIDEL CASTRO e do brasileiro ALUISIO PALHANO.
2. Na carta de FIDEL CASTRO, êste (*sic*) aconselha BRIZOLA a desencadear a revolução armada em território brasileiro, como etapa inicial para a expulsão do imperialismo americano do Brasil.

3. Consta que na missiva enviada por PALHANO, êste (*sic*) solicita o envio a Cuba de dois elementos da inteira confiança de Brizola, para coordenar, em Havana, o “I Congresso dos Povos da América Latina”.
4. Consta ainda que a uruguaia SILVIA ROMERO foi a encarregada de fazer chegar às mãos de BRIZOLA as correspondências em tela<sup>89</sup>.

Leonel Brizola teria também um esquema para enviar brasileiros a Havana com a finalidade de serem submetidos a treinamentos de táticas guerrilheiras. Todos os integrantes selecionados viajavam com passaportes falsos financiados pelo ex-governador<sup>90</sup>. Não eram apenas os exilados que faziam parte desse seletivo grupo: do Rio de Janeiro, Bayard Boiteux tinha autorização de Brizola para selecionar candidatos que seriam enviados para Montevidéu e na sequência seguiriam viagem até Cuba. Depois do período na ilha, esses indivíduos retornariam para o Uruguai e seriam, eventualmente, infiltrados no Brasil. Logo após a chegada, passariam entre 48 e 72 horas em Montevidéu na casa de apoio<sup>91</sup> mantida por Brizola, e que servia de refúgio para pessoas clandestinas oriundas do sul do Brasil e do exterior, sendo então encaminhados à granja do ex-governador na localidade de Pando<sup>92</sup>.

Essa relação de Brizola com Cuba foi estabelecida ainda em 1965 com a viagem de Herbert de Souza à ilha. Nesse período de divisão entre a insurreição e a guerrilha houve apoio de Havana ao movimento encabeçado pelo político, tendesse ele ou não para a guerrilha. O que mais importava, contudo, era o recurso que chegava destinado a passagens, treinamentos e demais despesas que pudessem surgir, contribuindo para o esquema de resistência à ditadura (GONTIJO, 1988).

A implantação do foco guerrilheiro levou mais de dois anos e consumiu muita atenção e sacrifícios, além de muitas outras coisas, como apontou Flávio Tavares (2012), inclusive tempo para convencer Leonel Brizola de participar. “Apesar de muito influenciado pela Revolução Cubana e, àquela altura, já com muitos contatos com o governo de Fidel Castro, Brizola nunca acreditou na guerrilha” (COSTA, 2007, p. 125). Ele acabou aceitando a iniciativa, que resultou na Guerrilha de Caparaó, por pressão dos seus auxiliares diretos no Uruguai e pelos resultados negativos de tentativas anteriores de insurreição.

Inicialmente entraram em fase de preparação três focos guerrilheiros controlados pelo MNR: Caparaó, Imperatriz/Marabá e Mato Grosso. Esta etapa envolvia os trabalhos de levantamento geográfico, questões de logística e formação de guerrilheiros. “Todos esses

<sup>89</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_001\_006 p. 32.

<sup>90</sup> *Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay*. Embaixada do Uruguai no Brasil. Ofício enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro, nº 754/967. Rio de Janeiro, 13 de junho de 1967.

<sup>91</sup> A casa era conhecida como “Viet-Cong” e situava-se na Boulavard España, 2847. Era administrada pelo asilado Paulo Cavalcante Valente.

<sup>92</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_001\_007 p.2.

núcleos tiveram marinheiros e fuzileiros em posições de destaque. Nos dois últimos, eram os *comandantes*, assessorados por mais de uma dezena de companheiros navegantes” (ALMEIDA, 2010, p. 97). Avelino Capitani (1997) ressalta que o objetivo era claramente este, formar uma frente guerrilheira composta na sua essência por marinheiros e que fosse baseada na identidade política forjada na história da AMFNB – Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil<sup>93</sup>. Nesse período o MNR recebeu organizações como a POLOP, o Partido Socialista e a Ala Vermelha, mas suas forças motrizes eram mesmo Leonel Brizola e o grupo formado pelos marinheiros e sargentos.

Apesar da preparação dos três focos, será tema desta pesquisa apenas aquele que foi considerado “a menina dos olhos” de Leonel Brizola: o núcleo de Caparaó<sup>94</sup>. A ideia de implantação de um foco guerrilheiro na serra que fazia divisa com os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no entanto, não era novidade. Jelcy Rodrigues Corrêa, participante da guerrilha, em depoimento a José Caldas da Costa

registra que a organização revolucionária marxista Política Operária (Polop) fizera estudos na serra do Caparaó antes mesmos de os ex-sargentos voltarem do Uruguai para instalar ali um foco guerrilheiro. Mas, quando Amadeu [Felipe, líder do grupo de ex-militares que tomou Caparaó] retornou ao Rio para tocar o projeto, a Polop já havia caído nas mãos da repressão e estava sem condições de realizar qualquer ação (2007, p.128).

Na perspectiva de Avelino Capitani (1997), Caparaó foi escolhida apenas por oferecer boas razões técnicas, apresentando excelentes condições geográficas por ser justamente uma região muito montanhosa. Entretanto, se fossem levadas em conta as condições políticas, aquela região jamais poderia ter sido escolhida como uma área de guerrilha. Os guerrilheiros não tinham realizado nenhum tipo de trabalho político na região e seria muito difícil constituirlo, uma vez em que não havia ali grandes conflitos. A localidade estava economicamente em

<sup>93</sup> Para maiores informações sobre a AMFNB ver: CAPITANI, Avelino Bioen. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1997 e ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo leme a bombordo*. Marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2010.

<sup>94</sup> É difícil dizer o número de combatentes que atuou na Guerrilha de Caparaó. Alguns que se dispuseram a ir para a serra não aguentaram as condições e tiveram que desistir; outros integrantes do grupo jamais foram encontrados. Seria impossível nomear todos. Segue uma pequena lista com os nomes dos principais combatentes que subiram a serra, que integraram o grupo de apoio urbano e que contribuíram para a realização do movimento: **Amadeu Felipe da Luz Ferreira**, comandante militar da Guerrilha, era sargento do Exército; **Jelcy Rodrigues Corrêa**, subtenente paraquedista do Exército, primeiro subcomandante da Guerrilha; **Araken Vaz Galvão**, segundo subcomandante da Guerrilha, era sargento do Exército; **Avelino Bioen Capitani**, marinheiro, dirigente da AMFNB, foi para Caparaó após fazer treinamento guerrilheiro em Cuba; **Amaranto Jorge Rodrigues**, marinheiro, estava entre os mais jovens combatentes da Guerrilha; **Jorge Silva**, sargento da Marinha, expulso em 1964; os **Dornellas**, **Afonso**, o pai, e os três filhos, **Dirceu**, **Daltro** e **Luiz Carlos** tiveram participação direta na Guerrilha – o velho Afonso montou um bar na cidade capixaba de Guaçuí para fornecer suprimentos para os combatentes; **Edson José de Souza**, transportava suprimentos, armas e homens para a região em uma Kombi caracterizada da fábrica Kellogg’s; **Hermes Machado Neto**, ex-bancário, fazia parte da base urbana da guerrilha; **Amadeu Rocha**, estudante de direito, autointitulava-se comandante da Guerrilha; **Bayard Boiteux**, homem responsável por coordenar a base urbana de apoio à Guerrilha (COSTA, 2007).

decadência e não possuía uma massa de trabalhadores que pudesse aderir ao movimento. Para Capitani,

O grupo de companheiros não estava preparado física e politicamente para uma guerra popular de longa duração e, muito menos, para iniciá-la. A maioria tinha boa vontade, mas estavam despreparados para enfrentar o que nos esperava. Um dos companheiros, um camponês do estado do Rio, tinha quase 60 anos, conhecia os segredos das matas e montanhas, mas a idade pesava e não conseguiu resistir muito tempo. [...]. Além do grande desnível político e físico, o comando não ajudava. O comandante era Amadeu Felipe e o vice era o Araken. Os dois eram muito inexperientes para a realidade que enfrentávamos. Eu estava na condição de instrutor e tive poucas condições de interferir na montagem e organização do grupo. Quando aceitei a tarefa, não pensei que tudo fosse tão precário. Acreditava que os passos iniciais já teriam sido dados. No entanto, nem sabíamos quem eram os nossos vizinhos, onde acabavam as trilhas. Não havia o menor conhecimento da região. Encontrei um fato consumado e teríamos que partir do nada (1997, p. 103).

O grupo de combatentes que subiu a serra do Caparaó para deflagrar o movimento foi escolhido pelo comandante militar da guerrilha, Amadeu Felipe da Luz Ferreira. Contando com a infraestrutura de apoio urbano que estava entregue aos dirigentes do PSB e comandado por Bayard Boiteux, Amadeu Felipe tinha também como responsabilidade prover os armamentos necessários para a empreitada. De acordo com Caldas (2007), as armas que estavam em Porto Alegre foram primeiramente transportadas para o sítio do tenente Dario Coelho, em Viamão. Posteriormente seguiriam para uma casa alugada na Penha, zona norte do Rio de Janeiro, que servia de base para depósito para depois seguir até Caparaó. A coordenação do transporte das armas do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro havia ficado a cargo do subcomandante Araken Vaz Galvão. Segundo Costa,

Paulo Schilling confirma que muitas das armas de Caparaó eram dos tempos da resistência em Porto Alegre, quando os sargentos as tiravam dos quartéis. Em São Paulo, havia ainda, segundo ele, um esquema ligado a Carlos Marighella, que as tirava das unidades do Exército.

Na Bolívia, também era fácil conseguir armas, e um suboficial do exército chegou a ser preso atravessando a fronteira do Uruguai para o Brasil com três fuzis para as frentes que estavam sendo montadas no país (2007, p. 136).

Analisando-se a documentação proveniente do CIEX, é possível encontrar registros das atividades de Brizola, ou de membros do seu grupo, ligadas ao fornecimento e/ou contrabando de armas. Em ofício do dia 17 de outubro de 1966 foi relatado um encontro em Montevideu entre Brizola e Ho Chi Min, nome pelo qual era conhecido o ex-policia de sobrenome Valvet. Segundo o documento, Ho Chi Min, que era contrabandista de armas, teria sido preso em Porto Alegre sob suspeita de ter informações sobre esconderijos de armas pertencentes a Leonel Brizola. No momento do encontro, o ex-policia estava foragido<sup>95</sup>. Outro plano do ex-governador era adquirir armamentos de origem belga. A entrada dessas

<sup>95</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_001\_006 p.41.

armas no Brasil seria realizada através do Paraguai, sendo uma das missões de Dagoberto Rodrigues em viagem a Assunção<sup>96</sup>, conforme consta em ofício do CIEIX:

1. DAGOBERTO RODRIGUES, elemento vinculado a LEONEL BRIZOLA, viajou a Assunção em companhia do cidadão paraguaio de nome Caballero.
2. O principal objetivo da viagem de DAGOBERTO foi receber uma encomenda de armamento feita por LEONEL BRIZOLA e consistindo de metralhadoras, fuzis, munições e fardamentos.
3. Há indícios de que o elemento paraguaio de nome CABALLERO seja CARLOS ALBERTO CABALLERO FERREIRA, anarquista, dirigente da “FULNA”, asilado no Uruguai e proprietário de uma fundição em Pando (ROU), localidade próxima a Montevidéu, onde também está situada uma granja de propriedade de LEONEL BRIZOLA<sup>97</sup>.

Em janeiro de 1966, Paulo Schilling, segundo Jorge Ferreira (2011), chegou a Pequim com a perspectiva de arrecadar recursos financeiros. Após 47 dias – dos quais 15 teriam sido de interrogatório conduzido por cinco especialistas do Departamento de Relações Exteriores – foi enfim recebido pelo primeiro-ministro chinês Chou En-lai. Schilling ouviu do dirigente chinês críticas a respeito do foquismo cubano; porém, em relação a Brizola, a opinião chinesa mudava consideravelmente. “Tratava-se, na percepção do primeiro-ministro, do maior líder político do Brasil, que, mesmo exilado, poderia alterar o quadro político brasileiro” (FERREIRA, 2011, p. 574). Nesse sentido, o governo chinês comprometeu-se a fornecer armas e o apoio necessário: “Pequim enviaria as armas para Argel e, por intermediário de barcos pesqueiros, elas desembarcariam no litoral brasileiro” (FERREIRA, 2011, p. 574).

A documentação do CIEIX, no entanto, além de assinalar que a viagem de Schilling à China comunista fora em 1965, mostra que houve um condicionamento por parte dos chineses para que estes prestassem a ajuda requerida:

2. [...] Em resposta, os chineses teriam declarado que antes da deflagração de um movimento armado a China não daria os recursos solicitados, porém, tão logo se concretizasse tal “operação”, enviariam ao Brasil um navio carregado com armas e munições<sup>98</sup>.

O que é possível inferir, a partir da análise da documentação e da bibliografia a respeito do assunto, é que essas armas chinesas não chegaram ao Brasil. Se a ajuda foi ou não condicionada à deflagração do movimento, não há registros além desse ofício do CIEIX. O mais importante nesse caso é mostrar mais um exemplo do envolvimento dos exilados para conseguir armas não apenas para Caparaó, mas também para as demais frentes que estavam em formação.

<sup>96</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEIX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_001\_008 p.118.

<sup>97</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEIX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_002\_001 p.32.

<sup>98</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEIX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_001\_008 p.53.

Mesmo com todo o esforço do grupo de Brizola, o armamento que chegou para Caparaó, na visão de Capitani (1997), era obsoleto, precário mesmo. Na visão do ex-marinheiro, que havia conhecido os treinamentos do foco guerrilheiro em Cuba, Caparaó estava contradizendo muitos princípios. O grupo enfrentou desde o início uma série de desafios, conforme elenca Almeida (2010): dificuldade de relacionamento com os camponeses da região; deficiência no abastecimento de suprimentos; desentendimentos pessoais que minavam a hierarquia da guerrilha; inospitalidade da região; problemas de ordem pessoal, como nascimento de filhos e saudade da família; demora a entrar em combate efetivamente. Capitani (1997) corrobora com a tese de que a demora em movimentar a guerrilha desestimulou os companheiros, provocando deserções e desistências, inclusive a do subcomandante Jelcy. Em fins de novembro de 1966, quando enfim decidiram pôr a guerrilha em marcha, somavam ao todo 14 companheiros.

Costa (2007) argumenta que a desarticulação na base urbana de sustentação, com um possível desvio de dinheiro que poderia garantir o movimento também prejudicou a guerrilha. Outro fator desagregador, segundo o autor, foi a ignorância das características e da hostilidade do meio ambiente:

chuvas fortes e muito frio à noite, intercalados com sol escaldante e muito calor de dia; vegetação rala acima de 2 mil metros de altitude, que facilitava a localização dos combatentes pelas forças de repressão, condições impróprias para cozer alimentos; ausência de serpentes e proliferação de ratos que atacavam a comida estocada (COSTA, 2007, p. 171).

No momento em que a guerrilha se debilitava rapidamente, os militares estavam envolvidos numa disputa interna pela consolidação do regime e tinham, nas palavras de Costa (2007, p. 171), “pouca disponibilidade para combater um foco guerrilheiro, que se inviabilizava por seus próprios erros”.

Foi assim que a Guerrilha do Caparaó terminou no dia 1º de abril de 1967, justamente três anos após o golpe civil-militar. Nas primeiras horas da manhã, os últimos sete combatentes foram presos enquanto preparavam o café, sem tempo para reagir. Conforme depoimento de Capitani,

Tudo se passou em questão de segundos. A mata abriu-se numa grande gritaria, uma algazarra incompreensível. Consegui sair da rede e cair em cima do fuzil, mas antes que pudesse virar-me, fui amassado a coronhadas e pontapés por quatro policiais. Foi o mesmo com todos. O único que conseguiu pegar a arma e engatilhá-la foi o Jerônimo, que estava mais afastado fazendo o café, mas foi derrubado por uma coronhada pelas costas (1997, p. 118).

Avelino Capitani tem uma visão muito crítica sobre o que ocorreu em Caparaó. E é dele a melhor descrição de tudo o que aconteceu no dia anterior à prisão e que acabou

suscitando muitas dúvidas acerca do desfecho da guerrilha. Em depoimento a Costa (2007), Capitani relata que na noite do dia 31 de março dois sentinelas viram Amadeu Felipe e Araken Galvão conversando com um homem desconhecido. Quando retornaram ao acampamento foram interrogados sobre com quem estavam conversando, mas os dois desconversaram e disseram que se tratava apenas de um camponês “maluco”. Dessa forma, o grupo ficou muito inseguro e decidiu manter atenção máxima na sentinela. De acordo com o que Capitani relatou no livro *A Rebelião dos Marinheiros*,

Arakem chegou anunciando os horários de guarda. Amadeu vigiaria das três às cinco e Silva, das cinco às sete. Logo chegou o Amadeu e corrigiu.

– O Silva fica no meu horário, e eu fico das cinco às sete.

[...] Às cinco horas, Silva acordou Amadeu.

– Companheiro, são cinco horas. Está na tua hora da guarda.

Amadeu levantou-se.

– Não te preocupes, já estou acordado e já vou. Podes ir dormir mais um pouco – disse, sentado na rede.

Às cinco e meia, Jerônimo foi fazer fogo para o café com o cuidado de não fazer muita fumaça. Nada percebeu de anormal. Logo Araken foi ajudá-lo.

Às seis horas, aproximadamente, ouviu-se uma voz vindo da trilha do lugar onde devia estar o sentinela.

– Tem café aí?

– Tem, pode vir – gritou Amadeu.

Os que estavam acordados viram Amadeu sentado na rede. Pensaram que ele tinha trocado de horário novamente, e um outro companheiro estaria lá de guarda, pedindo café. Ouvia a pergunta e a resposta e pensei na irresponsabilidade dos companheiros de falarem tão alto naquela hora e lugar.

– Podem vir que tem bala para todo mundo – Araken gritou.

Ninguém entendeu nada, salvo talvez, os dois (CAPITANI, 1997, p. 117-118).

Surgiu daí uma dúvida que permaneceu entre os participantes da Guerrilha de Caparaó: os rebeldes foram de fato presos ou o comando havia negociado a rendição do grupo? Na visão de Jelcy Rodrigues, a rendição já estava sendo negociada sigilosamente por Amadeu Felipe e Araken Galvão. Por sua vez, Araken constatou que a atitude de Amadeu salvou a vida do grupo ao optar por uma prisão sem mortes. Como comandante, ele teria o direito de decidir por isso, mesmo se arriscando a pagar um preço muito alto (COSTA, 2007).

A verdade é que é difícil estabelecer se a guerrilha foi derrotada pelas forças da repressão ou pelos seus próprios erros. Talvez seja o mais correto dizer que ela caiu devido a uma conjunção de fatores. Na perspectiva de Flávio Tavares (2012, p. 179), “o foco guerrilheiro foi um gesto romântico, uma experiência bucólico-revolucionária ou uma aventura pouco condizente com a realidade ao redor”. Entretanto, era impossível perceber isso com os olhos da época.

Gesto romântico já sabíamos que era, mas e por que não? Todos estávamos impregnados de romantismo, da esquerda à direita. Não só os revolucionários, mas também os conservadores, que nós chamávamos de “reacionários” por reagirem à revolução das reformas. Só os “neutros” não eram românticos, mas pragmáticos, e estavam no meio apenas para abocanhar mais facilmente os favores, viessem de um

lado ou de outro. Paciência, historicamente sempre fora assim (TAVARES, 2012, p. 180).

Gesto romântico que deixou “sequelas” e mudou o rumo dos acontecimentos em Montevideú. Mas isso é assunto para o próximo capítulo.

## CAPÍTULO 3

### O OCASO DA REBELDIA: A NECESSIDADE DE REVER O EXÍLIO

*Ande por donde ande, yo no dejo de saber a qué tierra pertenezco si la llevo puesta,  
si camino con ella, si soy ella.*

Eduardo Galeano

Caparaó caiu e com ela caíram seus combatentes. A queda nostálgica da guerrilha interferiu tanto na vida daqueles que estavam diretamente envolvidos na Serra quanto na vida daqueles que estavam exilados e viam na luta armada uma esperança de retornar ao país. Foi também uma espécie de prelúdio do que estava por vir com os demais destacamentos do MNR. Dessa forma, as implicações da ruína da guerrilha de Caparaó no grupo formado em torno de Leonel Brizola, assim como as transformações ocorridas no exílio decorrentes do endurecimento do regime brasileiro e da escalada autoritária uruguaia serão os temas abordados neste último capítulo.

#### 3.1 As consequências do fracasso de Caparaó

Quando a guerrilha foi descoberta, de acordo com Costa (2007), todas as atenções da imprensa estavam voltadas para a Conferência das Américas que se realizaria em *Punta del Este* e que contaria com a participação do ditador brasileiro Costa e Silva. Este evento contribuiu para que os acontecimentos, num primeiro momento, demorassem a ser divulgados e fossem interpretados como “um fato isolado que visava criar instabilidade na visita do segundo general presidente ao Uruguai, país que abrigava o maior número de exilados brasileiros” (COSTA, 2007, p. 218). Outro fator que explica o porquê da imprensa ter demorado a noticiar o que estava acontecendo em Caparaó diz respeito ao desempenho dos jornais *O Globo*, *Jornal da Tarde* e *O Estado de S. Paulo* que, durante o mês de março, cobriram, de acordo com Costa,

a movimentação guerrilheira em países latino-americanos, principalmente na Venezuela e na Bolívia, sempre com o enfoque do apoio cubano a esses movimentos dentro da filosofia da exportação da revolução. O mesmo movimento, que estava em curso no coração do Brasil, na serra do Caparaó, era absolutamente desconhecido (2007, p. 218).

Mas se a guerrilha era desconhecida da imprensa, não era da ditadura: desde janeiro de 1967 a repressão já havia detectado sua existência. Colaborou para isto o fato de Caparaó estar inserida naquilo que o Exército considerava como “área vermelha” para a guerrilha, ou seja, um local muito vigiado justamente por apresentar condições apropriadas para o desenvolvimento de movimentos revolucionários (CAPITANI, 1997). Com isto, praticamente todos os envolvidos foram detidos e levados para a prisão do Exército em Juiz de Fora, local onde tiveram início os longos interrogatórios. Segundo Capitani (1997), não houve tortura; tampouco havia novidade para se falar sobre Caparaó: um integrante do MNR, amigo de Brizola, havia sido preso em Belo Horizonte antes dos demais combatentes e contado tudo sobre a guerrilha.

Os demais interrogados ofereceram mais alguns detalhes, conforme consta nos informes emitidos por Artigas Rodríguez Devicanni, encarregado de negócios no Brasil, ao ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Héctor Luisi:

Tengo el honor de dirigirme al señor Ministro para llevar a su conocimiento que, según noticia publicada en la prensa de esta ciudad [Rio de Janeiro], jefes de guerrilla de la Sierra de Caparaó, entre ellos el Profesor Baiard Maria Boiteux, señalaron al señor Leonel Brizola como el coordinador general de todo el movimiento, que tiene su centro de operaciones en Montevideo, y cuenta con el asesoramiento político del ex-diputado Neiva Moreira y la orientación militar del ex-coronel Dagoberto Rodríguez, según consta en los documentos que fundamentan el pedido de prisión preventiva de esse grupo, decretada por el Comando de la IV Región Militar<sup>99</sup>.

Ainda segundo Devicanni, no interrogatório no qual foram submetidos, os guerrilheiros unanimemente afirmaram que se tratava de um movimento de nível nacional e que obedecia a um plano previamente traçado, não obstante que a maioria deles tinha conhecimento apenas da parte que lhes era atribuída. O professor Bayard, por sua vez, ainda afirmou que era o chefe no Estado da Guanabara e que havia se encontrado com Brizola em Montevideu em quatro oportunidades.

Foi também por meio das declarações dos integrantes da guerrilha que a ditadura brasileira soube do caminho percorrido pelos combatentes até chegar a Cuba. Os futuros guerrilheiros partiam do Uruguai com a ajuda de Neiva Moreira e viajavam até Paris à custa de Brizola. Lá, com documentos falsos obtidos pelo ex-deputado Max da Costa Santos, asilado na França, chegavam a Praga de onde embarcavam para Havana. Os guerrilheiros revelaram ainda que o treinamento militar não se realizava somente em Cuba, mas também no Uruguai. A granja de Pando, de propriedade de Leonel Brizola, era o local onde faziam

---

<sup>99</sup> *Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay*. Embaixada do Uruguai no Brasil. Ofício enviado pela Embaixada uruguiaia no Rio de Janeiro, nº 498/967. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1967.

práticas de tiro, manejo de armas e explosivos, fabricação de bombas e caminhadas com objetos de acampamentos (ALDRIGHI, 2012). A granja, no entanto, já havia sido abandonada pelos seguidores de Brizola no início do ano de 1967 por medidas de segurança adotadas pelo ex-governador gaúcho, uma vez que a polícia uruguaia já vinha investigando a possível ligação dos asilados brasileiros com organizações terroristas do país<sup>100</sup>. Quando, em agosto de 1967, por instrução do Serviço de Inteligência Militar do Uruguai foi feita uma vistoria na granja, não foram encontrados quaisquer indícios de existência de armas ou funcionamento de campo de treinamento de guerrilha<sup>101</sup>.

Tendo por base estes depoimentos, Leonel Brizola foi citado para comparecer diante do Juiz Auditor da IV Região Militar, em Juiz de Fora, com a finalidade de ser “‘procesado y juzgado’ en acción resultante del IPM (Investigación Policial Militar) integrado para examinar las actividades de los guerrilleros en la Sierra de Caparaó”<sup>102</sup>. Brizola foi denunciado pelo Procurador Jacy Guimarães Pinheiro que o considerou

como uno de los organizadores del movimiento subversivo, expresando al respecto, que la organización de los grupos de guerrilleros de Caparaó tenía diferentes puntos de apoyo, de los cuales uno con sede en Montevideo, conocido como centro de pasaje para entrenamiento técnico de tales organizaciones con alcance regional (Argentina, Brasil, Paraguay) y outro en el Estado de Guanabara. El mencionado en primer término bajo la dirección del señor Brizola y el segundo del Prof. Bayard de Maria Boiteux<sup>103</sup>.

A fase de julgamento do ex-governador e dos demais indivíduos, contrariando a lentidão da justiça brasileira, chegou rapidamente – apenas três meses após a prisão dos envolvidos (CAPITANI, 1997). No dia 12 de julho de 1967 a sentença já era conhecida pelas autoridades brasileiras e uruguaias:

- ao ex-governador Leonel Brizola, 9 anos de prisão;
- ao ex-deputado Neiva Moreira, 3 anos de prisão;
- a Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil no governo de João Goulart, 3 anos de prisão;
- os demais 17 condenados receberam penas entre 3 e 9 anos de prisão.<sup>104</sup>

Sobre este julgamento e estas sentenças é preciso levar em consideração o fato de que a repressão cometia excessos relativos à própria legislação pertinente aos delitos políticos. A

<sup>100</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_002\_002 p. 60.

<sup>101</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_002\_009 p. 18.

<sup>102</sup> *Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay*. Embaixada do Uruguai no Brasil. Ofício enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro, nº 679/967. Rio de Janeiro, 13 de junho de 1967.

<sup>103</sup> *Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay*. Embaixada do Uruguai no Brasil. Ofício enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro, nº 754/967. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1967.

<sup>104</sup> *Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay*. Embaixada do Uruguai no Brasil. Ofício enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro, nº 808/967. Rio de Janeiro, 13 de junho de 1967.

crítica a este excesso foi a base da defesa, que esteve a cargo de dez advogados, dos indivíduos envolvidos na guerrilha. Os acusados tiveram a denúncia formulada pelo promotor José Mannes Leitão baseada no Artigo 2º, inciso III da Lei nº 1802/53 que definia os crimes contra o Estado e a ordem política e social e dava outras providências. Enquadravam-se no citado inciso aqueles que tentavam

III – mudar a ordem política e social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional.

Para os advogados esta lei – cuja pena prevista era de três a quinze anos de prisão – não era aplicável ao caso devido ao fato de que as motivações para o ato foram exclusivamente políticas. Analisando a lei com um pouco mais de cuidado, infere-se que a Justiça Militar detinha competência apenas para apreciar as infrações que ameaçassem a **segurança externa** do país. A lei preocupava-se, dessa forma, com a defesa nacional, privilegiando a proteção dos limites territoriais das fronteiras brasileiras, ressaltando o perigo externo. Internamente, a lei preocupava-se com a espionagem e o serviço secreto, além de considerar crime a reorganização ou a tentativa de colocar em funcionamento efetivo partido político dissolvido ou suspenso por força de disposição legal – numa clara alusão ao Partido Comunista Brasileiro. Como é possível perceber, o fato ocorrido em Caparaó só se enquadraria na Lei nº 1802/53 se houvesse excesso por parte da repressão na conduta dos processos a serem julgados. Nem mesmo a ajuda de Cuba à guerrilha se caracterizaria como uma efetiva ameaça externa, embora a guerrilha brizolista fizesse parte de um plano maior elaborado pela cúpula cubana. As remessas de recursos cubanos às organizações revolucionárias da América Latina já haviam sido suspensas, inclusive. A medida visava permitir que o Congresso da OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade, que seria realizado na cidade de Havana em julho de 1967, “examinasse as atuações, perspectivas e planos das diversas agrupações revolucionárias a fim de canalizar os recursos disponíveis para as organizações mais promissoras”<sup>105</sup>.

Se para a justiça brasileira houve diversos culpados, para a ditadura Brizola era o único responsável pelas atividades guerrilheiras que aconteceram no país. O governo, assim, superestimou a importância do ocorrido com o objetivo de comprometer o político, promovendo assim a sua expulsão do Uruguai – o que já era um projeto brasileiro de longa data. Todavia, no que tange às condenações, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro não tiveram as penas aplicadas uma vez que estavam no Uruguai na condição de asilados políticos – e dessa

---

<sup>105</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_002\_003 p. 13.

forma a ditadura brasileira não podia levar a efeito a prisão dos envolvidos fora do território nacional. Já Avelino Capitani e mais alguns detentos fugiram da prisão no dia 26 de maio de 1969, quase dois anos após o julgamento; e somente em 1979, com a promulgação da Lei da Anistia, os condenados no episódio de Caparaó – e em outros processos por participação na luta armada ou “crimes de sangue”, como definia a ditadura militar – foram absolvidos.

A grande consequência da queda de Caparaó, no entanto, não foi a condenação ou a prisão dos participantes, e sim a comprovação da impossibilidade de enfrentar a repressão com esse tipo de luta, levando em consideração todas as dificuldades insuperáveis que ela apresentava. Foi assim que Leonel Brizola e o núcleo duro do trabalhismo abandonaram a luta antiditatorial pela via armada. A decisão foi irreversível. A derrota de Caparaó levou à desativação dos demais focos do MNR em Imperatriz/Marabá e Mato Grosso. A ordem de desmobilização talvez nem fosse necessária, pois as mesmas dificuldades que marcaram Caparaó também estiveram presentes por lá.

O abandono da luta armada como forma de combate à ditadura também não agradou Cuba, uma vez que Fidel Castro havia investido na revolução brasileira e escolhido Leonel Brizola para ser o seu líder. “Para os dirigentes cubanos, o Brasil era um país estratégico para a consolidação do processo revolucionário na ilha. Isolada e bloqueada pelos Estados Unidos, dependendo da ajuda soviética, Cuba via o Brasil como seu potencial grande sócio” (FERREIRA, 2011, p. 571-572). O resultado foi o rompimento definitivo das relações entre Fidel e Brizola. Soma-se a isto a morte de Che Guevara<sup>106</sup> na Bolívia, assassinado pela CIA alguns meses após a queda de Caparaó, causando uma grande desmotivação nos diversos grupos guerrilheiros espalhados pelo continente americano. Para muitos, o sonho da revolução acabara ali.

Após a desistência da luta armada no exílio, começaram a circular rumores nos círculos de asilados brasileiros em Montevideu sobre a existência de descontentamento e desânimo entre os indivíduos ligados a Brizola. Algumas pessoas estariam insatisfeitas diante da inação e apatia que predominava no Uruguai e da suspeita de que o ex-governador estaria se preparando para deixar o país e abandonar seus companheiros<sup>107</sup>. Em contrapartida,

---

<sup>106</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_003\_005 p. 12. O possível encontro entre Leonel Brizola e Ernesto Guevara teria ocorrido ainda em 1967. O motivo da visita do argentino seria expor ao ex-governador a importância da estratégia de uma convulsão guerrilheira em território brasileiro no momento em que a guerrilha boliviana estivesse atingindo grandes proporções. Teria ficado combinado entre os dois que, no momento oportuno, o líder brasileiro apoiaria a guerrilha boliviana com a organização de uma série de atos de sabotagem no Rio Grande do Sul e o início de um movimento de guerrilhas no Brasil central. Embora este encontro conste na documentação do CIEX, é preciso relativizar este momento, pois não há provas concretas de que os dois tenham realmente se encontrado.

<sup>107</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_002\_005 p. 53.

especulava-se que estivessem ocorrendo entendimentos entre os diversos grupos de exilados visando à unificação de esforços numa tentativa de retomar a resistência contra a ditadura. Para tanto, Djalma Maranhão teria sido o mediador, desenvolvendo atividades que reaproximassem os grupos, procurando um maior entrosamento entre as redes de Leonel Brizola e João Goulart.<sup>108</sup> Já em novembro do corrente ano, informes do CIEX passaram a noticiar a reestruturação do grupo liderado por Brizola:

1 – LEONEL BRIZOLA está efetuando alterações no grupo de seus seguidores no Uruguai, visando a depurá-lo de elementos que se tem mostrado incapazes para atividades subversivas e clandestinas. Além disso, pretende BRIZOLA dar a impressão ostensiva de que está reduzindo o número de seus asseclas, como demonstração do seu propósito, que anunciou às autoridades uruguaias, de não se envolver em atividades subversivas.

2 – Ainda como parte desse (*sic*) esquema de “bom comportamento” ostensivo, BRIZOLA se transferirá para estância recém-adquirida (*sic*) (e que ainda não está em seu nome registrada), onde empregará “gente nova”, não identificada pela polícia uruguaia com o grupo de elementos subversivos que o cercava até agora. Dentro desse (*sic*) programa de desvinculação de elementos “antigos” e de pouca valia, BRIZOLA já fez saber a alguns deles (*sic*) que não mais tem condições financeiras de prestar-lhes assistência<sup>109</sup>.

A interpretação da inteligência brasileira, no entanto, era a de que Brizola estaria remodelando as bases para ampliação de seus projetos subversivos. Essa reformulação seria uma consequência direta do enfraquecimento de sua posição pessoal dentro do quadro que compunha a OLAS<sup>110</sup>. O que acabou ocorrendo, na realidade, foi a sensível alteração do ritmo e da natureza das atividades que Brizola vinha desenvolvendo desde sua chegada ao Uruguai. Entre 1964 e 1967, o político – teoricamente internado em Atlântida, mas de fato com ampla liberdade de movimentos – inspirou e orientou tentativas de subversão armada em território brasileiro. Neste período, Brizola não disfarçou sua disposição conspiratória mantendo um grupo de guardas pessoais, recebendo frequentes visitas, cultivando contato com os demais grupos de exilados, comparecendo em reuniões nas quais se discutia planos de subversão e a volta imediata ao Brasil, além das manifestações públicas que tanto incomodavam a ditadura brasileira. Entretanto, de meados de 1967 em diante seu comportamento foi se alterando, embora continuasse a transitar entre Montevideu e Atlântida, permanecendo mais tempo na primeira cidade do que na segunda. E se em Atlântida o número de visitas havia diminuído, embora o número de seguidores tivesse permanecido o mesmo, essa redução foi compensada em Montevideu, local onde Brizola se deslocava com absoluta facilidade e onde existiam inúmeros locais de encontro<sup>111</sup>. É neste período que a documentação do CIEX registra

<sup>108</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_002\_005 p. 60.

<sup>109</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_002\_011 p. 14.

<sup>110</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_002\_011 p. 4.

<sup>111</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_002\_003 p. 23.

confissões do ex-governador a políticos brasileiros e até mesmo a autoridades e personalidades uruguaias de que estaria arrependido da “participação que tivera em atividades subversivas e disposto, a partir de agora, a luta em termos políticos, pela recuperação tanto sua quanto de seus companheiros<sup>112</sup>”. Dessa forma, o desgaste com o fim da guerrilha de Caparaó, somado à contínua vigilância sobre os exilados – que só aumentou com a promulgação do Ato Institucional N°5 no Brasil e com a deterioração do regime democrático no Uruguai – fizeram Brizola optar por uma “linha política de ação”, tema de análise do próximo subcapítulo.

### **3.2 O exílio em novas conjunturas: Leonel Brizola e a escolha pela linha política de ação**

Em dezembro de 1967, quando Jorge Pacheco Areco assumiu a presidência do Uruguai, teve início uma transformação no panorama político daquele país. O seu governo, conforme aponta Enrique Serra Padrós (2005, p. 272), desde o início “foi um avanço consistente de medidas autoritárias, o que fazia antever o esboço do posterior TDE<sup>113</sup>”. Sua administração foi marcada, principalmente, pela utilização indiscriminada das *Medidas Prontas de Seguridad* (MPS) – medidas de exceção e de aplicação transitória que, mesmo previstas constitucionalmente, restringiam os direitos individuais – aumentando a sensação de insegurança, bem como o processo de radicalização no âmago da sociedade (PADRÓS, 2005). Foi neste cenário de escalada autoritária que o colaboracionismo existente entre Brasil e Uruguai tornou-se mais evidente. Desde o golpe de Estado de 1964, os dois países faziam intercâmbio de informações sobre os brasileiros asilados, uma vez que a ditadura brasileira sempre pressionou o governo de Montevideú – econômica e diplomaticamente – em busca de cooperação para restringir os direitos à liberdade e locomoção dos exilados. Para entender como o Brasil monitorava os brasileiros, contando com a ajuda uruguaia, far-se-á necessário apresentar brevemente como funcionava o complexo sistema de informações brasileiro que teve como objetivo principal a manutenção dos sucessivos governos autoritários que se revezaram no poder entre 1964 e 1985.

---

<sup>112</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_003\_004 p. 35-37.

<sup>113</sup> TDE: Terror de Estado – mecanismo utilizado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional. Para aprofundar a questão, ver: PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexão a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (Orgs). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Deriva, 2014.

O órgão centralizador deste sistema foi o Serviço Nacional de Informações (SNI), que sistematizava as informações processadas pelos serviços secretos dos Ministérios militares e pelas Divisões de Segurança Interna (DSI) criadas no âmbito dos Ministérios civis e pelos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS). Com a consolidação do poder militar no país, essas agências foram ganhando mais autonomia, operando muitas vezes sem orientação do SNI, visando a objetivos próprios. Pio Penna Filho (2009) considera que a estrutura do sistema de informações era composta pelo SNI – visto como o cerne do serviço da inteligência brasileira – e por diversos órgãos setoriais que o auxiliavam, a saber:

o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), as diversas Divisões de Segurança Interna (DSI), as FA-2 (Segunda Seção do estado Maior das Forças Armadas – EMFA), os E-2 (Serviços Secretos do Exército), os M-2 (Serviços Secretos da Marinha), os A-2 (Serviços Secretos da Aeronáutica), as S-2 (Segundas Seções dos três Ministérios militares), os Departamentos de Ordem Política e Social (DEOPS), as P-2 (Serviço Secretos da Polícia Militar, os Serviços Secretos da Polícia Federal, e os CODIs-DOIs (Centros de Operações de Defesa Interna – Destacamentos de Operações Internas) (PENNA FILHO, 2009, p. 56).

Esses organismos atuavam na coleta de informações no plano interno, buscando descobrir e eliminar os focos de resistência à ditadura, por mais tênues que fossem. Paralelamente à atuação desses serviços, o regime militar brasileiro criou uma agência especializada para atuar no plano externo: o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), estrutura clandestina criada no âmbito do MRE para funcionar como serviço secreto voltado à busca encoberta de informações e interlocução com os serviços de inteligência estrangeiros<sup>114</sup>. No plano das informações, o objetivo da ditadura era, conforme explora Penna Filho

estar sempre um passo à frente daqueles que contestavam o regime, seja no país ou fora dele. A função maior do CIEEX era justamente essa: monitorar, vigiar e seguir os passos dos exilados brasileiros que ainda estavam na atividade política e não aceitavam a nova ordem, abastecendo a dita comunidade nacional de informações a par do que acontecia no exterior. Mas mesmo antes da criação do CIEEX, que só ocorreu em 1966, algumas embaixadas brasileiras já faziam o serviço de monitoramento dos exilados brasileiros (2009, p. 46).

Esse foi o caso da Embaixada brasileira em Montevidéu que, agindo com liberdade, observava a atuação dos asilados e dos setores democráticos uruguaios que eram solidários à causa dos brasileiros. Segundo informações presentes no relatório final da CNV (2014), a estação da CIA no Rio de Janeiro também colaborou no controle dos exilados no Uruguai, interferindo, inclusive, na designação de diplomatas para a Embaixada do Brasil em Montevidéu. Foi o caso de Manoel Pio Corrêa, nome indicado pela CIA e que, à frente da Embaixada na capital uruguaia articulou uma rede de informações entre políticos, militares,

<sup>114</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 976p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). p. 176.

juizes, delegados de polícia, comerciantes e fazendeiros para vigiar as atividades dos exilados, prioritariamente as de João Goulart e Leonel Brizola.

O núcleo mais próximo de Brizola foi também monitorado por agentes das Forças Armadas e Polícia Federal com apoio do Ministério das Relações Exteriores e colaboração dos países vizinhos. Brizola foi constantemente vigiado no exílio e a documentação do CIEX revela detalhes sobre o seu cotidiano, atividades políticas e opiniões, chegando ao ponto de identificar pessoas que freqüentavam seu apartamento, fornecendo, inclusive, o número das placas dos automóveis utilizados por esses indivíduos. Relatórios como esses permitiram, por exemplo, que fossem descobertas as conexões do político com Cuba e com outras articulações de esquerda da América do Sul. E se a vigilância já era grande, aumentou mais ainda após o envolvimento de Brizola na fracassada tentativa de insurreição em Caparaó. Dessa forma, ficou cada vez mais difícil para os exilados tramarem uma resistência à ditadura brasileira no Uruguai. Aqueles que optaram em dar prosseguimento à luta contra o regime discricionário sentiram a necessidade de migrar para outros países latino-americanos – sendo o Chile o principal destino pelas perspectivas que apresentava – uma vez que, com a deteriorização do regime democrático, o Uruguai deixou de ser atraente para aqueles que ainda se inclinavam à luta armada. Neste sentido, a Europa ocupou o lugar de predileção para aqueles que desistiram ou nunca se envolveram em movimentos armados e que não queriam permanecer num país que se encaminhava para uma ditadura. Brizola, por sua vez, continuou no Uruguai na tentativa de articular-se politicamente.

A primeira atividade política de Brizola após o advento de Caparaó faz referência a um possível envolvimento do político com a Frente Ampla de Oposição. Especula-se que em maio de 1967 José Gomes Talarico tenha viajado a Montevideu para estabelecer contatos com Brizola e Jango referente à adesão dos políticos ao movimento que estava sendo gestado no Brasil<sup>115</sup>. O dito movimento foi lançado em 28 de outubro de 1966 por meio de um manifesto dirigido ao povo brasileiro e publicado na íntegra no jornal *Tribuna da Imprensa* sob a responsabilidade de Carlos Lacerda. O documento tinha por objetivo fundamental lutar pela restauração do regime democrático no Brasil. Ironicamente, Lacerda havia sido um dos mais destacados líderes civis do golpe civil-militar de 1964, mas aos poucos foi sendo alijado do centro das decisões e passou a não concordar com as medidas econômicas e políticas tomadas pelo regime militar. O Ato Institucional Nº 2 que, entre outros itens, suprimiu as eleições

---

<sup>115</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_002\_006 p. 26.

diretas para presidente da República<sup>116</sup>, colocando um ponto final nas pretensões de Carlos Lacerda, aumentou as divergências entre o político e a ditadura. Dessa forma, restava ao ex-governador da Guanabara procurar outras formas de resistir ao governo que outrora apoiara e para tanto era preciso buscar apoio de outros nomes.

Dias após o lançamento do manifesto, Carlos Lacerda – acompanhado de Renato Archer – viajou para Portugal com a finalidade de encontrar Juscelino Kubitschek. Em 19 de novembro de 1966, os dois emitiram a *Declaração de Lisboa*, na qual afirmaram ter superado as divergências do passado e estarem dispostos a trabalhar juntos numa frente ampla de oposição ao regime militar. A segunda etapa da formação da frente consistia em obter o apoio de João Goulart. Entre janeiro e setembro de 1967, Doutel de Andrade, Wilson Fadul e José Gomes Talarico representaram Jango nas negociações com Lacerda. Entretanto, conforme coloca Ferreira,

Tratava-se de uma decisão difícil para Jango. Lacerda, para ele, era o inimigo histórico do trabalhismo, o coveiro da democracia brasileira, um homem sem escrúpulos, capaz de qualquer atitude, até a mais sórdida traição, visando a beneficiar-se politicamente. Dele, Goulart sofrera as piores calúnias. Para os trabalhistas, era o assassino de Vargas. [...] Jango tinha os piores conceitos sobre o político udenista; mas em matéria de dissimulação, Juscelino não ficava muito atrás. Incentivara a candidatura de Lott, mas largara-a no meio do caminho. Quando assumiu o poder, em 1961, Juscelino nada fez para ajudá-lo diante da grave crise econômica e financeira – crise que Goulart herdou dele. Também nada fez em sua defesa e da própria democracia quando a avalanche golpista avançou sobre o país em fins de março de 1964. Não protestou quando, sabendo que estava em território brasileiro, o Congresso declarou vago o cargo de presidente da República. Fingiu ser seu companheiro de luta, do PTB e da democracia brasileira, mas votou em Castelo Branco no Colégio Eleitoral (2011, p. 611).

Apesar dos conceitos negativos que tinha sobre os dois outros políticos, Goulart aceitou fazer parte da Frente Ampla. Em termos políticos, ele não tinha alternativas – e foi o que fez, mesmo com a oposição de Darcy Ribeiro e de Amaury Silva<sup>117</sup>. Jango e Lacerda assinaram então um acordo formal de cooperação que ficou conhecido como *Pacto de Montevideú*, no qual ambos afirmaram que estavam convencidos da necessidade inadiável de promover a democratização do país. Este documento, conforme Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 125) “constituiu o programa da Frente Ampla, que começou a adquirir características de um partido político de oposição de amplas bases”. Esse programa exigia a volta da democracia, a revogação de leis de controle, a realização de eleições livres e diretas, dentre outros pontos. Desse modo, para a ditadura militar, a Frente acabou constituindo-se

---

<sup>116</sup> ATO INSTITUCIONAL Nº 2, DE 27 DE OUTUBRO DE 1965. Art. 9º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal.

<sup>117</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_002\_010 p. 54.

numa aliança perigosa ao aglutinar líderes políticos que representavam setores expressivos dos três principais partidos políticos brasileiros: o PTB, o PSD e a UDN (FERREIRA, 2011).

Apesar da tentativa por parte de Carlos Lacerda de aproximação, Leonel Brizola acabou rechaçando qualquer possibilidade de encontro. A posição assumida inicialmente pelo ex-governador gaúcho foi a de não ingressar na Frente, tampouco opor-se a ela<sup>118</sup>. No entanto, quando João Goulart acordou sua participação, Brizola e os trabalhistas que seguiam a sua orientação passaram a criticar tanto o ex-presidente quanto o movimento, pois eram contrários a qualquer tipo de entendimento com Lacerda. Leonel Brizola inclusive acabou divulgando uma nota na qual dizia: “Não me surpreendo que Goulart se entenda com Lacerda” porque “foi por essa mesma falta de fidelidade a seus princípios que Goulart acabou sendo deposto”<sup>119</sup>. José Manuel Quijano, em artigo para *Marcha*, falou que o acordo com Lacerda foi o mesmo que um pacto com o diabo. Carlos Lacerda “derribó gobiernos constitucionales manejando con gran habilidad y en el momento oportuno, el insulto personal y la calumnia. Y sin embargo ahí está, joven, rozagante, superando con su simpatía el cinismo de su mirada” (QUIJANO, 1967, p. 8). Para Brizola, havia total incompatibilidade entre os ideais trabalhistas e o ex-governador da Guanabara que, embora desgastado politicamente, despertava muitas suspeitas nas oposições. Conforme coloca Quijano,

¿Cree Lacerda que su acercamiento con Goulart puede hacer olvidar sus campañas contra Vargas y contra el propio Goulart? ¿Las masas populares traicionadas ayer, quizá traicionadas mañana, confiarán en el versátil conductor que ahora se ofrece como el salvador? (1967, p. 9).

Neste contexto, a atividade desenvolvida por Brizola torna lícita a presunção de que o esquema atual do ex-governador gaúcho fosse o de “aproveitar a brecha criada pela Frente Ampla na estrutura político-partidária atual do país para fazer renascer sua possibilidade como líder “autêntico” de uma oposição nacional-populista intransigente<sup>120</sup>”. Daí o fato de desconsiderar sua primeira posição de não opor-se à Frente.

Para Frente Ampla, a estratégia de ação mais imediata adotada foi a de investir no MDB e derrotar a ditadura no voto, mas não foi descartada uma aproximação com o movimento estudantil e trabalhista, o que originou uma série de comícios. Na análise de Jorge Ferreira,

Embora tenham sido os primeiros comícios oposicionistas desde o golpe militar, foram poucos, se considerarmos a importância dos três líderes políticos. Tudo indica que a Frente atuou como órgão de cúpula, sem conseguir mobilizar as bases. As dificuldades são compreensíveis se avaliarmos que bases eram essas. Afinal,

<sup>118</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_002\_010 p. 34.

<sup>119</sup> Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 26/9/1967, 1ª página. Apud FERREIRA, 2011, p. 615-616.

<sup>120</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_003\_004 p. 35-37.

janguistas alimentavam ressentimentos e grandes desconfianças em relação aos lacerdistas, além de mágoas dos juscelinistas. Os lacerdistas passaram anos insultando janguistas e juscelinistas de corruptos. Como, agora, esquecer as diferenças? A união soava estranha. Em vez de unir, a Frente punha a divisão à mostra (2011, p. 616).

Com todos os ingredientes para ruir por conta própria, a Frente Ampla acabou tendo o seu fim decretado no dia 5 de dezembro de 1968 pelo regime militar. A Portaria 177 do Ministério da Justiça, publicada no Diário Oficial da União, proibiu qualquer atividade política da Frente, nos seguintes termos:

O Ministro de Estado da Justiça:

Considerando que a Revolução Democrática de 31 de março de 1964, no interesse da paz e da honra nacional, assim como para preservá-la e consolidá-la, suspendeu os direitos políticos de determinados cidadãos, com fundamento no Art. 10, do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964 [...]

Considerando que sua suspensão de direitos políticos acarreta, entre outras restrições, a proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política [...]

Considerando que a infração àquela proibição (item III, do Art. 16, do Ato Institucional nº 2, constitui crime [...] cuja pena é a detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano [...]

Considerando que o movimento de ação política que se intitulou de “Frente Ampla”, oriundo dos chamados pactos de Lisboa e Montevideu, congrega, pública e notoriamente, pessoas que tiveram suspensos os seus direitos políticos;

Considerando que o referido Movimento vem empregando, em linguagem inequívoca de agressão e provocação à autoridade legitimamente constituída, a subversão da ordem do Estado, precipuamente, a mudança do regime, a desagregação das Forças Armadas, o antagonismo entre as classes armadas e os civis, a desmoralização das autoridades, quer na pessoa do Senhor Presidente da República quer nas de seus Ministros de Estado, quer, ainda, de pessoas investidas de autoridades, praticando atos qualificados como crime pela Lei de Segurança Nacional [...]

Considerando que a denominada “Frente Ampla” não atende, em sua organização, às exigências da Lei para funcionar como partido político, nem mesmo possui personalidade jurídica, tratando-se, ao revés, de uma agremiação de fins espúrios, com o único objetivo de pretender obstar a continuidade da obra revolucionária, destruindo o que a Revolução já construiu e continuará a construir, assim como de reinstalar na vida pública elementos banidos pela Revolução, resolve:

I – Proibir, em todo território nacional, manifestações, reuniões, comícios, desfiles, passeatas ou exercício de quaisquer atividades de natureza política pela chamada “Frente Ampla”<sup>121</sup>.

Somado ao surgimento da Frente Ampla, encontrava-se também a reorganização do movimento sindical e uma maior atuação do movimento estudantil. Dessa forma, a portaria que pôs fim ao movimento liderado por Lacerda despertou nos meios políticos a convicção de que se iniciara uma nova fase de endurecimento do regime, claramente demarcada com a promulgação do Ato Institucional Nº 5 dias depois.

Em meio às demandas que envolviam a Frente Ampla, Brizola estava imerso em questões relativas ao seu confinamento no balneário de Atlântida, como é possível perceber

<sup>121</sup> Diário Oficial da União, Seção 1 – Parte 1, 5 de abril de 1968.

na correspondência de número 943, enviada por Brizola ao Ministro das Relações Exteriores, Doctor Don Hector Luisi, do dia de 10 de janeiro de 1968. No referido documento, o ex-governador informou que havia sido citado pelo Ministro do Interior, Dr. Leonardo Vertiz, para que se manifestasse sobre a forma pela qual vinha cumprido a resolução de 4 de fevereiro de 1965, que dispunha sobre sua internação. Brizola expressou então que havia ajustado sua conduta às instruções que lhe foram impostas, seguido da seguinte colocação:

Como a partir del 1º de Marzo de 1967, la materia relativa al asilo y refugio políticos pasó a depender del Ministerio de Relaciones Exteriores, desearía saber – mientras espero resolución favorable para mi solicitud, ya formulada, del levantamiento de mi internación – si el status que fijan las referidas instrucciones há sido o no modificado por este Ministerio y de acuerdo como tenga a bien decidir el señor Ministro, se efectue la comunicación pertinente al Ministerio del Interior<sup>122</sup>.

A resposta veio no documento nº 682133, a saber:

Montevideo, 15 de enero de 1968,

Señor Ministro:

El dictaminante tiene entendido que el Ministerio de Relaciones Exteriores, desde que por el decreto de 1º de marzo de 1967, es competente para entender en la materia relativa al asilo y refugio político, no ha modificado el régimen de internación que se estableciera respecto al señor Ing. Leonel Brizola.

[assina Baltazar Brum, *asesor letrado*]

#### MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES

Montevideo, enero 18 de 1968.

Vuelva a la Asesoría Letrada que servirá notificar al interesado, de acuerdo con los términos de su precedente informe y dar noticias de estas actuaciones al Ministerio del Interior.

[assina pelo Ministro o Embaixador Carlos A. Masanês]<sup>123</sup>.

Percebe-se que a participação de Brizola em Caparaó – e posterior condenação – não interferiu na maneira como o Uruguai via o ex-governador gaúcho. Se Brizola não conseguiu a anulação do seu confinamento, também não teve sanções por parte do governo uruguaio por articular a guerrilha. O documento que contém a análise do pedido de Brizola aponta, inclusive, que não havia razões para submetê-lo a uma vigilância tão forte quanto a que denunciava, nem para manter seu confinamento dentro de limites tão reduzidos. Para sustentar a afirmação, foram utilizados os seguintes argumentos:

Por lo demás, el artículo 9º de la Convención sobre Asilo Territorial de Caracas – de la que forman parte tanto Uruguay como Brasil – prevé la internación únicamente respecto de aquellos “refugiados o asilados políticos que fueren notoriamente

<sup>122</sup> *Archivo Administrativo del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay*. Correspondência nº 943. Montevideo, 10 de enero de 1968.

<sup>123</sup> *Archivo Administrativo del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay*. Correspondência nº 682133. Montevideo, 18 de enero de 1968.

dirigentes de um movimento subversivo, así como de aquellos de quienes haya pruebas de que se disponen a incorporar-se a él". Pues bien, tanto una quanto otra hipótesis, presuponen la existencia actual, presente, de um movimiento subversivo y, que se sepa, tal no sucede no Brasil que, como se dijo, parece estar alcanzando un grado avanzado de pacificación<sup>124</sup>.

O documento ainda recomendava uma modificação na resolução de 4 de fevereiro de 1965 em dois sentidos: que a zona de internação deveria se dar por departamento em vez de cidade e que fosse permitido ao ex-governador ter livre acesso à capital uruguaia. Como visto, as sugestões não foram aceitas e o confinamento do político continuou restrito ao balneário de Atlântida. Quanto ao livre acesso de Brizola a Montevidéu, seria apenas uma mera formalização do que já ocorria de fato.

O confinamento de Brizola, entretanto, só foi suspenso com a autorização do governo brasileiro em abril de 1971. A comunicação foi efetivada pela Embaixada do Brasil ao senhor Juan Carlos Blanco, Ministro Interino das Relações Exteriores do Uruguai:

Tenho a honra de referir-me à Nota nº 332, de 30 de novembro de 1964, a fim de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo (*sic*) da República Federativa do Brasil julga, por sua parte, já poder dispensar o internamento político do Senhor Leonel de Moura Brizola, em território uruguaio<sup>125</sup>.

Somente um mês após receber esta correspondência o governo uruguaio manifestou-se acerca do assunto:

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES

Montevideo, 11 de mayo de 1971

VISTO: estos antecedentes relativos a la situación del señor LEONEL DE MOURA BRIZOLA:

RESULTANDO: 1) que por Resolución del Consejo Nacional de Gobierno de fecha 4 de febrero de 1965 se dispuso la internación de dicho asilo territorial;

2) que la Embajada de Brasil, por nota nº 70 de fecha de 13 de abril de 1971, solicita se deje sin efecto la mencionada internación;

ATENTO: a lo informado por la Asesoría Letrada del Ministerio de Relaciones Exteriores;

EL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA

R E S U E L V E:

PRIMERO: Déjase sin efecto lo dispuesto por Resolución del Consejo Nacional de Gobierno de fecha de 4 de febrero de 1965.

SEGUNDO: Comuníquese, etc.

(Fdo.): PACHECO ARECO

JOSÉ A. MORA OTERO<sup>126</sup>

Verifica-se, assim, que Brizola foi confinado e teve seu confinamento suspenso de acordo com a vontade do governo brasileiro, que em determinado momento pressionou o Uruguai para que o ex-governador tivesse seus movimentos restringidos e em outro solicitou

<sup>124</sup> *Archivo Administrativo del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay*. Correspondência nº 731854. Montevideo, 18 de enero de 1968.

<sup>125</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_DFANBSB\_Z4\_REX\_APD\_0122 p. 34.

<sup>126</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_DFANBSB\_Z4\_REX\_APD\_0122 p. 10.

que fosse dispensado o seu internamento político. Embora esse pedido tenha sido feito no período em que a ditadura ficou conhecida na historiografia brasileira como os “anos de chumbo”, caracterizado “pelo uso constante de técnicas repressivas, que tornou práticas como a censura, o sequestro, a tortura e o assassinato político comuns (apesar de se manter o simulacro de democracia)” (FERNANDES, 2009, p.132), percebe-se um retraimento na política de controle em relação a Brizola – e somente a ele. Um dos motivos a ser considerado pode ser o fato de o ex-governador estar afastado, desde a derrota de Caparaó, de qualquer envolvimento com atividades guerrilheiras. Documentos do CIEX de 1968 já apontavam a negativa de Brizola em participar de qualquer movimento que não fosse de ordem política:

1. Em 2/AGO/68 chegaram a Montevideú, procedentes do Departamento de Rivera, os elementos brasileiros BENO ORLANDO BURMAN e PAULO MELLO com a finalidade de entrevistar-se com o asilado Leonel Brizola.
2. Em 3/AGO/68 teriam estabelecido contato com BRIZOLA, no qual PAULO MELLO teria exposto um plano de agitação a ser desencadeado no sul do Brasil sob o comando do PCdoB. BRIZOLA, por seu turno, teria dito aos marginados “que não queria mais saber de revolução e que, no momento, estaria dedicado somente ao plano político”<sup>127</sup>.

Sobre o referido plano, as atividades de Brizola resumiam-se a encontros para discussões políticas, como o ocorrido em outubro de 1968 entre o político e um grupo de estudantes de Pelotas que estava em excursão no Uruguai; ou a reunião de Brizola com Mozart Rocha, deputado federal pelo Rio Grande do Sul, em novembro do mesmo ano<sup>128</sup>. Não consta na documentação do CIEX nenhuma ação de Brizola que não fosse semelhante às acima descritas; e somente a partir de 1969 iniciaram os registros da aproximação de Brizola com políticos do MDB<sup>129</sup> – atividade na qual o ex-governador se dedicou até sua expulsão do país.

Outros fatores também podem ter sido levados em conta pela ditadura. O fato de que o confinamento não restringia realmente os movimentos de Brizola pode ter sido um deles. O outro pode ter sido a suspensão do pagamento das despesas de alojamento e subsistência de Leonel Brizola, pagas pela ditadura. O último pagamento efetuado pela Embaixada do Brasil ao Ministério das Relações Exteriores do Uruguai data de 30 de agosto de 1971 e refere-se às despesas dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e onze dias do mês de maio do referido ano<sup>130</sup>. Salienta-se, contudo, que a vigilância sobre o político não diminuiu com o fim do confinamento.

<sup>127</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_003\_009 p. 72.

<sup>128</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_003\_011 p. 33.

<sup>129</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_004\_007 p. 25.

<sup>130</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_DFANBSB\_Z4\_REX\_APD\_0122 p. 7.

Enquanto Brizola mudava sua linha de atuação, verificava-se o estreitamento das relações repressivas entre as autoridades policiais uruguaias e brasileiras. Uma das medidas colaboracionistas entre os dois países foi uma maior supervisão dos exilados brasileiros no Uruguai a pedido do Brasil, com a finalidade de expulsá-los ao menor sinal de violação da norma do direito de asilo. Além disso, o Uruguai passou a negar asilos diplomáticos para os brasileiros perseguidos pela ditadura, entregando-os, sempre que possível, às forças policiais brasileiras, conforme relata Flávio Tavares:

Como as demais, a Embaixada do Uruguai ainda funcionava no Rio (não em Brasília) e, mesmo já restringindo a concessão de asilo, quando alguém se julgava perseguido era lá que ia bater. Se não houvesse consulta ou acordo prévio, porém, dificilmente o embaixador aceitava agora receber alguém como exilado. Às vezes, até chamava a polícia, como ocorreu com o cabo Arraes, que deu fuga a dois presos políticos do Forte de São João, no meio da baía de Guanabara, e entrou nos jardins da embaixada, no Catete, acreditando que lá o protegeriam, e saiu pelo portão algemado pela polícia (2012, p. 51-52).

Durante a administração de Pacheco Areco, os brasileiros que adentraram no Uruguai não receberam o estatuto de asilados políticos. O semanário *Marcha*, na sua edição de 28 de novembro de 1969, publicou um artigo assinado por Alfonso Correa, sob o título *Uruguay-Brasil: el fin de las fronteras policiales*, também denunciava essa situação. A reportagem mencionava nomes de doze brasileiros que haviam pedido asilo, mas que continuavam com a solicitação pendente de decisão judicial. Todas as pessoas citadas iam periodicamente ao Ministério das Relações Exteriores, no entanto

una respuesta invariablemente medida y lacónica les ha sido dada: “No hay novedades. Vengan dentro de 15 días”, Un funcionario aventuró un día salir de la fórmula: “Parece que van a suspender el asilo para los terroristas...” (CORREA, 1969, p.15).

Enquanto os brasileiros que chegaram ao Uruguai logo após o golpe de 1964 conseguiram o asilo com uma demora de poucos dias, todos os demais que entraram no país principalmente após a promulgação do AI-5 no Brasil mantiveram-se apenas na expectativa da concessão. A situação para os exilados políticos realmente não era favorável. O artigo segue denunciando a atuação das autoridades policiais uruguaias no trato dessa mais recente leva de refugiados brasileiros, como nos seguintes casos:

*Wilson Barbosa do Nascimento*, profesor de historia, vino de paso al Uruguay para viajar a un país socialista, en uso de una beca. Dos personas que dijeron ser abogados de su familia preguntaron por él. A los pocos días se supo que Barbosa do Nascimento había vuelto a su tierra. No se habló más de su viaje. *Miranda Jordão*, uno periodista de “Folha de São Paulo” llegó temprano en la mañana a un hotel y se comunicó con un asilado. Éste em seguida fue a verlo. Jordão había salido acompañado por una chica. A los cinco días, aparecía detenido en Porto Alegre. [...] El problema de *Caio Venancio Martins* fue má engorroso. Cuando notó que sus compañeros de la Facultad de Derecho de San Pablo iban desapareciendo aceleradamente se decidió a irse de su estado. Lo protegió la relativa falta de

coordinación que aún existe entre un estado y otro del gigantesco país. Siempre con la meta puesta en la frontera uruguaya, fue pagando su viaje, mientras trabajaba por el camino. A los seis meses llegó a Santa Ana de Livramento. Se sintió perseguido, dejó sus valijas en un hotel y atravesó la frontera. Llegó hasta Montevideo y como no conocía nadie se echó a caminar hasta que halló la embajada mexicana. Allí pidió asilo, pero se lo negaron argumentando que debía solicitarlo en el propio Uruguay “*para no crear problemas de competência*”. En jefatura, donde le recomendaron ir, fue tratado amablemente u firmó una solicitud de asilo. Al otro día, con el pretexto de unas declaraciones suyas en un matutino los trasladaron al CGIOR. Para vigilar su seguridad personal, explicación que se le dio, está internado allí desde el 11 de noviembre (CORREA, 1969, p. 15).

Esses acontecimentos exemplificam o quanto o cerco estava se fechando em torno dos exilados. Esse também pode ter sido um dos motivos que levou Brizola a optar por outra forma de ação, uma vez que os asilados também estavam sendo bastante vigiados e qualquer deslize poderia significar um retono ao Brasil diretamente nas mãos das autoridades policiais.

Retomando a questão das atividades de Brizola, o primeiro contato do ex-governador com um grupo de políticos do Rio Grande do Sul data de junho de 1969. O grupo, liderado por Wilson Vargas, reuniu-se com ex-governador durante dois dias no seu apartamento, na Plaza Independencia, em Montevideú. Há indícios de que a reunião teria girado em torno da reorganização dos diretórios do MDB no sul do Brasil<sup>131</sup>. Brizola voltara a fazer o que melhor sabia: política.

A liderança tanto de Leonel Brizola quanto de João Goulart ainda era reconhecida por políticos latino-americanos mesmo anos após o golpe de 1964. Especula-se que, em 1970, o presidente eleito no Chile, Salvador Allende, teria enviado carta pessoal para João Goulart em Montevideú, sendo Plínio Sampaio o portador da missiva. Na correspondência, Allende comunicava a Goulart que o Chile seria, a partir de então, um país amigo da libertação do Brasil. Allende então o convidava para que fosse residir no país, onde não haveria nenhuma limitação para as suas atividades políticas. Idêntico convite teria sido feito a Brizola<sup>132</sup>. Dois anos mais tarde, quando Miguel Arraes reuniu-se com o presidente chileno, Allende reiterou a ele o convite para que Brizola fosse residir no Chile. Na ocasião, Arraes falou da necessidade de se desencadear no Brasil um novo processo contra a ditadura com a ajuda de políticos revolucionários, entre os quais Leonel Brizola, o qual era visto pelo ex-governador de Pernambuco como possível liderança<sup>133</sup>. Novamente o convite de Allende para que Brizola pudesse ter maior liberdade de ação. E novamente a negativa de Brizola em sair do Uruguai. Percebe-se que o apego de Brizola e Jango não era ao Uruguai, era ao Brasil. Não queriam

<sup>131</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_004\_007 p. 25.

<sup>132</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_005\_009 p. 44.

<sup>133</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_008\_005 p. 46.

sair de perto de suas fronteiras, por mais difícil que a vida houvesse se tornado no país vizinho. O Chile poderia ser mais livre, mas também era mais distante.

Enquanto isso, não era possível ignorar as alterações políticas pelas quais a América Latina estava passando. O processo político uruguaio, que havia entrado em franca deterioração a partir de 1968, se acelerou no biênio 1972-1973. Conforme coloca Enrique Padrós,

A ineficiência do novo governo (Bordaberry) em responder às demandas há tanto tempo deprimidas, associou-se à insistência com uma política econômica que inviabilizou qualquer expectativa de mudança de rumo a curto prazo e às dramáticas opções políticas realizadas. A democracia sofreu, entre março de 1972 e junho de 1973, sua decomposição terminal, em um processo que alguns autores denominam de “golpe de Estado em câmara lenta”. No plano regional, a lenta agonia do sistema político uruguaio teve paralelo na conturbada experiência da Unidade Popular chilena, sinal de que a rede tecida pela Doutrina de Segurança Nacional se espalhava pelo Cone Sul (2005, p. 336-337).

Em junho de 1973 iniciou-se o período da ditadura civil-militar uruguaia. Uma das peculiaridades por ela apresentada era o fato de ter sido promovida pelo próprio presidente eleito, Juan María Bordaberry. Ainda de acordo com Padrós,

A visibilidade da presença de civis no comando do Poder Executivo não esconde a presença militar existente desde o início do novo regime. A interrupção democrática foi a conclusão de uma escalada autoritária que resultava da decomposição de um sistema político que não encontrava soluções para a pressão por mudanças reivindicadas pelos setores populares. Tais reivindicações esgotaram a capacidade política do governo de criar subterfúgios que permitissem, através de algumas concessões, disciplinar e reverter a contestação social. O novo regime estava marcado pelo forte protagonismo das Forças Armadas, catapultadas a um papel inédito desde a administração de Pacheco Areco, e pela complexificação do sistema repressivo. As práticas de Terror de Estado (TDE) manifestadas na gestão anterior, de forma ainda limitada, tornavam-se, a partir desse momento, política de Estado, sendo ampliadas e potencializadas de tal forma que se tornavam característica fundamental da ditadura de Segurança Nacional (SN) uruguaia (2005, p. 376).

Após a instalação da ditadura, a situação dos exilados brasileiros tornou-se difícil. Jorge Ferreira (2011) aponta que o Serviço nacional de Informação (SNI) monitorava os passos dos brasileiros no Uruguai como se fossem donos daquele país. Em qualquer festa, casamento e até mesmo batizado havia pessoal do SNI infiltrado. As pressões da embaixada brasileira eram brutais e havia diversos relatos sobre o papel deplorável dos diplomatas brasileiros no exterior diante das questões dos exilados. A situação tornou-se tão angustiante para os exilados com a indiferença da embaixada brasileira que Brizola, de acordo com Ferreira

organizou uma “fábrica” de passaportes, mas tão bem feitos que as polícias de diversos países não conseguiam perceber a falsificação. A “fábrica” também se dedicou a produzir carteiras de identidade. Com suas bases no Rio Grande do Sul, muitas pessoas “emprestavam” sua certidão de nascimento. Na capital do estado, Porto Alegre, um famoso advogado visitava um amigo, delegado de polícia, e, nos

poucos momentos em que ficava sozinho, furtava dezenas de formulários e “espelhos” para a fabricação de carteiras de identidade (2011, p. 630).

No início de 1973, parte expressiva dos exilados que estavam no Uruguai já havia ido para o Chile, restando poucas pessoas que ainda necessitavam de auxílio da AEBU. A orientação de Brizola e Jango era oferecer recursos a estes indivíduos para que seguissem viagem até o país de Allende, onde teriam maior cobertura da Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade<sup>134</sup>. A criação da referida associação, apoiada por organizações internacionais, como o Conselho Mundial de Igrejas, contribuiu para atrair os exilados brasileiros, pois permitiu o surgimento de perspectivas de melhor nível de vida e possibilidade de concentração das ações a se realizarem no país justamente no momento em que o Uruguai havia deixado de ser polo de atração para os exilados devido a sua situação política e à condição de ilegalidade em que se encontravam os partidos e as organizações de esquerda. O estímulo dado para que esses indivíduos fossem para o Chile fazia parte de uma política de descompressão local. Essa política, considerada antirrevolucionária pelos subversivos mais exaltados, foi posta em prática por Neiva Moreira, Paulo Schilling, Luiz Cláudio Braga e Ivo Magalhães, homens de confiança de Jango e Brizola<sup>135</sup>. O Uruguai passou então a exercer um importante papel no trânsito de indivíduos entre Chile e Brasil, servindo de ponte entre os dois países.

Neste contexto, Brizola ainda recebia visita de políticos do MDB e correligionários do antigo PTB na intenção de participar ativamente da evolução do processo político brasileiro. Levando-se em consideração a análise da documentação do CIEX, é possível formular um pequeno roteiro das atividades do ex-governador a partir de 1974. Na primeira quinzena de agosto do referido ano, consta reuniões entre o ex-governador e um grupo de deputados do MDB em Durazno, onde foi discutida a situação política da oposição no Rio Grande do Sul. Leonel Brizola havia aproveitado a oportunidade para redigir um documento com instruções sobre o comportamento político a ser seguido. Consta também no mesmo informe que o contato permanente de Brizola no Brasil era o deputado Brossard – que remetia frequentemente ao ex-governador informações sobre a política brasileira –, e o grupo do industrial Fernando Gasparian<sup>136</sup>.

Nos primeiros dias de setembro de 1974, Brizola reuniu-se novamente com deputados do MDB em Rivera, oportunidade na qual foi discutido o problema sucessório no

---

<sup>134</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_010\_002 p. 40.

<sup>135</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_013\_004 p. 117-119.

<sup>136</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_013\_004 p. 1.

Rio Grande do Sul<sup>137</sup>. Já na primeira semana de outubro, Sereno Chaise, ex-prefeito de Porto Alegre, foi a Montevideu encontrar-se com Brizola, levando consigo informes políticos sobre o Brasil nos quais constavam gravações de discursos de Brossard e de outros políticos denominados “autênticos” do MDB, que citavam diversas vezes o seu nome<sup>138</sup>. Observa-se que Brizola funcionava como orientador do dito grupo. Em 3 de novembro de 1974, chegou em Montevideu um emissário de Leonel Brizola, portador de um extenso relatório sobre o panorama eleitoral brasileiro, principalmente no Rio Grande do Sul, elaborado por Brossard. O emissário, que não teve o nome identificado pelo CIEX, levou também gravações de comícios do MDB realizados na Guanabara e em Porto Alegre. Neste encontro, teria sido combinada a realização de uma reunião com vários candidatos gaúchos em Montevideu ou em Durazno. Após as eleições, que seria em 15 de novembro, haveria outra reunião na qual se procederia a uma melhor análise da situação brasileira<sup>139</sup>.

Seguindo com sua agenda no campo político, Brizola recebeu em Durazno a visita de Sereno Chaise em 19 de novembro. Sereno era portador de uma carta de Aldo Fagundes, político que acabara de se eleger no último pleito. O documento participava Brizola de que daquele momento em diante havia condições para uma coesão entre os autênticos do MDB, movimento que Brizola catalogava como a ala esquerdista do partido. Na oportunidade, Sereno Chaise declarou que um grupo de deputados brasileiros deveria deslocar-se ao Uruguai, possivelmente em janeiro, com vistas de manter contatos políticos com Brizola sobre a futura atuação do MDB no Rio Grande do Sul. Foi ainda confirmado o deslocamento de Pedro Simon, do MDB gaúcho, com a finalidade de desenvolver contatos pessoais com o ex-governador. Antes, porém, Simon, faria um levantamento das diferentes posições dos novos elementos do MDB a fim de permitir um maior entrosamento de Brizola com a oposição sulina<sup>140</sup>.

Em 30 de novembro, chegaram a Montevideu Nei Brito, ex-chefe da casa civil de Brizola no Rio Grande do Sul, e o advogado Adjail de Melo. Foram efetuadas duas reuniões com Brizola em que se procedeu a análise do quadro político brasileiro após o resultado das eleições de novembro último. Nesta oportunidade, Brizola foi informado que o MDB iria, em momento oportuno, desenvolver uma pregação em favor da anistia no país, e que estava sendo discutida a forma de se realizar uma mobilização popular em torno da campanha. Brizola aconselhou-os a não permitir que se rompesse o elo entre o partido e o povo, como ocorreu

---

<sup>137</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_013\_004 p. 59.

<sup>138</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_013\_004 p. 130.

<sup>139</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_013\_004 p. 184.

<sup>140</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_013\_005 p. 74.

com a Frente Ampla, que por ser mero instrumento de entendimentos políticos entre os chefes dos partidos daquela época, tornou-se tão vulnerável a ponto de ter sido liquidada pelo Governo sem dificuldades<sup>141</sup>. Esses políticos também lembraram a Brizola que ele tinha responsabilidades no processo político brasileiro e que não podia omitir-se quanto a assumir uma atitude em relação à anistia. Segundo o ponto de vista de alguns setores do MDB gaúcho, caberia a Brizola uma importante missão: “empreender uma pregação cívica pelos países do Terceiro Mundo e Estados Unidos para sensibilizar a opinião pública mundial quanto ao problema da anistia no Brasil”<sup>142</sup>. Esses setores ainda acreditavam que a campanha em prol da anistia deveria ser desenvolvida simultaneamente no Brasil, com a criação de Comitês Pró-Anistia e restabelecimento dos direitos democráticos, e no exterior, onde a campanha evitaria que o governo adotasse uma atitude repressiva com a finalidade de preservar sua imagem internacional<sup>143</sup>. Contudo, Brizola mostrou-se reticente em aceitar a incumbência. Embora nunca deixasse de conspirar contra a ditadura, o ex-governador dava sinais claros de que não queria, nem mesmo agindo no plano político, tomar uma atitude intempestiva de sair do Uruguai numa pregação pelo Terceiro Mundo.

Percebe-se dessa forma que o prestígio político de Brizola não havia sido totalmente apagado mesmo com o despontar de novas lideranças na década de 70 e a entrada em cena de novas organizações de esquerda. Em 1975, segue a aproximação de Brizola com a luta pela anistia, desta vez proporcionada pelo MFPA – Movimento Feminino pela Anistia<sup>144</sup>. O MFPA abarcava mulheres que tinham relações familiares muito próximas com Brizola e Jango, o que demonstra que “o propósito de unir e de pacificar a família brasileira, que aparece com frequência nos escritos do Movimento não era apenas elemento de retórica. Eram familiares de exilados que lutavam para que sua própria família pudesse se recompor” (RODEGHERO, 2011, p. 2). O retorno de Brizola e Jango foi uma das demandas mais fortes do movimento pela anistia, baseado prioritariamente na volta dos exilados. Como bem coloca Rodeghero,

o debate sobre a situação dos presos políticos, dos funcionários civis e militares expurgados e, ainda, a averiguação dos casos de mortos e desaparecidos só apareceriam um pouco mais tarde nas campanhas pela anistia, especialmente após a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia, os CBAs, em 1978 (2011, p. 3).

Mesmo após o movimento pela anistia abarcar outras demandas, a imprensa continuou associando a anistia com a volta dos exilados numa tentativa clara de reforçar uma bandeira

---

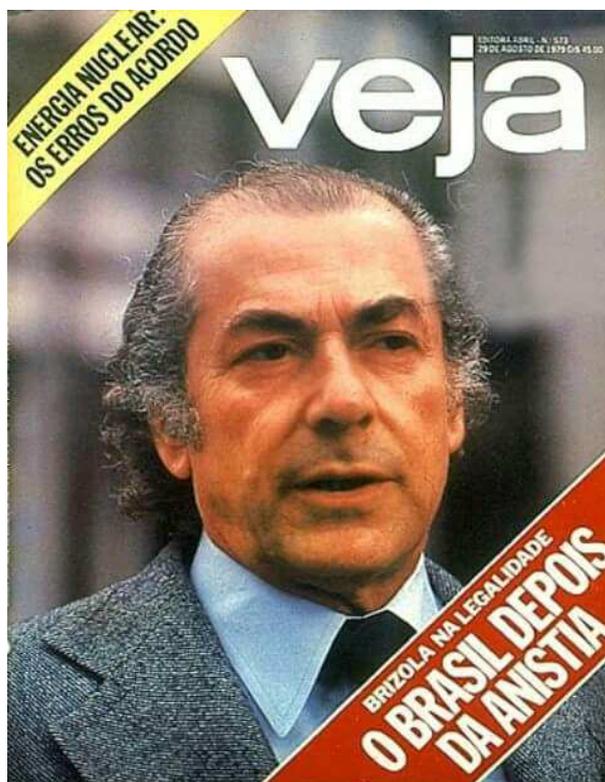
<sup>141</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_013\_005 p. 77-78.

<sup>142</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_014\_002 p. 80.

<sup>143</sup> Arquivo Nacional. Acervos Regime Militar. CIEX/MRE, BR\_AN\_BSB\_IE\_014\_002 p. 80.

<sup>144</sup> Movimento de nível nacional, criado a partir do pronunciamento feito por Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, um pouco antes da Páscoa de 1975, pedindo anistia generosa para os presos políticos (RODEGHERO, 2011, p. 1).

de luta e silenciar as demais. A imprensa fazia referência à volta especialmente de um exilado: Leonel Brizola, como é possível verificar na edição da revista *Veja* de 29 de agosto de 1979, que trazia estampada na sua capa a foto do ex-governador do Rio Grande do Sul, reforçando, assim, a associação entre a aprovação da anistia e o retorno do político:



Acervo Digital Veja – [veja.com.br/acervodigital/home.aspx](http://veja.com.br/acervodigital/home.aspx).

Contudo, para chegar a esse momento de retorno legal ao Brasil, Brizola ainda teve que percorrer um longo caminho no exílio, construindo, inclusive, outros exílios. O que agora segue é um esforço de verificar como foram os últimos anos do ex-governador fora do Brasil, particularmente no Uruguai.

### **3.3 Novos horizontes (forçados) do exílio**

Os últimos anos de Leonel Brizola no exílio foram marcados por acontecimentos que o fizeram buscar outros caminhos, novos horizontes. O seu exílio sempre foi cercado de peculiaridades jamais vistas em outros exílios decorrentes das ditaduras militares do Cone Sul da América Latina. O início do asilo político de Brizola foi marcado pelo seu confinamento em Atlântida no ano de 1965, local onde ficou até 1971. Posteriormente, fixou residência na Rambla Armênia, em Montevideú, e numa fazenda em Villa Carmem, no departamento de

Durazno, dedicando-se à criação de ovelhas e à agricultura. Foi um período de calma nas atividades políticas desenvolvidas por Brizola. Todavia, foi neste momento que a ditadura uruguaia, pressionada pela ditadura brasileira, resolveu expulsar Brizola do país, acrescentando mais dramaticidade ao exílio do político.

Antes, porém, de comentar a atitude do governo uruguaio, faz-se necessário registrar um importante momento do exílio de Brizola, ocorrido em 1976: a sua reaproximação com João Goulart após 11 anos de rompimento por divergências políticas. O encontro teria acontecido quando Jango, já exilado na Argentina, foi a Montevideu e aproveitou para visitar a irmã e o cunhado. Os dois líderes trabalhistas conversaram sozinhos por mais de duas horas. No fundo, apesar das divergências, eles sempre se estimaram. Jango, na oportunidade, contou ao cunhado que não confiava no MDB para abreviar os seus dias de exílio. O ex-presidente achava que, “se dependesse da vontade dos líderes do partido, criado pelo regime militar, ele e Brizola, principalmente, morreriam no exílio, e políticos ligados ao MDB estariam à vontade para fazer discursos laudatórios nos seus enterros” (BRAGA, 2004, p. 101). Entre outros assuntos, falaram também sobre as ameaças que sofriam – os dois haviam sido avisados por Miguel Arraes dos perigos que corriam, inclusive da possibilidade de atentados, com o início dos trabalhos da Operação Condor<sup>145</sup>. Brizola, no entanto, não havia dado

---

<sup>145</sup> “Articulados entre si, os esquemas de segurança do Brasil, do Uruguai, da Argentina, do Paraguai, da Bolívia e do Chile, coordenados por grupos de extrema direita, deram início à Operação Condor. Versões mais seguras garantem que os generais chilenos responsáveis pelo serviço secreto do país, a Dina, propuseram o acordo aos outros países, com o aval do governo dos Estados Unidos. Em 29 de outubro de 1975, ocorreu a primeira reunião de trabalho, convocada pelo coronel chileno Manoel Contreras. Inicialmente, ficou estabelecido que os diversos serviços de segurança associados formariam um banco de dados e um arquivo centralizado com fichas dos suspeitos. Desse modo, informações sob opositores, exilados e grupos esquerdistas seriam trocadas. A repatriação de um exilado de um país para outro não seguiria os caminhos da Justiça e da diplomacia, mas ocorreria de maneira clandestina. A fase seguinte da Operação implicaria sequestros, atentados e assassinatos. As forças de segurança dos seis países poderiam executar qualquer opositor a um dos regimes militares, independentemente de sua nacionalidade e do território nacional em que estivesse exilado. Outras informações igualmente garantem que, mais tarde, passaram a ter liberdade para eliminar opositores em países que não fizessem parte do acordo, na Europa ou nos Estados Unidos” (FERREIRA, 2011, p. 650-652). O Brasil não teve uma participação tão significativa na Operação Condor, e a explicação pode estar contida nos argumentos de Gissele Cassol (2009, p. 3): “em 1976, quando a coordenação repressiva estoura com força, o Brasil está rumando ao fim da ditadura, dando início ao processo de abertura. [...] não era mais conveniente participar ativamente de ações de grande envergadura; colaborar, cooperar, exportar *know-how* repressivo parecia mais prudente. Portanto, pode-se afirmar que houve um *descompasso temporal* entre o Brasil e a Operação Condor. Esta chegou com mais de uma década de atraso”. Entretanto, não é possível dizer que o Brasil não contou com a ajuda de outros países no período anterior à Operação Condor. A ditadura brasileira estabeleceu uma conexão repressiva com o Uruguai democrático, como já foi visto, desde o golpe de Estado com a finalidade de controlar os exilados que lá se encontravam. Quando analisamos comparativamente a atuação das ditaduras do Cone sul, um dos dados em destaque é justamente a eficiência do regime brasileiro em monitorar os movimentos contrários a ela. Isso se revela, por exemplo, “num quadro comparativo de mortos e desaparecidos sensivelmente menor no Brasil, frente a casos como o da Argentina e do Chile. Em parte isso foi resultado da repressão prévia, consistente e quase totalitária a que chegamos naquelas difíceis décadas” (PENNA FILHO, 2008, p. 80). Para tanto, foi montado um amplo sistema de informações com o objetivo de combater os diversos grupos políticos

créditos ao aviso, pois acreditava que poderia haver troca de informações entre dois países, mas não associações para praticar atentados. Jorge Ferreira rela que,

recusando-se a viver em função de ameaças, Brizola apenas observava algumas medidas de segurança, como não sair de casa sempre à mesma hora, evitando qualquer tipo de regularidade, embora, com autorização do governo uruguaio, andasse armado (2011, p. 652).

Brizola passava os dias tranquilo, na fazenda de Durazno ou no apartamento de Montevideu. “Fazia compras do cotidiano e gostava de conversar com as pessoas nas ruas e nos estabelecimentos comerciais, num espanhol caprichado. Todos se referiam a ele como *el ingeniero* Brizola” (BRAGA, 2004, p. 94). Durante o exílio o político teve muitas decepções, mas também vivenciou momentos de alegria face à solidariedade dos seus companheiros. Conforme coloca Braga,

alguns participavam do cotidiano do líder trabalhista exilado, outros o visitavam frequentemente, levando-lhe pequenos presentes de valor inestimável, como carteiras de cigarro Hollywood, sem filtro, livros, fitas cassete e até aipim e rapadura. E havia ainda os amigos fiéis que ficaram no Brasil, que se uniam num mutirão de auxílio a Brizola, ajudando-o a resolver problemas de ordem pessoal como o encaminhamento de negócios, cobranças e atualizações de documentos. Admirável por sua fidelidade, por exemplo, foi Danilo Groff, preso em várias ocasiões por estar transportando material considerado subversivo. Danilo Groff e João Guaragna devem constar, obrigatoriamente, de uma relação que incluísse os nomes dos grandes amigos e companheiros de Brizola durante os anos do seu exílio no Uruguai. Não lhe faltou, nos momentos de maior angústia, a mão amiga estendida na troca de uma cuia de chimarrão (2004, p. 94).

Não faltou também a Brizola boas relações com políticos uruguaio defensores da legalidade e contrários ao golpe sofrido no Brasil. Contudo, em 1977, quando recebeu o decreto que o expulsava do país, a conjuntura política era completamente diferente daquela que permitiu a sua defesa na *Camara de Representantes* quando do seu confinamento em Atlântida, em 1965. Num cenário de ditaduras afins, não foi difícil para o Brasil conseguir o tão desejado desterro de Brizola. Fora assim decretado o fim de treze anos de asilo político no Uruguai. No dia 13 de setembro de 1977, o documento nº 687 do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai deu conta da seguinte resolução:

VISTO: la Resolución del Poder Ejecutivo de fecha 2 de junio de 1964, por la que se declaro asilado político al ciudadano brasileño, Señor Leonel Brizola;

---

que surgiram no país, utilizando instrumentos de inteligência para o monitoramento e antecipação das ações de esquerda. Os tentáculos desse sistema não se restringiam às fronteiras nacionais, contando com a colaboração de importantes autoridades civis e instituições estrangeiras que compartilhavam do ideário autoritário característico daquele contexto histórico (PENNA FILHO, 2008). Nessa conjuntura, a embaixada brasileira em Montevideu foi uma plataforma de observação e atuação importante contra os exilados e os setores democráticos do Uruguai que tentaram denunciar e resistir às pressões brasileiras. Não é também o foco deste trabalho pesquisar sobre o envolvimento do Brasil com a Operação Condor, uma vez que, para o caso em questão, é muito mais interessante verificar as conexões repressivas estabelecidas entre Brasil e Uruguai desde o momento do golpe, pois estas sim influenciaram diretamente no asilo político de Leonel de Moura Brizola.

ATENTO: a la información transmitida por el Ministerio del Interior con fecha 8 del corriente señalando que el referido asilado no há guardado las obligaciones inherentes a su condición de tal;

EL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA  
R E S U E L V E:

- 1° - Revócase la Resolución de fecha 2 de junio de 1964, por la que se declaro al asilado político al ciudadano brasileño, Señor Leonel Brizola.  
2° - Comuníquese, anótese, notifíquese al interesado que deberá hacer abandono del territorio nacional y archívese.

(Fdo.º) MENDEZ  
ALEJANDRO ROVIRA<sup>146</sup>

Brizola já havia recebido a acusação de ter infringido as regras de asilo político diversas vezes desde que havia chegado ao Uruguai. Mas a notícia da expulsão, sem qualquer aviso prévio ou circunstância aparente que o levasse a tomar certas precauções, pegou Brizola de surpresa. Não havia razão tangível, pessoal ou política, que justificasse a medida tomada. Todavia, Brizola não tinha dúvidas de que a ordem partira do Brasil. De acordo com Leite Filho,

o próprio Palácio do Planalto, através do porta-voz interino João Madeira, chegou a declarar que “o Governo brasileiro tinha conhecimento prévio de que o Uruguai iria suspender o asilo político de Leonel Brizola” (2008, p. 341).

O político tentava entender o porquê da sua expulsão, já que havia alguns anos que não atuava ostensivamente em relação à política brasileira. Soube, anos mais tarde, que a revogação de sua condição de asilado, aparentemente, foi provocada pela disputa interna entre o Ministro da Guerra do Brasil, general Sílvio Frota, e o presidente Ernesto Geisel. Frota queria impor o próprio nome como candidato à sucessão presidencial; Geisel, por sua vez, apoiava João Batista Figueiredo, outro general. Para conseguir o seu intento, Frota articulava um golpe no estilo do que, em 1968, derrubara o vice-presidente Pedro Aleixo, civil que assumiria o poder em face do impedimento do presidente Arthur da Costa e Silva. Aleixo acabou surpreendido pelos generais que colocaram em seu lugar uma junta militar constituída pelos três ministros militares de Costa e Silva: general Aurélio Tavares, do Exército; almirante Augusto Rademaker, da Marinha; e brigadeiro Márcio Melo, da Aeronáutica (LEITE FILHO, 2008). Todavia, para que o golpe fosse seguro, Frota necessitava que a região sul, local onde se situava o III Exército, ficasse livre da presença de Brizola, uma vez que o político, residindo tão perto da fronteira, possivelmente retornaria ao Brasil para reeditar a Campanha da Legalidade, o que desestabilizaria ou até mesmo derrubaria o futuro

<sup>146</sup> *Archivo Administrativo del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay.* Correspondência nº 687. Montevideo, 13 de setiembre de 1977.

regime frotista. Para Leite Filho (2008, p. 342), “essa seria a razão intrínseca do grupo de Frota, ao exigir, extemporaneamente, a expulsão de Brizola do país vizinho. Geisel teve de concedê-la e os militares uruguaios, de executá-la”. A disputa entre os grupos de Geisel e Frota acabou praticamente um mês após o decreto de expulsão de Brizola, quando o presidente, num golpe de força, demitiu Frota do Ministério e liquidou com a sua pretensão à presidência.

Após tomar conhecimento do decreto que o expulsava, Brizola teve cinco dias para abandonar o país. Segundo Neiva Moreira,

Brizola, sem muitas alternativas, mas com grande capacidade política, percebeu que se lhe afigurava uma oportunidade de testar a política de direitos humanos implementada pelo Presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter (1979, p. 104).

O pedido de visto que Brizola fez na Embaixada dos Estados Unidos esbarrava num entrave burocrático: o fato de os Estados Unidos não serem signatários de convenção de asilo com o Uruguai ou com qualquer outro país. Havia também outra tradição inibitória, que era a de não conceder asilo fora do território americano. Segundo Leite Filho,

os milhares de asilados lá residentes, sobretudo os dissidentes de países comunistas, como os da ex-União Soviética e de Cuba, encaminharam suas solicitações depois de penetrarem em solo americano, muitos deles em viagens oficiais patrocinadas pelos próprios governos. Havia, porém, um único precedente similar ao caso de Brizola: era o do cardeal primaz da Hungria, Joseph Mindzenty, em 1971, um preso político havia mais de 23 anos no próprio país, e que depois foi morar em Viena, na Áustria. Quanto aos brasileiros, somente o ex-presidente Washington Luis e o socialista baiano João Mangabeira, que chegou a ser ministro da Justiça de João Goulart, haviam morado em Nova Iorque. Eles também não tinham obtido asilo e sim um visto temporário, que lhes garantiu a permanência no país, pois eram dissidentes do regime brasileiro de Vargas (2008, p. 345).

Entretanto, Jimmy Carter estava comprometido em fazer valer sua política de descompressão na América Latina, arrasada por ditaduras militares que tiveram o apoio dos Estados Unidos. Dessa forma, “o Presidente passou por cima de todos os empecilhos burocráticos, políticos e mesmo legais, mandando conceder o visto de Brizola, num prazo recorde de 48 horas” (LEITE FILHO, 2008, p. 345). A autorização da ida de Brizola para os Estados Unidos foi recebida como um gesto de hostilidade aos regimes militares do Brasil e do Uruguai. Ainda que discriçãoários no plano interno, esses regimes se viram impotentes frente à decisão norte-americana. Ainda assim, as ditaduras brasileira e uruguaia tentaram obrigar Brizola a passar por alguns constrangimentos, como a decretação de sua prisão domiciliar, justamente no dia em que foi divulgada a decisão estadunidense.

No dia 20 de setembro, às 22h30min, Brizola, juntamente com sua família, embarcou no Aeroporto de Carrasco, Montevideú, com destino a Buenos Aires, onde ficaram por uma noite antes de seguirem viagem para os Estados Unidos. A Argentina, que vivia debaixo da

sombria ditadura de Jorge Rafael Videla, reservou ainda uma desagradável surpresa ao ex-governador quando destinou o Hotel *Liberty* como local para que passasse a noite. Vários casos de sequestros e assassinatos políticos a mando da ditadura e da Operação Condor haviam ocorrido no hotel, como o caso dos parlamentares uruguaios Zelmar Michelini, senador, e Hector Gutiérrez Ruiz, deputado, que tinham sido arrancados a força de seus apartamentos no *Liberty* e encontrados mortos logo em seguida. Os temores de Brizola de que algo acontecesse a ele ou a alguém da sua família só foram dissipados quando os jornalistas que foram entrevistá-lo no Aeroporto de Ezeiza se dispuseram a fazer uma vigília em frente ao seu apartamento (LEITE FILHO, 2008).

Nas duas entrevistas que concedeu em Buenos Aires, Brizola afirmou que não havia desenvolvido nenhuma atividade que configurasse violação às normas de asilo. Questionado sobre se exerceria atividade política nos Estados Unidos, admitiu que voltaria a ter algum tipo de ação. Insistiu, contudo, em dizer que não tinha nenhum sentimento de vingança ou revanchismo. Assim, Brizola embarcou para Nova York. Nas palavras de Moniz Bandeira (1979, p. 105), “o Governo do Uruguai, ao expulsá-lo do seu território, abriu-lhe as portas do mundo, libertou-o, reintegrando-o, por mais paradoxal que isto pareça, na política brasileira”, possibilitando contatos com líderes de projeção internacional. Brizola poderia, então, seguir os conselhos dos políticos do MDB, que insistiam para que ele efetuasse viagens pelo exterior propagandeando a anistia brasileira.

Nos Estados Unidos, Brizola viu sua rotina mudar bruscamente. Deixou de lado a vida tranquila de fazendeiro e entregou-se à vida política, retomada com garra. Em entrevista concedida ainda no Hotel *Liberty*, Brizola fala sobre a mudança que estava ocorrendo na sua vida: “Eu já havia praticamente largado (tudo), mas vejam como é isso, me agarraram pelos cabelos. Não tenho planos, mas como disse um poeta espanhol: *Caminos, caminos, no hay. Hay que hacerlos*” (LEITE FILHO, 2008, p. 350). Depois do fracasso da insurreição de 1967, o ex-governador havia praticamente se recolhido em Durazno. Embora ainda recebesse a visita de muitas pessoas do Brasil, principalmente membros do MDB, evitava expor-se. No entanto, a saída drástica do Uruguai o colocou novamente como uma figura de destaque na política, ainda mais naquele momento em que os militares, a despeito das suas divisões internas e de suas indefinições, conforme aborda Américo Freire,

aconavam com medidas que deveriam acelerar o processo de distensão política, tais como a edição de uma nova Lei de Segurança Nacional, a aprovação de uma anistia parcial, além da extinção do sistema bipartidário. Em razão disso, tornou-se intensa a movimentação dos atores políticos no sentido de construir estratégias para os novos tempos que estavam por vir. Para alguns, por exemplo, era a hora de resistir à imposição da agenda governamental mantendo-se na frente oposicionista legal – o

MDB, depois PMDB. Para outros, era o momento de uma maior afirmação político-ideológica por meio da criação de um partido socialista que agrupasse diferentes grupos e facções de esquerda (2010, p. 38-39).

É neste contexto de efervescência política que, em janeiro de 1978, Brizola aceitou o convite do primeiro-ministro português, Mario Soares, e se mudou para Lisboa após uma série de viagens pelos países da Europa. Após um longo exílio no Uruguai, o ex-governador encontrava-se em um momento favorável de sua carreira política: nas palavras de Américo Freire (2010, p. 38), Brizola “já deixara de lado a sua vestimenta de revolucionário para se apresentar como líder moderno e incontestado do trabalhismo brasileiro”. Sua grande entrada na política europeia, no entanto, ocorreu em fevereiro, segundo Leite Filho, durante a reunião da Internacional em Hamburgo, Alemanha:

Lá, é apresentado aos líderes socialistas europeus, à frente o chanceler da Alemanha Ocidental e então presidente da Internacional, Willy Brandt. Conhece igualmente, François Mitterrand, da França, Olaf Palm, da Suécia; e Felipe Gonzales, da Espanha, este também egresso do exílio imposto pelo franquismo. Ainda em fevereiro, ele viaja à França, onde é recebido na sede do Partido Socialista Francês, quando assina um comunicado conjunto com o PSF, no qual os socialistas franceses se comprometem a estreitar os laços com “o movimento de opinião representado por Brizola”, no propósito de apoiar “qualquer processo de democratização autêntica do Brasil” (2008, p. 355).

A aproximação com aquelas lideranças foi facilitada pelos militantes do Comitê de Anistia de Portugal, que tinha à frente Maurício Paiva, Domingos Fernandes e Almir Ferreira Duton, todos ex-guerrilheiros que alcançaram a liberdade no Brasil ao serem trocados por embaixadores sequestrados. Esses nomes foram cruciais no auxílio a Brizola neste período em que o político buscava levar adiante o seu projeto de reconstrução do trabalhismo.

O grande sonho de Brizola era reorganizar o PTB, ampliando e renovando os quadros existentes antes do golpe de 1964, com ênfase em sua evolução a caminho do socialismo. Seria a retomada de um projeto interrompido pela ditadura. Mas seria também, conforme aborda Braga (2004, p. 104), “a forma de se fazer justiça a uma agremiação política que, em 1964, teve em suas lideranças maiores as principais vítimas das cassações, das punições, dos exílios e dos banimentos impostos pelos militares”. O debate em torno da refundação do partido se realizou em diversos encontros, no Brasil e no exterior. O mais importante, pela sua dimensão e representação, ficou conhecido como Congresso de Lisboa e aconteceu entre os dias 15 e 17 de junho de 1979, na sede do Partido Socialista Português, com a presença de 1500 pessoas:

Lá estiveram reunidos, para discutir o futuro dos movimentos sociais e políticos do Brasil, líderes de esquerda das mais variadas tendências, juntamente com exilados brasileiros procedentes de diversos países. A abertura do encontro coube ao primeiro-ministro português, Mario Soares. E o que se observou na realização dos

trabalhos foi um clima de muita união, visando à construção de um novo projeto trabalhista no Brasil (BRAGA, 2004, p. 105).

Entre os documentos elaborados no Congresso, a *Carta de Lisboa* foi a de maior repercussão, tornando-se um guia para a ação política dos seguidores de Brizola. O documento enfatizava a urgência em organizar, com o apoio do povo brasileiro, um partido verdadeiramente nacional, popular e democrático. Um partido de massas e não apenas um representante da classe operária – seria orientado para os trabalhadores, mas também para os desprivilegiados em geral (VAINFAS, 2007).

A realização do Congresso de Lisboa coincidiu com os últimos “retoques” que o governo do general Figueiredo fez no projeto da anistia, permitindo a volta dos exilados à pátria. O país vivia um clima de ebulição decorrente das atividades dos movimentos políticos e sociais, que se agitavam e se faziam ouvir nas diversas instâncias do poder. Neste contexto, o retorno de Brizola à política brasileira e as diversas possibilidades de atuação no país eram temas recorrentes na embaixada uruguaia. O general Eduardo M. Zubía, embaixador do Uruguai no Brasil, justifica a preocupação com as futuras atitudes do político:

Debido a ser el Estado de Río Grande del Sur limítrofe con nuestro país, a su población, a sus dimensiones, a la influencia mutua que existen entre ambos, considero de suma importancia seguir atentamente el proceso político en Río Grande del Sur ya que su destino está intimamente ligado al nuestro país<sup>147</sup>.

Além disso, o documento em questão faz também observações sobre a reestruturação de um novo Partido Trabalhista Brasileiro ao abordar a reportagem do *Correio Braziliense* de 1º de julho de 1979, o qual anuncia que a maioria do MDB gaúcho havia aderido a Brizola. Conforme a notícia:

Treze dos 18 deputados federais do MDB do Rio Grande do Sul já decidiram aderir ao PTB de Leonel Brizola, mas só deverão anunciar o fato depois de um encontro que o senador Pedro Simon, presidente do diretório regional, terá com o ex-governador gaúcho e se até lá ficar evidente a extinção dos demais partidos. [...] Onze dos 13 deputados, contudo, ainda estão fazendo, sem muita convicção, um último esforço para salvar o MDB e, por isso, participaram ativamente da última reunião do diretório nacional do partido, realizado na quinta-feira. O deputado Alceu Colares, que está à frente desse movimento, advertiu que o MDB ou o que restar dele com a extinção, só poderá sobreviver se se transformar num partido de massas, com um programa arrojado, “do tipo daquele elaborado pelo novo PTB”, como disse. Informalmente, no entanto, Colares manifesta a opinião de que, se os partidos forem mesmo extintos, “não haverá outra saída para o MDB senão engrossar as fileiras do PTB, que tem sua linha de princípio e de ação tão ou mais avançada quanto a dos autênticos<sup>148</sup>.”

<sup>147</sup> *Archivo Administrativo del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay*. Correspondência nº 14010. Montevideo, 5 de julio de 1979.

<sup>148</sup> *Correio Braziliense*, Brasília, 1º/7/1979.

A organização de um PTB forte e dominante no Rio Grande do Sul e, principalmente, dirigido por Brizola, preocupa o governo do Uruguai, que considera o político um inimigo do seu atual processo político – a ditadura civil-militar. A sua presença no Rio Grande do Sul poderia dificultar o relacionamento existente entre o estado gaúcho e a ditadura em questão<sup>149</sup>. Percebe-se, dessa forma, que mesmo após a sua saída do Uruguai, Brizola ainda continuou sendo alvo da vigilância da repressão daquele país, que sempre o considerou uma ameaça política às pretensões ditatoriais de qualquer país da América Latina.

Foi neste contexto de incertezas quanto à recriação do PTB que Brizola, finalmente, retornou ao Brasil com a promulgação da anistia. Ao contrário dos inúmeros exilados que desembarcavam no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, o ex-governador preferiu reingressar no Brasil por São Borja, pequena cidade gaúcha terra dos presidentes Getúlio Vargas e João Goulart. Local cheio de simbolismo, assim como a data prevista para a sua chegada – 7 de setembro, dia da independência do país.

Em Assunção, no Paraguai, Brizola realizou a última escala do voo que o trazia de Nova York e, de acordo com Leite Filho, o político defrontou-se com a opressão das ditaduras que ainda dominavam a América Latina:

Um enorme aparato de segurança o aguardava no Aeroporto Guarany, sob as ordens do ministro do Interior, Sabino Montanaro, que foi cumprimentá-lo pessoalmente, em nome do presidente, o general Alfredo Stroessner. Montanaro estava acompanhado do chefe da Casa Militar, coronel José Rabito e outras autoridades. A polícia de Montanaro, que manteve afastados os militantes brizolistas vindos do Brasil para saudar seu líder, ainda proibiu que os jornalistas se aproximassem: “As declarações ficam para Foz do Iguaçu”, decretou o ministro. O Presidente Stroessner, na realidade, tinha feito restrições àquele pouso do ilustre exilado em Assunção: “Olha, eu sou amigo de seu pai, do Brizola, não”, disse ele ao filho de Jango, João Vicente Goulart, que lhe foi pedir autorização para o desembarque do tio Leonel, no país (2008, p. 371).

Na capital paraguaia, Brizola foi recebido pelo filho, João Vicente Brizola, pelo senador Pedro Simon, pelo ex-deputado Wilson Vargas, pelo ex-prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise e pelo filho de João Goulart, João Vicente Goulart. Seguiram todos para Foz do Iguaçu de onde partiram para São Borja nas primeiras horas do dia seguinte no avião de propriedade de João Vicente Goulart e pilotado por Maneco Leães, o mesmo piloto que havia conduzido Brizola para o exílio no Uruguai 15 anos antes (LEITE FILHO, 2008).

Às onze horas da manhã, com uma hora e meia de atraso, Brizola chegava a São Borja onde uma pequena multidão havia invadido a pista e o esperava na tentativa de abraçá-lo ou apenas tocá-lo. “Um dos populares ainda conseguiu entregar-lhe uma cuia de chimarrão, que as câmeras dos 150 jornalistas presentes puderam registrar como uma prova indelével de que Brizola tinha realmente voltado” (LEITE FILHO, 2008, p. 372). Foi preciso muito esforço

<sup>149</sup> *Archivo Administrativo del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay*. Correspondência nº 14010. Montevideo, 5 de julio de 1979.

para que o ex-governador conseguisse chegar até o teto de uma Kombi, momento registrado na fotografia que pode ser considerada um símbolo do reencontro de Brizola com o Brasil:



Fonte: [www.abril.com.br](http://www.abril.com.br)

Brizola seguiu para o cemitério, local onde fez o primeiro pronunciamento no país. Diante do túmulo de Getúlio Vargas, o político, contrariando o seu hábito de falar de improviso, leu um discurso escrito cuidadosamente nos seus últimos dias de exílio, carregado de emoção e sentimento histórico. Quinze anos após sua saída, Leonel de Moura Brizola enfim retornava ao Brasil. Era o reencontro tão esperado entre o político e o povo, entre o passado e o futuro que se tornava presente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos 1960 e 1970, a América Latina vivenciou um período de violência e autoritarismo causado pela instalação de ditaduras militares nos países que compunham o continente. Apesar de suas diferentes trajetórias institucionais, os países latino-americanos incorporaram neste período o exílio como prática política importante; todavia, o seu uso, conforme aborda Luiz Roniger (2011), já vinha sendo utilizado há muito tempo, desde a desintegração do império espanhol nas Américas e a subsequente disputa pelo poder entre as elites políticas dos novos países independentes. Assim, o exílio decorrente dessas ditaduras militares não pode ser caracterizado como algo inédito ou pouco usual no continente.

No Brasil houve dois momentos nos quais a procura pelo exílio foi maior: em 1968, com a promulgação do Ato Institucional Nº 5 e 1964, onde vários políticos ligados ao presidente deposto buscaram asilo em outros países, sendo o Uruguai o local de maior concentração. Cada fase apresentou características e atores distintos, contudo este trabalho centrou-se no período pós-golpe e na primeira geração de exilados, como ficaram conhecidos na historiografia os primeiros agentes políticos que deixaram o país. Dessa forma, a presente pesquisa buscou apresentar o exílio – tendo como objetivo específico o do político Leonel de Moura Brizola – como um mecanismo de repressão e exclusão política utilizada pelas ditaduras latino-americanas para afastar adversários políticos e estabilizar a nova ordem imposta.

O exílio de Leonel de Moura Brizola durou longos quinze anos e o fez passar por três diferentes países: Uruguai, Estados Unidos e Portugal. Somente com a promulgação da anistia, em 1979, o ex-governador gaúcho pode enfim voltar ao Brasil. A volta, ou o *desexílio*, como denominou Mario Benedetti (1983), deveria ser uma decisão individual, diferente daquela de abandonar o país, uma vez que não era o indivíduo que resolvia espontaneamente incorporar-se ao exílio – o impulso, direto ou indireto, vinha quase sempre da repressão. No *desexílio*, cada exilado deveria resolver por si mesmo se regressava a sua terra ou se permanecia no país de refúgio. Entre os que regressaram, nem todos o fizeram pelos mesmos motivos nem tomaram a decisão pelas mesmas causas. Para Benedetti (1983), o *desexílio* seria tão árduo como em seu momento foi o exílio e poderia até mesmo ser mais complexo. Todavia, não o foi para Brizola. O seu exílio pode-se dizer que foi uma longa espera pelo retorno. E uma grande luta.

Entre o início do exílio e o *desexílio* de Brizola, houve uma passagem de tempo de treze anos na qual o político permaneceu no Uruguai, país que o acolheu e o expulsou. Este foi o período abordado no presente trabalho, que buscou compreender de que forma ocorreu a trajetória política de Brizola no país vizinho durante os anos de 1964 a 1977 acerca de uma possível reação ao novo regime instituído no Brasil com o golpe de 1964, bem como a influência do político nos movimentos de resistência durante a ditadura mesmo estando fora do país. A pesquisa pretendeu compreender as relações entre Brizola, os demais exilados e as demais forças políticas que conseguiram permanecer no Brasil, além de analisar a conexão repressiva entre os dois países, demonstrando como o político foi alvo do forte aparato repressivo brasileiro mesmo estando em terras estrangeiras, tendo em vista o quanto o regime foi rigoroso com os seus inimigos desde os primeiros dias. Intencionou-se também mapear o cotidiano de Brizola e tentar entender como o ex-governador vivenciou o exílio a partir das relações estabelecidas com outros exilados brasileiros, com a imprensa e com políticos uruguaios.

Para tanto, procurou-se, ao longo deste trabalho, compulsar o maior número de fontes disponíveis tanto no Brasil quanto no Uruguai. A análise dessas fontes, produzidas em sua maioria pela repressão, permitiu que fosse verificado como a ditadura agia no sentido de vigiar a rotina de Brizola e dos demais asilados políticos que estivessem em solo uruguaio. Os informes produzidos pela inteligência brasileira continham registros de todas as atividades do político, desde visitas, reuniões, horários e assuntos tratados, possibilitando que se reconstruísse uma parte da rotina do ex-governador nos seus dias de exílio, mesmo sob o viés da ditadura. Em relação à totalidade das fontes, evidenciou-se uma maior dificuldade em conseguir um número razoável de materiais que permitisse a análise e a escrita do período posterior a 1967. Até essa data, a quantidade de fontes disponíveis é substancial, uma vez que durante este espaço de tempo concentraram-se as maiores ações de Brizola durante o exílio. Após, a quantidade de fontes diminuiu e se perdeu entre outros documentos que inicialmente, pela nomenclatura que recebiam, pareciam não ser do interesse dessa pesquisa. No entanto, foi justamente o esforço de reconstruir esse período que esse trabalho avança em relação aos estudos sobre o exílio de Brizola, já que essa fase é pouco desenvolvida na literatura sobre o assunto.

De posse destas informações, primeiramente, tornou-se necessário repensar e discutir o significado do exílio partindo de bases objetivas e subjetivas, além de entender os diferentes conceitos de asilo, refúgio e exílio, bem como o papel dos direitos humanos nessas classificações. Posteriormente, para entender as ações de Brizola o primeiro passo foi

compreender o que o afastamento do cenário político brasileiro significou para o então deputado da Guanabara e como transformou o seu campo de possibilidade de luta. Para tanto, buscou-se consultar a imprensa uruguaia para averiguar os primeiros anos do exílio de Brizola, a repercussão de sua chegada e a utilização da imprensa de esquerda – como o semanário *Marcha* – como uma maneira de denunciar as arbitrariedades cometidas pela ditadura brasileira.

Desde os primeiros momentos de exílio, foi possível constatar que Brizola conviveu com outros asilados, formando uma rede de sociabilidade que foi fundamental no restabelecimento de suas relações políticas e determinante na escolha, talvez equivocada, pela luta armada. Verificou-se, ao aprofundar o estudo sobre essas redes, o papel protetor, mas não gratuito, de Brizola, pois ficou claro, pela análise de diversos depoimentos impressos, que o ex-governador só se empenhava verdadeiramente em ajudar àqueles que compartilhavam dos seus ideais ou que podiam contribuir com a luta contra a ditadura.

Com a análise do envolvimento do ex-governador com a luta armada, numa tentativa de resistência à ditadura militar, foi possível distinguir não só os motivos que levaram o político a este tipo de atuação, mas também os motivos que fizeram Brizola deixar de lado o confronto direto com a ditadura, optando por uma linha mais política de ação. O fracasso de Caparaó, maior aposta de Brizola neste contexto de luta, foi determinante na maneira de agir dos exilados, que tiveram que suportar as consequências de desafiar um regime discricionário. Os que permaneceram no Uruguai viram sua liberdade ser cerceada pela pressão do governo brasileiro – que coincidiu com o início da escalada autoritária no Uruguai, levando o país a uma ditadura militar anos depois.

Mesmo adotando uma linha menos direta de confronto, Brizola nunca deixou de posicionar-se contra a ditadura. Por alguns momentos o político viu no MDB sua possibilidade de retorno, o que acabou não ocorrendo. A volta só aconteceu com a anistia promulgada em 1979.

Dessa forma, este trabalho constituiu-se em uma busca pela reconstrução da trajetória política de Leonel de Moura Brizola durante seu exílio no Uruguai. Levou em consideração o seu cotidiano, suas lutas, seus contatos. Sua percepção acerca da ditadura brasileira. Seus erros e acertos. Não obstante, espera-se que esta dissertação, que em momento algum teve a pretensão de esgotar as possibilidades de pesquisa referentes a esse assunto, possa contribuir de alguma forma para o avanço da historiografia sobre a ditadura militar brasileira. A importância de se pesquisar e estudar este período se faz urgente ainda mais quando, 51 anos após o golpe, veem-se, em diversas manifestações, pessoas pedindo novamente a intervenção

dos militares com o intuito de afastar a presidenta Dilma Roussef do poder, esquecendo-se que a ditadura militar foi um período tão sombrio da história recente do país.

## ARQUIVOS E FONTES CONSULTADOS

### 1) Arquivos

*Archivo Administrativo del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay* – Embaixada do Uruguai no Brasil – Montevideu – Uruguai.

*Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay* – Embaixada do Uruguai no Brasil – Montevideu – Uruguai.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai – Brasília, Brasil.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Fundos Documentais da Secretaria de Segurança Pública / Seções de Ordem Política e Social – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Brasil.

*Biblioteca Archivo de Diarios del Palacio Legislativo del Uruguay* – Montevideu – Uruguai.

*Biblioteca del Poder Legislativo del Uruguay* – Montevideu – Uruguai.

### 2) Arquivos eletrônicos

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). 1951, *Convención sobre el Estatuto de los Refugiados* – < <http://www.acnur.org> >

Atos Institucionais e Complementares – < <http://www4.planalto.gov.br> >

Comissão Nacional da Verdade – < <http://www.cnv.gov.br> >

Projeto Brasil Nunca Mais – < [bnmdigital.mpf.mp.br](http://bnmdigital.mpf.mp.br) >

### 3) Imprensa

*Acción*, Montevidéo, Uruguai.

*Cuadernos de Marcha*, Montevidéo, Uruguai.

*El Dia*, Montevidéo, Uruguai.

*Marcha*, Montevidéo, Uruguai.

*El Popular*, Montevidéo, Uruguai.

### 4) Documentos

COLLAZO, Ariel. *Solicitud de asilo por parte de ciudadanos brasileños*. Câmara de Representantes. Diário de sesiones de la Camara de Representantes. XXXIX Legislatura, 2º período ordinário. Tomo 567, números 1023 a 1035. Octubre y Moviembre de 1964, p. 1239.

\_\_\_\_\_. *Asilados políticos brasileños en Uruguai*. Câmara de Representantes. Diário de sesiones de la Camara de Representantes. XXXIX Legislatura, 2º período. Tomo 568, números 1036 a 1050. Diciembre de 1964, Enero a Marzo de 1965, p. 1239.

ELICHIRIGOITY, Fernando. *Solicitud de asilo por parte de ciudadanos brasileños*. Câmara de Representantes. Diário de sesiones de la Camara de Representantes. XXXIX Legislatura, 2º período ordinário. Tomo 567, números 1023 a 1035. Octubre y Noviembre de 1964, p. 1240.

ERRO, Enrique. *Solicitud de asilo por parte de ciudadanos brasileños*. Câmara de Representantes. Diário de sesiones de la Camara de Representantes. XXXIX Legislatura, 2º período ordinário. Tomo 567, números 1023 a 1035. Octubre y Noviembre de 1964, p. 1239.

### 5) Depoimentos e testemunhos impressos

AGEE, Philip. *Dentro da "Companhia"*: diários da CIA. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.

CAPITANI, Avelino Bioen. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1997.

GONTIJO, Ricardo. *Sem vergonha da utopia* (Conversas com Betinho). Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

MOREIRA, Neiva. *O pilão da madrugada*. Um depoimento a José Louzeiro. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989.

SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder*. São Paulo: Global Editora, 1979, v.1.

\_\_\_\_\_. *Como se coloca a direita no poder*. São Paulo: Global Editora, 1981, v.2.

SILVA, José Wilson da. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: AGE Editora, 2011.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

VIÑAR, Maren y Marcelo. La experiencia del exilio. In: *Fracturas de memoria: crônicas para una memoria por venir*. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993.

## 6) Artigos citados

BENEDETTI, Mario. El desexilio. *El País*, Madrid, 18 de abril de 1983.

CABALLERO, Julio César. El gran error de João Goulart. *El Día*, Montevideo, 4 de abril de 1964, p. 9.

CORREA, Alfonso. Uruguay-Brasil: el fin de las fronteras policiales. *Marcha*, Montevideo, 28 de noviembre de 1969, p.15.

GALEANO, Eduardo. Reportaje exclusivo a Brizola: el ajuste de cuentas vendrá. *Marcha*, Montevideo, 8 de mayo de 1964, p. 7.

\_\_\_\_\_. El exilio, entre la nostalgia y la creación. *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, mayo/junio de 1979, p. 139-144.

GUTIÉRREZ, Carlos Maria. El gobierno pone la outra mejilla. *Marcha*, Montevideo, 15 de janero de 1965, p. 15.

QUIJANO, José Manuel. Un pacto con el diablo. *Marcha*, Montevideo, 29 de setembro de 1967, p.8-9.

## 7) Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. Políticas del exilio. *Archipiélago: cuadernos de la cultura*. Barcelona, n. 26-27, 1996.

ALDRIGHI, Clara. La estación montevideana de la CIA. Operaciones encubiertas, espionaje y manipulacion política. *El Correo*, 25 de noviembre de 2005.

\_\_\_\_\_. *La intervención de Estados Unidos en Uruguay (1965-1973): el caso Mitrión*. Montevideo: Trilce, 2007.

\_\_\_\_\_. El programa de asistencia policial de la AID en Uruguay (1965-1974). *Estudios Ibero Americanos*, PUCRS, v. XXXIV, p. 181-204, junho 2008.

\_\_\_\_\_. *Conversaciones reservadas entre políticos uruguayos y diplomáticos estadounidenses*. Montevideo: Banda Oriental, 2012a.

\_\_\_\_\_. El discreto encanto de la tutela norteamericana. Politicos uruguayos y amenazas de golpe de estado (1964-1966). *Huellas de Estados Unidos: estudios y debates sobre América Latina*, 2012b.

ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo leme a bombordo*. Marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2010.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, Vozes, 1984.

ANGELL, Alan. La izquierda en America Latina desde c. 1920. In: BETHELL, Leslie. *Historia de América Latina: política y sociedad desde 1930*. v. 12. Barcelona: Crítica, 1997.

AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201-217, jan/jun 2009.

ASEFF, Marlon Gonsales. *Retratos do exílio: experiências, solidariedade e militância política de esquerda na fronteira Livramento-Rivera (1964-1974)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2008.

ASSUMPCÃO, Marla Barbosa. *A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da segurança nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968)*. Trabalho de Conclusão de Curso em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

\_\_\_\_\_. A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: o estado gaúcho como um espaço-chave no mapa da mobilidade da repressão e da resistência. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org). *Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente*. Porto Alegre: EVANGRAF / UFRGS, 2013.

\_\_\_\_\_. *A fronteira geminada de Santana do Livramento-Rivera como marco das conexões políticas regionais e internacionais: repressão e resistência em Áreas de Interesse da Segurança Nacional (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2014.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

BAUER, Caroline Silveira. Arquivo-morto ou arquivos vivos? Os arquivos da repressão das ditaduras civil-militares de Segurança Nacional do Cone Sul. In: PADRÓS, Enrique (Org.). *As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG: Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006.

\_\_\_\_\_. As Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul e o conceito de “fronteiras ideológicas”. In: GUAZZELLI, Cesar et al (Org.). *Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

BIELOUS, Silvia Dutrénit. Represión política y asilo diplomático en el Cono Sur. In: MARCHESI, Aldo et al. *El presente de la dictadura: estudios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay*. Montevideo: Trilce, 2004.

\_\_\_\_\_. *El Uruguay del exilio: gente, circunstancias, escenarios*. Montevideo, Trilce, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRAGA, Kenny et al (Coord.). *Perfis parlamentares*. Leonel Brizola: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004.

BROQUETAS, Magdalena. Liberalización económica, dictadura y resistencia. 1965-1985. In: FREGA, Ana et al. *Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)*. Montevideo: Banda Oriental, 2007.

\_\_\_\_\_. Los frentes del anticomunismo. Las derechas en el Uruguay de los trepanos sesenta. *Contemporânea: historia y problemas del siglo XX*. Año 3, v.3, 2012.

\_\_\_\_\_. *La trama autoritaria: derechas y violencia en Uruguay (1958-1966)*. Montevideo: Banda Oriental, 2014.

BRUSCHERA, Oscar H. *Las décadas infames*. Analisis político (1967-1985). Montevideo: Linardi y Risso, 1986.

CAETANO, Gerardo et al. *El Uruguay de la dictadura (1973-1985)*. Montevideo: Banda Oriental, 1996.

CASSOL, Gissele. Uruguai “verde-amarelo”: brasileiros presos em terra estrangeira. *Estudios Historicos* – CDHRP, mayo 2009.

CATELA, Ludmila da Silva. Territorios de memoria política. Los archivos de la represión em Brasil. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (comps.). *Los archivos de la represión: documentos, memória y verdad*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.

\_\_\_\_\_. El mundo de los archivos. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (comps.). *Los archivos de la represión: documentos, memória y verdad*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.

CEMIN, Viviana. *Não só de pão vive o homem: a construção de escolas no governo Brizola a partir das fotografias da Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini (1959-1963)*. Trabalho de Conclusão de Curso em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos 1960-70*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2007.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CONTERIS, Hiber. En torno a exilios territoriales y temporales: destierro y carcel. In: SOSNOWSKI, Saúl (Org.). *Represión, exilio y democracia: la cultura uruguaya*. Montevideo: Banda Oriental, 1987.

\_\_\_\_\_. *Marcha* y el despertar de la conciencia latinoamericana: análisis del ideário americanista del semanário en sus primeros veinte años de existencia. In: MORAÑA, Mabel; MACHÍN, Horacio. *Marcha y América Latina*. Pittsburgh: Biblioteca de América, 2003.

CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O drama barroco dos exilados do nordeste*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2003.

COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. “El exilio, entre la nostalgia y la creación”: Revistas político-culturais latino-americanas e exílio (1978-1985). *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldo, v. 1, n° 4, p. 111-126, dezembro de 2012.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. Bauru, EDUSC, 2004.

DEMASI, Carlos et al. *La caída de la democracia: cronología comparada de la historia reciente del Uruguay (1967-1973)*. Montevideo: FCU, 1996.

DEMASI, Carlos. Un repaso a la teoría de los dos demonios. In: MARCHESI, Aldo et al. *El presente de la dictadura: estudios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay*. Montevideo: Trilce, 2004.

DÍAZ, José Pedro; WETTSTEIN, German. *Exilio – inxilio: dos enfoques*. Montevideo: Instituto Testimonios de las Comarcas y del Mundo, 1989.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan/jun 2012.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2009.

FERNANDEZ, Jorge Christian. *Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2011.

\_\_\_\_\_. A política externa da ditadura brasileira durante os “anos de chumbo” (1968-1974): as intervenções do “Brasil Potência” na América Latina. *História Social*, n. 18, segundo semestre de 2010.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. *Revista Brasileira de História*. Vol. 24, n° 47, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Brizola em panfleto: as ideias de Leonel Brizola nos últimos dias do governo de João Goulart. *Projeto História*. São Paulo, n. 36, jun 2008.

\_\_\_\_\_. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERRER, Martha Machado; RAMOS, Carlos Fagúndez. *Los años duros*. Cronología documentada (1964-1973). Montevideo: Monte Sexto, 1987.

FICO, Carlos. Algumas notas sobre historiografia e história da ditadura militar. *Estudos de História*, UNESP, Franca, v. 8, n. 1, 2001.

\_\_\_\_\_. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FRANCO, Leonardo (Org.). *El asilo y la protección internacional de los refugiados en América Latina: análisis crítico del dualismo “asilo-refugio” a la luz del Derecho Internacional de los Derechos Humanos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004.

FREIRE, Américo. Ecos da Estação Lisboa. O exílio das esquerdas brasileiras em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 64, 2010.

FUGUERAS, Ramon Alberch i. *Archivos y derechos humanos*. España: Ediciones Trea, 2008.

GIORA, Gustavo. *A facciocracia uruguaia: partidos e facções na Banda Oriental*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Brizola e o trabalhismo. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 11-20, jan./dez. 2004.

GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Belo Horizonte, 2003. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação das Faculdades de Filosofia, e Ciências Humanas da UFMG.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *História Contemporânea da América Latina (1960-1990)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GUTIÉRREZ, Cristina Luz García. *XIV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles*. Congresso Internacional 1810-2010: 200 anos de Iberoamérica. Santiago de Compostela, Septiembre de 2010.

HALPERIN DONGHI, Tulio. Apertura. In: MORAÑA, Mabel; MACHÍN, Horacio. *Marcha y América Latina*. Pittsburgh: Biblioteca de América, 2003.

HOBSBAWM, Eric. O presente como história. In: HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JELIN, Elizabeth. Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (comps.). *Los archivos de la represión: documentos, memória y verdad*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.

JENSEN, Silvina. *Suspendidos de la historia / exilados de la memória: el caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)*. Tese (Doutorado em História). Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2004.

\_\_\_\_\_. Exílio e história recente: avances y perspectivas de un campo en construcción. *Aletheia*, vol. 1, n. 2, mayo 2011.

KLARÉN, Peter F. Los orígenes del Perú Moderno, 1880-1930. In: BETHELL, Leslie. *Historia de América Latina: América del Sur, 1870-1930*. v. 10. Barcelona: Crítica, 1992.

KUHN, Dione. *Brizola: da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS publicações, 2004.

LACERDA, Claudia Regina Costa. Memória de duas militantes de Ação Popular (AP): a fé determinada e a inquietude revolucionária. *Anais do IV Encontro Regional Sul de História Oral: Culturas, Identidades e Memórias*. Florianópolis, Nov. 2007.

LEITE FILHO, FC. *El Caudillo Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008.

LERIN, François; TORRES, Cristina. *História política de la dictadura uruguaya (1973-1980)*. Montevideo: Mundo Nuevo, 1987.

LÓPES, Luiz Roberto. *História da América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

LÓPEZ CHIRICO, Selva. *El estado y las fuerzas armadas en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Banda Oriental, 1985.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Cristina Pinheiro. *Os exilados*. São Paulo: Ômega, 1979.

MARCHESI, Aldo et al. Pensar el pasado reciente: antecedentes y perspectivas. In: MARCHESI, Aldo et al. *El presente de la dictadura: estudios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay*. Montevideo: Trilce, 2004.

MARKARIAN, Vania. *Idos y recién llegados: la izquierda uruguaya en el exilio y las redes transnacionales de derechos humanos, 1967-1984*. México, Correo del Maestro: Ediciones la Vasija, 2006.

MARKARIAN, Vania; WSCHEBOR, Isabel. *Archivos y derechos humanos: los casos de Argentina, Brasil y Uruguay*. Montevideo: Archivo General de la Universidad, 2009.

MARTÍNEZ, Virginia. *Tiempos de dictadura (1973-1985)*. Hechos, voces, documentos. La represión y la resistencia día a día. Montevideo: Banda Oriental, 2005.

MORAÑA, Mabel. Introducción. In: MORAÑA, Mabel; MACHÍN, Horacio. *Marcha y América Latina*. Pittsburgh: Biblioteca de América, 2003.

MOREIRA, Julia Bertino. A questão dos refugiados nos contextos latino-americano e brasileiro. *Simpósio dos Pós-Graduandos em Ciência Política da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 199-223, jan/dez. 2004a.

\_\_\_\_\_. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2004b.

\_\_\_\_\_. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil Militar*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2005a.

\_\_\_\_\_. A ditadura brasileira de segurança nacional e a Operação 30 horas: intervencionismo ou neocisplatinação do Uruguai? *Ciências e Letras: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação*. Porto Alegre, n. 37, jan/jun 2005b.

\_\_\_\_\_. O Rio Grande do Sul e a conexão repressiva no Cone Sul: do exílio brasileiro no Uruguai ao voo rasante da Operação Condor em Porto Alegre. *Ciências e Letras: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação*. Porto Alegre, n. 41, jan/jun 2007.

\_\_\_\_\_. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos et al (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço historiográfico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

\_\_\_\_\_. Uruguai: esgotamento da Suíça da América e fermentação autoritária nos anos 60. *I Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos*. Porto Alegre, 2011.

\_\_\_\_\_. A ditadura brasileira: da conexão repressiva de segurança nacional à Operação Condor. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: EdPUCRS, 2013.

\_\_\_\_\_. O Uruguay como alvo da ditadura brasileira de segurança nacional. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 91-110, dez 2014.

PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2012.

PENNA FILHO, Pio. Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX). O elo perdido da repressão. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 79-92, jul/dez 2008.

\_\_\_\_\_. O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 52, n. 2, p. 43-62, 2009.

QUADRAT, Samantha Viz. Muito além das fronteiras. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: UDESC, 2004.

\_\_\_\_\_. Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros. *IV Jornadas de Historia Reciente*. Universidad de Rosário, Argentina, Maio de 2008.

RAMÍREZ, Hernán. Política e tempo presente na historiografia das ditaduras do Cone Sul da América Latina. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 71-94, jan/jun 2012.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

REIS, Mateus Favaro. O debate intelectual uruguaio sobre a América Latina e os EUA do pós- Segunda Guerra: entre democracias e revoluções. *História Revista*, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 461-482, jul/dez 2008.

REIS, Ramiro José dos. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2012.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

RIBEIRO, Adelia Maria Miglievich. Intelectuais no exílio: onde é a minha casa? *Dimensões*, v. 26, 2011, p. 152-176.

RIBEIRO, Denise Felipe. Memórias do exílio e do retorno ao Brasil antes da Anistia. *XIV Encontro Regional da ANPUH*. Rio de Janeiro, 2010.

RICO, Álvaro. La dictadura, hoy. In: MARCHESI, Aldo et al. *El presente de la dictadura: estúdios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay*. Montevideo: Trilce, 2004.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

RODEGHERO, Carla Simone; GUAZZELLI, Dante Guimaraens; DIENSTMANN, Gabriel. *Não calo, grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

RODEGHERO, Carla Simone. Brizola e Jango no exílio e a luta pela anistia. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

\_\_\_\_\_. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vidas no exílio. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: UDESC, 2004.

\_\_\_\_\_. Memórias no exílio, memórias do exílio. FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia*. (1964...). Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RONIGER, Luis; SZNAJDER. Antecedentes coloniales del exílio político y su proyección en el siglo XIX. *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, v. 18, n. 2, p. 31-51, 2008.

RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, 2010, p. 91-123.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, Samantha Viz. *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

RUIZ, Esther. El “Uruguay próspero” y su crisis. 1946-1964. In: FREGA, Ana et al. *Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)*. Montevideo: Banda Oriental, 2007.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SOSNOWSKI, Saúl. Dentro de la otra orilla: la cultura uruguaya: represión, exilio y democracia. In: SOSNOWSKI, Saúl (Org.). *Represión, exilio y democracia: la cultura uruguaya*. Montevideo: Banda Oriental, 1987.

TAPIA VALDÉS, Jorge. *El terrorismo de Estado: la Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sur*. México: Nueva Imagen, 1980.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: UDESC, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia. (1964...)*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VOLPE, Miriam L. *Geografias de exílio*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

WACHOWICZ, Marcos. O direito de asilo como expressão dos direitos humanos. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná*, v. 37, 2002.

WASSERMAN, Claudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. A esquerda na América Latina durante os séculos XX e XXI: periodização e debates. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 14, n. 1, 2010.

\_\_\_\_\_. A Legalidade: o conceito e suas nuances entre agosto e setembro de 1961. *O Movimento da Legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política*. Porto Alegre: Webprint, 2011.

WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. A ditadura brasileira e a história do tempo presente. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.